

ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 20
Número 01
Janeiro/Junho
2014

Autores Convidados:

*Constantin Xypas,
Simone Cabral Marinho dos Santos*

O sucesso escolar de alunos de origem popular sob o olhar da teoria do reconhecimento social

Veja também:

Debate Historiográfico. Intelectuais. Biografia. Manoel Bomfim. Etnia. Ciência. Movimentos Sociais. Mulheres. Práticas. História Ambiental. Agroindústria. Tomate. Pesqueira. Produção de Dados. Pesquisa Qualitativa. Técnicas Interativas. Técnicas Não-Interativas. Eleições. Discurso. Acontecimento. Poder. Estados Unidos. Mercado Religioso. Paradigma da Semelhança. Modelos de Religiosidade. Igreja Católica. Criança. Escola. Instituições de Acolhimento. Representação Social. Sertões. História. Linguagens. Representações.





ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 20, Número 01, janeiro/junho, 2014

CENTRO DE HUMANIDADES

**ARIÚS – Revista de Ciências Humanas e Artes
Centro de Humanidades – UFCG
Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário
58.429-900 – Campina Grande – PB.**



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes



A Ariús é uma publicação semestral do Centro de Humanidades da UFCG. Publica trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes.

EDITOR

André Augusto Diniz Lira (UFCG).

EDITOR ADJUNTO

Antonio Gomes da Silva (UFCG).

CONSELHO EDITORIAL

Alúcio de Medeiros Dantas • André Augusto Diniz Lira • Andréia Ferreira da Silva • Antonio Gomes da Silva • Darcon Sousa • João Marcos Leitão Santos • José Irivaldo Alves Oliveira Silva • Maria das Graças Amaro Silva • Renato Kilpp • Sérgio Murilo Santos de Araújo • Sinara de Oliveira Branco • Suênio Stevenson Tomaz da Silva.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Afrânio-Raul Garcia Júnior (EHES- CRDC) • Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI) • Antônio Paulo Rezende (UFPE) • Antônio Torres Montenegro (UFPE) • Bernardete Wrublevski Aued (UFSC) • Denise Lino de Araújo (UFCG) • Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) • Eliane Moura da Silva (UNICAMP) • Eli-Eri Luiz de Moura (UFPB) • Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) • José Roberto Pereira Novaes (UFRJ) • Lemuel Dourado Guerra (UFCG) • Lia Matos Brito de Albuquerque (UECE) • Luiz Francisco Dias (UFMG) • Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi (UFRN) • Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP/UFPE) • Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Suerde Miranda de Oliveira Brito (UEPB).

Revisores

Língua Inglesa: Sinara de Oliveira Branco • Suênio Stevenson Tomaz da Silva.

Normalização Técnica

Severina Sueli da Silva Oliveira CRB-15/225.

REITOR

José Edílson de Amorim

VICE-REITOR

Vicemário Simões

CENTRO DE HUMANIDADES

Diretor

Luciênio de Macêdo Teixeira

Vice-diretor

Alarcon Agra do Ó

Disponível em:

www.ch.ufcg.edu.br/arius

e-mail: arius@ch.ufcg.edu.br

e-mail: editor_arius@ch.ufcg.edu.br

ARIÚS

Revista de Ciências Humanas e Artes

Centro de Humanidades – UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

58.429-900 – Campina Grande – PB

Editoração Eletrônica

Antonio Gomes da Silva

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFCG

A718 ARIÚS: revista de ciências humanas e artes. – v. 1, n. 1, (out./dez. 1979) – v. 20, n. 1, (jan./jun. 2014). – Campina Grande: EDUFCG, 2012.
225 p.: il.

Anual: 1979. Suspensa: 1980-1989. Anual (com alguma irregularidade): 1990-2006. Semestral: 2007-Editor: Universidade Federal da Paraíba de 1979 a 2001; Universidade Federal de Campina Grande 2002-.
ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

1 – Ciências Humanas 2 – Ciências Sociais 3 – Linguística 4- Artes 5 – Periódico I - Título.



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

Sumário

Autores Convidados

06 | O sucesso escolar de alunos de origem popular sob o olhar da teoria do reconhecimento social

Students' school success from working origin under the look of the theory of social recognition

Constantin Xypas; Simone Cabral Marinho dos Santos

Outros Temas

22 | O historiador, artesão dos ambientes da vida

The historian, craftsman of life environments

Elza Silva Cardoso Soffiatti

39 | Étnia e ciência no contexto do livro a América Latina – males de origem de Manoel Bomfim

Ethnicity and science in the context of the book Latin America - home evils of Manoel Bomfim

Jerferson Joyly dos Santos Medeiros; Jomar Ricardo da Silva

58 | Práticas e experiências de mulheres na cidade de Nova Palmeira - PB (1985-1995)

Practices and experiences of women in the city of Nova Palmeira - PB (1985-1995)

Priscila Mayara Santos Dantas; Maria do Socorro Cipriano

75 | História ambiental e agroindústria do tomate em Pesqueira/PE: a natureza como notícia nos jornais

Environmental history and tomato agro-industry in Pesqueira/PE: nature as newspaper report

Edson Silva; Daniel Max dos Santos Lima

98 | Técnicas qualitativas de produção de dados: características e processos de construção

Qualitative techniques of data collection: features and processes of construction

Eliane de Menezes Cabral; Cristina Maria Coimbra Vieira

125 | Funcionamento discursivo e jogos de imagem na ordem do espetáculo: a questão da sucessão presidencial nos EUA

Discursive operation and play pictures in the show order: the case of the presidential succession in USA

Antonio Genário Pinheiro dos Santos; Ivone Tavares de Lucena

145 | O paradigma da semelhança, ortodoxia e heterodoxia nos atuais modelos de catolicismo brasileiro

Paradigm of similarity, orthodoxy and heterodoxy in recent models of brazilian catholicism

Anderson Severino de Oliveira Tavares; Lemuel Dourado Guerra

178 | A escola e a criança nas representações sociais de crianças em instituições de acolhimento e na rede pública de ensino

The idea of school and child in social representations of children from host institutions and public education system

Juliana Beltrão Lins; Fatima Maria Leite Cruz

205 | O sertão nordestino e seus sujeitos constituintes na contemporaneidade – contribuições à análise do discurso de pertencimento

The idea of school and child in social representations of children from host institutions and public education system

Wellington Amâncio da Silva; Juracy Marques; Wilma Amâncio da Silva

Autores Convidados



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

O SUCESSO ESCOLAR DE ALUNOS DE ORIGEM POPULAR SOB O OLHAR DA TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL

STUDENTS' SCHOOL SUCCESS FROM WORKING ORIGIN UNDER THE LOOK OF THE THEORY OF SOCIAL RECOGNITION

Constantin Xypas

Simone Cabral Marinho dos Santos

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

Segundo a sociologia de Bourdieu, o sistema escolar favorece a reprodução das classes sociais, ou seja, os alunos oriundos da classe alta têm mais chance de sucesso, e os de classe popular mais probabilidade de fracasso. Isso ocorre, segundo o sociólogo francês, porque a classe alta transmite aos filhos vários capitais, tais como, o cultural, o linguístico e o social de acordo com a cultura e a língua que a escola promove. Então, como explicar que alguns filhos de pais pobres e analfabetos conseguem fazer estudos até o mestrado ou mesmo o doutorado? Esta pesquisa pretende buscar uma resposta à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, segundo a qual a "luta pelo reconhecimento" e não pela sobrevivência (no sentido de Marx) constitui a explicação fundamental dos esforços humanos. Então perguntamos: que forma o reconhecimento contribui para o sucesso escolar de alunos de origem popular e quais são os limites dessa teoria? No âmbito da sociologia do improvável, os autores do presente artigo, usando a técnica da entrevista em profundidade, apresentam dez casos de pessoas de origem popular que chegaram ao mestrado ou ao doutorado.

Palavras-chave: Teoria do reconhecimento. Sociologia do improvável. Sucesso escolar.

Abstract

According to Bourdieu's sociology, the school system favors the reproduction of social classes, i.e., students from upper class have more chance of success, and the working class more likely to fail. This occurs, according to the French sociologist, because the upper class transmits to the children several capitals, such as the cultural, linguistic and social ones according to the culture and the language that the school promotes. So how come some children of poor and illiterate parents manage to do studies of master's or even a doctorate? This research intends to seek an answer in the light of the theory of Axel Honneth's recognition, according to which the "struggle for recognition" and not for survival (in Marx's sense) is the fundamental explanation of human endeavor. Then we ask: How does the recognition contribute to the academic success of students of popular origin and what are the limits of this theory? Within the sociology of the improbable, the authors of this article, using the technique of in-depth interviews, feature ten cases of people from popular origin who came to the master's or doctorate.

Keywords: Theory of recognition. Sociology of the improbable. School success.

1. Introdução

Desde os estudos de Bourdieu e Passeron (1970), a sociologia da escola demonstrou que o sistema escolar reproduz as desigualdades da sociedade. Porém, Bourdieu e seu colega verificou isso no caso da França, onde o sistema escolar tem duas particularidades: a) as escolas públicas e particulares são de níveis comparáveis; b) os salários de todos os professores, da pública como da particular, são pagos pelo Governo francês. A consequência é a presença de diferentes classes sociais na escola pública como na privada. Apesar dessas medidas políticas, os filhos das classes sociais mais baixas têm tido, do ponto de vista estatístico, menor sucesso nos estudos.

No caso do Brasil, a oposição entre as escolas públicas e particulares é ainda mais marcada e o antagonismo entre as classes sociais se torna ainda mais visível. A escola pública tem a reputação de ser frequentada pelas classes sociais desfavorecidas, e a probabilidade de sucesso de seus alunos é menor do que os da

escola particular. Porém, alguns filhos de pais de origem popular e analfabetos ou com baixa escolarização, querem aprender e têm sucesso escolar até ingressarem na universidade. Como explicar esses sucessos sociologicamente imprevisíveis e quase inesperados?

Esta pesquisa pretende buscar uma explicação à luz da Teoria do Reconhecimento (HEGEL, 1991; HONNETH, 2003; TAYLOR, 2009; RICOEUR, 2006), segundo a qual, a “luta pelo reconhecimento” constitui a explicação fundamental das lutas humanas. Porém, no campo escolar, os professores observam que uma grande parte dos alunos de origem popular fracassa. Perguntamos, então, por que alguns deles não lutam pelo reconhecimento escolar? E por que outros lutam com sucesso? Se a teoria do Reconhecimento é válida, ela deve explicar tanto o caso dos que têm sucesso, apesar da pobreza e do analfabetismo da família, quanto àqueles que não lutam e fracassam. Por fim, de que forma o reconhecimento, no sentido de Honneth (2003), contribui para o sucesso escolar de alunos de origem popular?

2. Perspectiva teórica

A Teoria do Reconhecimento surgiu em 1992, com a publicação quase simultânea de dois livros, “The Politics of Recognition” do canadense Charles Taylor e a “Luta por Reconhecimento” do alemão Axel Honneth. Segundo Taylor,

[...] nossa identidade é em parte formada pelo reconhecimento ou pela falta dele, e muitas vezes pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, e assim uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um dano real, uma distorção real, se as pessoas ou a sociedade em torno lhe espelharem em retorno uma imagem limitada, aviltante ou desprezível dela própria (TAYLOR, 2009, p.25).

Por outro lado, Honneth precisa que nos “Escritos de Iena” do Hegel, o conceito de reconhecimento, “não significa simplesmente a identificação de uma pessoa, mas sim, a atribuição de um valor positivo a essa pessoa, algo próximo do que entendemos por respeito” (HONNETH *apud* ASSY; FERES, 2006, p.705). A partir dos Escritos de Iena do jovem Hegel (um curso ministrado na universidade de Iena durante o semestre de inverno de 1804/05), Honneth (2003) conclui que é a luta por reconhecimento, e não a luta por auto-conservação que constitui “a gramática dos conflitos sociais”, como diz o subtítulo de seu livro. Honneth pensa que a experiência do desrespeito (isto é, de não reconhecimento) “é a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos” (HONNETH, 2003, p.227).

Honneth propõe, com Hegel, três formas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade.

- A esfera do amor permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de auto realização pessoal;
- Na esfera dos direitos (ou esfera jurídica), a pessoa individual é reconhecida autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo uma relação de auto respeito;
- Na esfera da solidariedade, a pessoa é reconhecida como digna de estima social.

A esses três padrões de reconhecimento intersubjetivo correspondem três maneiras de desrespeito: a violação, a privação de direitos e a degradação, respectivamente. Em outras palavras, para cada forma de reconhecimento, há um equivalente negativo com capacidade motivacional de reação às situações provocadas pelo sentimento de injustiça. Se a degradação representa para a estima social uma forma de desrespeito, as ofensas sociais manifestadas por situações de maus tratos físicos e a privação de direitos e exclusão estão, respectivamente,

correlacionados às condições de desrespeito social dos padrões normativos de reconhecimento emotivo e do direito.

As experiências de desrespeito social podem tornar-se um impulso motivacional para a luta por reconhecimento, uma vez que, “a tensão efetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa” (HONNETH, 2003, p. 224). A primeira forma de desrespeito social relacionado ao amor é referente às formas de maus tratos e violação. Aqui, o componente ameaçado é a integridade física e psíquica que cada sujeito dispõe do seu corpo. A segunda corresponde à privação de direitos e à exclusão. O componente ameaçado é o da integridade social, uma vez que o sujeito esteja submetido à privação de autonomia, o sentimento de injustiça social deverá prevalecer. A terceira refere-se à degradação da autoestima, em que o componente ameaçado é o da dignidade, privando o sujeito de desenvolver uma estima positiva de si mesmo.

Honneth (2003) então adverte que todas essas formas de desrespeito social formam uma espécie de patologia, que deve ser combatida e evitada, tal qual se faz com as doenças do corpo, devendo-se, pois, garantir ralações de reconhecimento capazes de proteger os sujeitos do *sofrimento, rebaixamento e humilhação social*.

Quadro 01 – Síntese Adaptada do Esquema de Estruturação das Relações de Reconhecimento em Honneth (2003, p. 211)

Formas de Reconhecimento Positivo	Formas de Reconhecimento Negativo (Desrespeito social)	Modos de Reconhecimento	Autorrelação Prática
Esfera Emotiva (amor, amizade)	Maus tratos e violação	Dedicação Emotiva	Autoconfiança
Esfera Jurídica (direito)	Privação de direitos e exclusão	Respeito Cognitivo	Autorrespeito
Esfera Comunidade de Valores (solidariedade)	Degradação e ofensa	Estima Social	Autoestima

Fonte: Honneth (2003, p.11)

As situações de desrespeito social convertem-se em sentimentos de *indignação*, segundo Dewey (Apud Honneth, 2003), quando os indivíduos reagem à violação de expectativas normativas de comportamentos. Assim, as experiências individuais de humilhação social, tanto podem resultar em uma atribuição negativa que o indivíduo faz de si mesmo, quanto pode resultar em um desejo de luta pelo reconhecimento social, atribuindo uma visão positiva de si mesmo para sair da condição que provoca *sufrimento, rebaixamento e humilhação*.

3. Hipóteses

1. Os alunos de origem popular que têm sucesso escolar encontraram fora da família os padrões de reconhecimento que lhes faltam. Mas encontraram os três padrões (amor, direitos e solidariedade)? Ou dois são suficientes? E qual é o mais importante para eles?
2. O reconhecimento ocorre quando o sujeito foi *aceito* no grupo que ele valoriza e que é socialmente valorizado (grupo de jovens da igreja, escoteiros, clube esportivo, grupo musical, dança, teatro, outros). O indivíduo se sentirá *aceito* sob duas condições: pela vivência nas relações de amizade e pela atribuição de responsabilidades.
3. Quando o grupo tem visibilidade social, ele confere reconhecimento e visibilidade social aos membros. As ações e atividades do grupo garantam a visibilidade social dos membros.

4. Metodologia

Nossa metodologia está sendo inspirada em Bergier e Xypas (2013) a partir do pensamento da Sociologia do Improvável. De acordo com esses autores,

[...] contrariamente a uma pesquisa macrossociológica onde os pesquisadores dispõem de uma população (no sentido estatístico) da qual podem extrair uma amostra representativa, na sociologia do improvável os pesquisadores estão procurando elementos marginais. Então, não dispomos de um efetivo suficientemente largo para realizar uma investigação quantitativa (questionário com tratamento estatístico dos dados), mas fazemos uma investigação qualitativa a partir de pequenas amostras, tratadas de maneira aprofundada (narrativa autobiográfica)" (BERGIER; XYPAS, 2013, p.43).

Para constituir nossa amostra casual, fizemos uma chamada via e-mail para docentes, técnicos e alunos mestrandos da nossa universidade, explicando e justificando a pesquisa. O leitor que se reconheceu na situação de sucesso escolar em condições improváveis da vida social, é chamado a participar da pesquisa, como sujeito do processo de investigação. Assim, este se tornará, também, partícipe da pesquisa e o encontro dos dois, pesquisador e informante, será, portanto, uma escolha recíproca.

A chamada de participação na pesquisa, na perspectiva de constituir uma amostra casual, teve as seguintes informações:

- Identidade: Nome e papel institucional dos pesquisadores
- Temática da pesquisa
- Intenção do pesquisador
- Modalidade da coleta dos dados: Entrevista do tipo narrativa biográfica.
- A duração da entrevista individual: De 30 a 60 minutos.
- Motivação dos pesquisadores
- Garantia de anonimato e confidencialidade das informações.
- Garantia de retorno da pesquisa.

Nossa amostra foi composta de voluntários que atendam os seguintes critérios:

a) Critérios de origem social

- Condições financeiras
- Baixa escolaridade dos pais
- Emprego precário
- Família numerosa
- Condições de moradia
- Cotistas

b) Critérios de sucesso escolar

- Ascensão nos estudos
- Ingresso no ensino superior e na pós-graduação

A investigação compõe-se de dois momentos: uma pesquisa exploratória, a ser apresentada nesse artigo, com uma pequena amostra de voluntários usando a entrevista em profundidade; em momento posterior, a realização da pesquisa principal usando de narrativas biográficas.

5. Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória foi feita com o seguinte roteiro:

1. Dados do informante: Idade do aluno, nível da graduação, período do curso;
2. Parentesco: Grau de escolarização dos pais; número de irmãos e irmãs; lugar do aluno entre seus irmãos (primogênito, caçula, etc.); grau de escolarização dos irmãos;
3. Percurso escolar do aluno: Como você era como aluno? Quem se preocupava com seus estudos quando era aluno da educação básica (pais, irmãos, tios, padrinhos, outros). De que forma se preocupava com seus

estudos? Você teve um ou mais professor(es) que lhe incentivou a estudar? Caso sim, de que forma?

4. Atividades sociais: Você pertenceu a um grupo social que lhe deu orgulho, ou seja, visibilidade social? (Grupo de jovens da Igreja, escoteiros, clube esportivo, grupo de música, de teatro, de dança, outro). Que relação ele estabelece entre pertencer a um grupo que “dá orgulho” e ter sucesso escolar?

5.1. Estudo de três casos

A pesquisa exploratória foi feita com uma dezena de entrevistados. No início, usamos a técnica da *entrevista etnográfica* (WOODS, 1999) com o intuito de precisar o contorno da nossa temática. Falta de espaço, trazemos para discussão, três desses casos que consideramos exemplificações dos achados.

O caso de Rafael, sexo masculino, 21 anos, estudante de Medicina. Pai pedreiro e mestre de obras; pais analfabetos funcionais; o irmão mais velho é dentista; a irmã, casada, não fez estudos superiores. Em primeira análise, o testemunho de Rafael parece está negando nossas hipóteses: ele não encontrou fora da casa os três padrões (amor, direitos e solidariedade) e não fez parte de um grupo valorizador (clube, grupo jovem, etc.). Foi o próprio pai que lhe incentivou estudar da seguinte maneira:

- O pai o convidou a trabalhar na obra um dia inteiro, lhe mostrou suas grossas mãos, o cansaço de trabalhar no sol, a pobreza dos operários... e fez a comparação com aqueles que trabalham nos escritórios em condições confortáveis, sem sujar as mãos, ganhando bem... E perguntou: Qual é a diferença entre os dois grupos? Os estudos!
- Outra vez, o pai lhe explicou que na escola pública, vários alunos não querem aprender, impedem os que querem e atrapalham os professores.

“Por isso, meu filho, você deve aprender duas vezes mais do que os professores mandam. Seu futuro depende de você e não dos outros”.

Em uma análise mais aprofundada, Rafael achou dentro da família os três componentes do reconhecimento: o *amor*, indispensável para os seus projetos de auto realização, os *direitos* que desenvolvem uma relação de autorrespeito e a *solidariedade* dentro dessa família unida, reconhecendo-o como digno de estima social. O bom desempenho escolar favoreceu também o reconhecimento dos professores: ele se sentiu amado, e as boas notas lhe deram autorrespeito, estimado por eles.

O Caso de Elena, sexo feminino, 20 anos, estudante de Pedagogia. Nona e última filha de pais analfabetos funcionais. Vinte anos de diferença entre o primogênito e ela. Elena é a única que faz estudos universitários. Na escola primária, uma irmã mais velha dez anos cuidava dela. Quando ela tinha 13 anos, duas professoras, uma pedagoga e uma professora de história, lhe incentivaram a fazer estudos universitários. Na escola, ela se sentava na frente e fazia bem os deveres. Por um lado, não participou de nenhum tipo de organização social juvenil; por outro, as amigas dela eram um grupo de estudantes e de pedagogas mais velhas, aproximadamente, dez anos!

O caso de Alexandre, sexo masculino, 32 anos, doutorando, professor de Letras. Pais analfabetos, pai violento e alcoólatra. Dois irmãos operários. A família morava num bairro pobre e com problemas de droga, de prostituição e de violência. A madrinha o matriculou na escola de outro bairro calmo e distante da casa. Na adolescência, Alexandre frequentava a catequese da Igreja Evangélica, onde os jovens eram de melhor nível social. Vários deles eram alunos da mesma escola e se destacaram pela atitude e pelo bom desempenho escolar. Al se identificou a eles tanto pela boa conduta e os valores de honestidade e de respeito, quanto pelo desempenho escolar.

5.2. Principais resultados

Encontramos os seguintes resultados principais:

1. Dos três componentes do reconhecimento encontramos só dois. A pesquisa exploratória revela a necessidade do amor e da solidariedade como elementos indispensáveis na luta pelo reconhecimento escolar de alunos de origem popular. Quanto aos direitos, é a sua ausência que provoca a indignação e esta, por sua vez, serve de motor para luta por reconhecimento. Hegel e Honneth escreveram sobre o reconhecimento de grupos sociais (classes sociais, etnias, raças, povos colonizados, etc.) não sobre indivíduos. Mas os limites sobre indivíduos e grupos sociais são confusos. De fato, o amor e a solidariedade são formas de reconhecimento que ocorrem de maneira individual, enquanto o reconhecimento dos direitos é um padrão coletivo, de natureza jurídica. Por exemplo, um quilombo ou uma favela precisam do reconhecimento dos direitos dos moradores: segurança, escola, saúde, saneamento, transportes urbanos, bolsa família, etc. No caso da nossa pesquisa, é possível que as famílias dos alunos que lutam pelo sucesso escolar já tenham o reconhecimento, pelo menos, de alguns desses direitos.

Alexandre morava em um bairro sem segurança, cuja escola tinha um histórico de práticas de violência, mas ele se pode se matricular em outra escola no bairro vizinho. Acreditamos que o reconhecimento dos direitos seja uma pré-condição pelo sucesso escolar, enquanto amor e solidariedade são condições efetivas. E é provável que a ausência dos direitos apareça em uma população ainda mais carente, ou seja, de nível social, cultural e econômico ainda mais baixo. O sucesso escolar é possível sem reconhecimento dos direitos elementares? Para responder a esta pergunta precisaríamos de outra pesquisa.

2. Os padrões do reconhecimento podem se encontrar tanto fora como dentro da família. Contrariamente a nossa primeira hipótese, os padrões de reconhecimento não se encontram obrigatoriamente fora da família. Eles se

encontram tanto fora como dentro dela. No caso de Rafael, amor e solidariedade estão claramente dentro da família. Para Elena, os dois elementos existem igualmente dentro da família: uma irmã mais velha cuidava dela e as relações entre os irmãos e com os pais são afetuosas. Quanto ao Alexandre, a mãe e a madrinha cuidavam bem dele. Então, é provável que amor e solidariedade existam em todos os casos de sucesso escolar estatisticamente inesperado.

3. A importância de pertencer a um grupo valorizador. Os casos estudados parecem confirmar nossa segunda hipótese: o sucesso escolar ocorre quando o aluno foi aceito em um grupo que ele valoriza e que é socialmente valorizado. Por enquanto, esse grupo pode ser formal (grupo de jovens da Igreja), informal (grupo de amigas mais velhas, estudantes ou pedagogas) ou mesmo familiar (caso de Rafael). Neste caso, o filho tinha admiração pelo pai, um homem sábio e pelo irmão primogênito que se tornou dentista.

4. Do Grupo de dentro ao Grupo de referência. O conceito de grupo, conceito clássico da psicologia social, pode nos ajudar a entender o que acontece com os alunos que apesar da origem popular da família, conseguem ingressar na universidade. De maneira geral, o grupo de dentro (*in-group*) é aquele do qual o indivíduo faz parte. Nos casos estudados, cada qual pertence a dois grupos: por um lado, a sua família com seus membros analfabetos e pobres, e por outro lado, a turma da escola vizinha, onde os alunos são fracos e, várias vezes, desmotivados. Então, para sair da sua condição inicial, o jovem precisa da solidariedade e da amizade das pessoas que lhe servem de modelo, isto é, o papel do grupo de referência. No caso de Rafael, é a própria família que lhe serve de referência (LEWIN, 1944). Para Elena, é o grupo de amigas estudantes e para Alexandre é o grupo de jovens da Igreja.

5. Grupo de referência e Grupo de fora. As entrevistas apontam outra informação importante. Não basta valorizar o grupo onde o jovem quer entrar, é preciso também rejeitar as normas e os valores dos grupos de onde ele quer sair. De

maneira geral, o grupo de fora (*out-group*) é aquele do qual os outros fazem parte. Neste caso, existem modelos positivos (grupo de referência) e modelos negativos. Os jovens que têm sucesso escolar, apesar da origem popular, fazem duas escolhas simultaneamente: uma é positiva, em busca dos valores e das normas de pessoas mais favorecidas que servem de modelos; outra é negativa, recusando as normas e os valores que impedem progredir.

6. A visibilidade do grupo de referência. Nossa terceira hipótese é a seguinte: Quando o grupo tem visibilidade social, ele confere reconhecimento e visibilidade social aos membros. Os dados da nossa pesquisa exploratória não nos permitiram comprovar, nem negar essa hipótese. Para aprofundá-la, daremos continuidade na pesquisa principal.

Conclusão

Embora nossa pesquisa exploratória tenha sido realizada com uma pequena amostra, pode apontar conclusões preliminares e esclarecedoras do objeto de pesquisa:

- A teoria do reconhecimento pode explicar o caso de sujeitos que tem sucesso escolar, apesar das condições de pobreza e analfabetismo dos pais.
- Os alunos de origem popular que tiveram sucesso escolar encontraram formas de reconhecimento social fora ou dentro da família, particularmente nas formas de amor e da solidariedade.
- Esse reconhecimento ocorreu quando o sujeito foi aceito no grupo que ele valoriza e que é socialmente valorizado.
- O papel central do professor que reconhece o potencial e os esforços do aluno e o incentiva na continuidade dos estudos.

Enquanto teoria, a perspectiva do reconhecimento social no sentido de Honneth, apresenta limite, uma vez que não explica o caso de alunos que não lutam por reconhecimento. Segundo Taylor, como já notamos no início do presente artigo, a identidade de uma pessoa pode se formar de maneira negativa, quando os outros lhe espelham uma imagem aviltante e desprezível dela mesma (TAYLOR, 2009, p. 25). É o que explica, provavelmente, alguns alunos que têm sua imagem aviltante e desprezível são tão profundamente desmotivados que preferem lutar contra a escola, que ser reconhecido por ela.

Ao invés de lutar para serem reconhecidos pela escola (reconhecimento positivo), entram em luta contra a instituição escolar em busca de um reconhecimento negativo. Neste momento, não temos evidência desta explicação, é uma hipótese que levantamos para indicar um limite da Teoria do Reconhecimento.

Referências

- ASSY, B.; FERES JÚNIOR, J. Reconhecimento. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo e Rio de Janeiro: UNISINOS e Renovar, 2006. p. 705-710.
- BERGIER, B.; XYPAS C. Para uma Sociologia do Improvável. Percursos atípicos e Sucessos inesperáveis na Escola Francesa. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 47, n. 33, p.36-58, set./dez. 2013.
- BOURDIEU, P.; PASSERON J.-C. *La reproduction*. Éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris : Éditions de Minuit. Tradução de R. Bairão. *A Reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
- HEGEL, G. W. F. *O sistema da vida ética*. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LEWIN, K. et al. Level of aspiration. In: J. McV. HUNT (Org.). *Personality and behavior disorders*. New York: Ronald Press, 1944. p.333-378.

RICOEUR, P. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.

TAYLOR, C. *As fontes do self*. São Paulo: Loyola. 2009.

WOODS, P. *Investigar a arte de ensinar*. Porto: Porto Editora, 1999.

Autores

Constantin Xypas

Doutor Honoris Causa da Universidade de Quebec, Canadá

Professor visitante na UERN/campus de Pau dos Ferros.

E-mail: constantin.xypas@gmail.com

Simone Cabral Marinho dos Santos

Doutora em ciências sociais da UFRN

Professora na UERN/campus de Pau dos Ferros.

E-mail: simone.cms@hotmail.com

Recebido em 24 de outubro de 2014

Revisado em 07 de novembro de 2014

Aprovado em 17 de novembro de 2014

Outros Temas



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

O HISTORIADOR, ARTESÃO DOS AMBIENTES DA VIDA

THE HISTORIAN, CRAFTSMAN OF LIFE ENVIRONMENTS

Elza Silva Cardoso Soffiatti

Centro Universitário Claretiano/SP

Resumo

O presente texto tem por objetivo central discutir questões oriundas do debate historiográfico contemporâneo para situar os problemas relativos à construção biográfica, interpelando alguns referenciais, conceitos recorrentes e definições mais clássicas, e as exigências de um novo olhar sobre a documentação histórica e a análise documental, de forma geral, um novo olhar a respeito da forma como são abordadas as temáticas pertinentes às construções biográficas na seara da História.

Palavras-chaves: Debate historiográfico. Intelectuais. Biografia.

Abstract

The central objective of this text is to discuss issues originated from contemporary historiographical debate in order to situate problems of biographical construction, by interpellating some references, recurring concepts and more classical definitions, and requirements of a new look at the historical documentation and document analysis, in general, a new look concerning relevant issues which are addressed to biographical constructions in the harvest of history.

Keywords: Historiographical debate. Intellectuals. Biography.

Introdução

O presente texto tem por objetivo central discutir questões oriundas do debate historiográfico contemporâneo para situar como exemplo os problemas relativos à construção biográfica, interpelando alguns referenciais, conceitos recorrentes e definições mais clássicas, e as exigências de um novo olhar sobre a documentação histórica e a análise documental, de forma geral, um novo olhar a respeito das tematizações.

Se a História hoje se funda, ou melhor, funda seu olhar sob um novo fazer, uma nova forma de fazer-se, a História feita com novas fontes, impõe olhares diferentes e mais amplos acerca das fontes como amplamente utilizadas. Dada a esta grande utilização de certos tipos de fontes estas se tornaram, em alguns momentos, esvaziados de sentido histórico e humano, adentraram na normalidade e caíram no senso comum da análise e interpretação do conhecimento, tornando-se banalizadas, como por exemplo, comenta Beatriz Sarlo.

Sarlo aponta um desafio inicial que é fazer com que a História não pense a si mesma segundo as leis auto-suficiente da objetividade, fazendo com que o historiador questione seus saberes e se questione acerca da totalidade de seu conhecimento. O passado chega ao presente e nesse processo há desgastes, por isso é necessário refazer as perguntas de tempo em tempos. As perguntas refeitas nós permitem superar o "inferno da generalidade", e as idéias que esta generalidade acaba por esconder. Por esse motivo é necessário ao pesquisador redimensionar as perguntas e colocá-las em acordo com a agenda pública das discussões teóricas e interpretativas.

A documentação, então, é uma coisa viva, as ações de um dado momento histórico estão lá descritas de alguma forma e nisso há dinamicidade, o que cobra que o historiador se atente aos detalhes, as minúcias, levando em consideração os

sujeitos e seus gestos, na busca de uma interpretação que escape da generalidade predominante.

Com isso o historiador pode oferecer um olhar prospectivo da história para o não esquecimento e com o uso da história como fonte de crítica do presente. Por uso prospectivo da História devemos compreender a busca da inserção das temáticas de pesquisa histórica na agenda pública, nas discussões que vigoram no tempo presente, na contemporaneidade. Para isso é necessário ter em perspectiva as questões que querem se fazer pensar: Quais questões são importantes hoje? O que resta do passado aqui? Qual diálogo nos constrói? Quais diálogos são construídos? É esse espaço que o historiador deve reivindicar, ou seja, o da possibilidade da conversa significativa com o que se quer contribuir. É a necessidade do historiador em buscar as experiências do passado na perspectiva do presente.

Pallares-Burke (2000), em *As muitas faces da história*, remete as entrevistas de Natalie Zemon Davis e Jack Goddy, para indicar, como exemplo, a forma que o diálogo de ambas as entrevistas, deixa latente a diversidade do fazer histórico e do olhar do historiador, bem com a possibilidade da diversidade de métodos dos quais os historiadores podem lançar mão no fazer histórico e para o fazer histórico.

De outra perspectiva, Edward Said (2003) também apontou no texto *O papel público de escritores e intelectuais* um novo papel político e público do intelectual no final do século XX e início do século XXI. O interesse na agenda pública mundial e o papel do intelectual em relação ao mundo, principalmente o oriental, reforçando ainda mais a idéia referida acima acerca da importância do historiador inserir sua discussão na agenda pública. Said aponta o crescente diálogo dos intelectuais com os acontecimentos mundiais e as discussões das humanidades na globalização. O espaço virtual comunicativo, para ele, possibilita a globalização como espaço da produção de sentido, entretanto, ele aponta a efemeridade em relação à rapidez do movimento no espaço virtual e, conseqüentemente na produção de sentido, por exemplo, a produção de textos.

A tecnologia tem tornado os processos de produção mais rápidos e ao trazer isso para o âmbito da história e para o trabalho do historiador (intelectual da história), notamos ainda que revela-se um diálogo entre o historiador e o computador (para exemplificar um aspecto da tecnologia que o historiador utiliza), sendo comum que o historiador ainda utilize o computador, em sua maioria, como “máquina de escrever”, minimizando o seu uso como um lugar de fonte de memória, de fonte de documentação, como um local de pesquisa de acervos, arquivos, entre outros mais.

Segundo o Said, em alguns pontos elucidados em seu texto, como a intolerância, que para além do reconhecimento de identidade, move a agenda pública dos debates históricos; e há outros assuntos e temáticas como os direitos civis e direitos humanos que também são relevantes para a construção da agenda pública das discussões. Esses assuntos colaboram para a construção dos edifícios teóricos do século XXI e que os intelectuais devem pensá-los.

O intelectual deve-se colocar como olheiro e, no caso do historiador, proteger e impedir o desaparecimento do passado, por meio da apresentação de leituras e alternativas, reinventar a área da coexistência ao invés em “campos de batalhas” (trabalhos coletivos), deve buscar discutir as questões sobre a justiça e direitos humanos com foco na paz e na igualdade.

Uma aproximação das discussões em torno das teses de Raymond William (1979), também vislumbra um alargamento teórico e um novo caminho que deveria seguir no processo de construção da história pertinente aos objetos historiográficos. William discute uma gama ampla de assuntos, dos quais vou focar dois. O primeiro vai ser o espaço da cultural como espaço fundamental para a vida contemporânea, para além da manifestação, da representação, do produto de algo, mas como produção da vida contemporânea e luta política da vida cultura uma configuração da História Social na sua vertente cultural. Para ele a cultura não é apenas a produção de, mas os processos que, constituem o modo de vida. Há culturas e possibilidades do

modo de fazer que se configuram no texto como um embate histórico e não como fruto analítico. William ressalta a importância da contextualização dos conceitos. Nesse ponto aparece uma das críticas a tradição marxista que, segundo ele, de alguma forma engessa, fixa os conceitos.

O segundo ponto se funda na discussão sobre o hegemônico, principalmente ao conceito de hegemonia, sob o qual William alega que há um problema fortemente demarcado no interior do próprio conceito. Afirma:

Em certos usos, embora me pareça que não em Gramsci, a tendência totalizadora, do conceito, que é significativa e na verdade crucial, é transformada numa totalização abstrata, forma em que se torna facilmente compatível com os sentidos sofisticados de superestrutura e até mesmo de ideologia. Isto é, a hegemonia pode ser considerada como mais uniforme, mais estática e mais abstrata do que na prática, se for realmente compreendida. Como qualquer outro conceito marxista, ela é particularmente suscetível de definição de época do que de definição histórica, e de descrição categórica, em distinção de descrição substancial. Qualquer separação de seus princípios orgânicos, ou de suas características determinantes, que têm na verdade de ser apreendidos na experiência e pela análise, pode levar rapidamente a uma abstração totalizadora. E então os problema da realidade da dominação e subordinação, de sua relação com a contribuição modeladora, podem ser apresentados de maneira falsa.

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais, (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada. Defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desfiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então que acrescentar ao

conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática.

Uma maneira de expressar a distinção necessária entre os sentidos práticos e abstrato dentro do conceito é falar do "hegemônico", e não de "hegemonia", e de "dominante", em lugar de simplesmente "dominação". A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e culturas alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade (WILLIAM, 1979 p.116).

Para complementar essa ideia é relevante conhecer o posicionamento de William em relação às instituições, suas formações, constituições e funções. Segue sua análise:

As instituições formais, evidentemente, têm uma influencia profunda sobre o processo social ativo. O que é abstraído na Sociologia ortodoxa como "socialização" é, na prática e em qualquer sociedade real, um tipo específico de incorporação. Sua descrição como "socialização", o processo universal abstrato de que todos os seres humanos dependem, é uma maneira de evitar, ou ocultar, esse conteúdo e intenção específicos. Qualquer processo de socialização inclui, é claro, coisas que todos os seres humanos têm que aprender, mas qualquer processo específico une esse aprendizado necessário a uma variação selecionada de significados, valores e práticas, que, na intensidade mesma de sua associação com o aprendizado necessário, constituiu a base real do hegemônico (Id., p. 120).

As instituições, sejam quais forem, constituem-se pela educação como construtoras da ordem social, familiar, política hegemônica. O autor elucida a importância da família, que ao ensinar de forma seletiva aos jovens, esses aprendem desde a infância a cuidar de si, até a manter uma dada ordem social, selecionado sempre entre as opções que lhes são oferecidas. A prática educativa é assim descrita:

A educação transmite o conhecimento e as habilidades necessárias, mas sempre através da seleção entre todas as possibilidades, e com atitudes intrínsecas, tanto para com o aprendizado como para as relações sociais, que são na prática virtualmente inseparáveis. Instituições como igrejas são explicitamente incorporativas (Id. Ib., p. 120).

William elucida ainda, que além das igrejas, o trabalho, comunidades específicas em locais específicos também são fortes e poderosos instrumentos de pressão sobre as vidas as pessoas, impondo a elas “significados, valores e atividades” E destaca ainda que “nas sociedades modernas, temos de acrescentar os grandes sistemas de comunicação, que materializam notícias e opinião, e uma ampla variedade de percepções a atitudes selecionadas” (Id. Ib., p. 120)

Para ligar suas ideias em relação à constituição e formação da hegemonia, William afirma que:

A verdadeira condição da hegemonia é a auto-identificação efetivas com formas hegemônicas: uma socialização específica e internalizada que deve ser positiva, mas que, se isso for possível, terá como base um reconhecimento (resignado) do inevitável e necessário (Id. Ib., p. 120).

Após a análise destas proposições, os questionamentos se ampliam para a inserção social do trabalho historiográfico em perspectiva da atividade intelectual crítica. Vejamos exemplarmente.

A Igreja, instituição social, foi desde o século XVI e efetivamente no XIX perdendo para a sociedade civil, o espaço hegemônico e ficou cada vez mais reduzida a sacristia, sem poder de influência e comando da e na sociedade civil. Ao fazer referência a hegemônico, me refiro ao posicionamento discutido por William acima, que supõe o hegemônico e não a hegemonia, que propõe o dominante e não a dominação (SOFFIATTI, 2012, 2013).

Para compreender o processo é necessário levar em consideração o espaço hegemônico que a Igreja ocupou por longos séculos, durante toda a Idade Média, período em que possuía o poder hegemônico, o discurso hegemônico. No entanto com aquelas mudanças a partir do século XVI e o acirramento dessas mudanças no XIX, no qual podemos destacar o liberalismo e a laicização da sociedade, vista pelos papas daquele século como grandes males da modernidade – acompanhados por outros como, o evolucionismo e o socialismo, para citar alguns – demarcaram um posicionamento de fechamento e não aceitação da Igreja em relação sociedade que se constata ao longo do século XIX.

Até meados do século XX o posicionamento de intransigência e não aceitação a modernidade e suas características foram mantidas. Somente a partir da década de 1920, houve alguma mudança gradual nas ações da Igreja, que de intransigente passou a ser de diálogo, de negociação com o mundo moderno, liberal, laico.

Em suma, o que a Igreja perdeu foi o espaço hegemônico com o qual estava habituada a lidar durante séculos a partir da intransigência que caracterizou a sua primeira resposta. Uma segunda resposta foi o diálogo, à qual se seguiu uma terceira, com as perspectivas abertas a partir do Concílio Vaticano II. Entretanto do fechamento até a aceitação foram aproximadamente cento e vinte anos, isso se usamos como marcos temporais o pontificado do papa Pio IX no século XIX, o mais intransigente em relação ao mundo moderno em contraposição ao papa João XXIII que convoca o Concílio Vaticano II¹.

A discussão teórica acerca da hegemonia é, como apresentada, um fundamento teórico de essencial importância para as discussões do presente, exemplificado na compreensão das instituições religiosas, pois alicerça-o de forma a fazer compreender as identidades que assume a sociedade contemporânea.

¹ O Concílio Vaticano II foi de 1962 a 1965, teve início no pontificado do papa João XXIII e terminou no pontificado do papa Paulo VI.

2. Inflexões em torno do problema biográfico

Ao analisarmos o problema biográfico como gênero de discurso, podemos elucidar dois gêneros distintos, que são os relatos de vida e a biografia. Somente no século XIX, a biografia ganhou o estatuto de gênero, principalmente em 1863, no *Dictionnaire de Littré*. Segundo François Dosse a evolução da biografia como gênero literário denota três modalidades temporalmente caracterizadas: 1. Idade heróica; 2. Idade moral; 3. Idade hermenêutica. Diz o autor:

O caráter híbrido do gênero biográfico, a dificuldade de classificá-lo numa disciplina organizada, a pulverização entre tentações contraditórias – como a vocação romanesca, a ânsia de erudição, a insistência num discurso moral exemplar – fizeram dele um subgênero há muito sujeito ao opróbrio e a um déficit de reflexão(...). Sem dúvida a biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada. Ademais, a impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com o outro: poderia imaginar o que seria [...] uma biografia verdadeira, por assim dizer, que satisfizesse ao desejo de Baudelaire: “A biografia busca explicar e verificar, por assim dizer, as aventuras misteriosas do cérebro; bio-grafias, escrita viva e múltiplas, ficção lógica”. (DOSSE, 2009, p. 13).

A rejeição da biografia pela historiografia, desde a primeira metade do século XX, principalmente por ter havido certo desinteresse dos historiadores pelo gênero biográfico, sobretudo, em função da valorização de uma historiografia marxista voltada para o papel das massas na história, da rejeição de alguns seguidores dos *Annales* com relação as narrativas da história focadas em indivíduos, e a diminuição do papel dos “heróis”, na ênfase de braudeliana na história total, na longa duração, associado a um interesse crescente da historiografia pelas estruturas.

Em relação aos *Annales* e sua relação com as e as biografias é possível considerar que no grupo havia alguma proximidade, como foi o caso de Lucien Febvre, um dos pioneiros em colocar as bases de uma biografia histórica renovada. Ao fazer os estudos histórico-biográficos de Lutero em *Martinho Lutero, um destino*, em 1928 e Rabelais em *O problema da descrença no século XVI, a religião de Rabelais*, de 1948, Lucien Febvre deu vida a personagens individuais, porém, analisando suas mentalidades e os situando numa dada época e sociedade. Com isso estavam lançadas as pistas que levariam do indivíduo ao ator ou atores da história.

Durante as décadas de 1960 e 1970, houve algumas renovações nos estudos histórico-biográficos e um retorno dos estudos biográficos na França, fenômeno que se deu em conjunto com uma reabilitação dos estudos da História Política.

No início dos anos 80 os ensaios sobre o gênero biográfico florescem de fato na história, como se constata na consagração nos dicionários de verbetes especializados e a organização de eventos temáticos. Em 1999 em Blois, na França, aconteceu o Observatório de Biografia Histórica, um encontro sobre biográfico, que demarcou que o fenômeno do fazer biográfico ultrapassava as fronteiras da França, e mantinha sua vitalidade.

Consideremos desta forma que em 20 anos houve um aumento surpreendente nas publicações biográficas, surgindo um empreendimento editorial sistemático, no qual a influência dos historiadores não parou de crescer. E podemos destacar nesse contexto editorial Max Gallo, com biografias sobre Napoleão, Vitor Hugo, De Gaulle ou como o historiador François Kersaudy, como biografia Winston Churchill. Hoje não existe praticamente uma editora francesa que não tenha uma coleção de biografia, o que leva pergunta sobre o significado desse retorno da biografia, na França em particular. Trata-se de um simples retorno? Apenas a questão do gosto pela biografia não bastaria para responder esta pergunta. Mudanças historiográficas tendo em vista as críticas e os limites apresentados pela história global idealizada pelos *Annales*. Crise do marxismo e libertação de uma história

quantitativa e serial que havia subjugado a história factual, ligado a um retorno à história factual, também permeiam o horizonte. Ao lado disso, o aumento das relações entre a História e o desenvolvimento das ciências sociais e naturais no século XX, em especial, a Biologia, Sociologia, Psicologia e Psicanálise completam o cenário.

A Psicologia e a Psicanálise contribuíram para "*renovação do individualismo*" a qual, segundo Levillain, pressupõe um enfoque voltado para o indivíduo no que diz respeito ao reconhecimento da liberdade de escolha do homem bem como o confronto entre ele e a sociedade no tocante à fixação de valores. E nesse ponto nos aventamos com a renovação do individualismo.

A posição do indivíduo no sistema social é definida por um código comportamental que responde às expectativas e às exigências normativas de uma posição. O indivíduo "interpreta", em função de sua posição na estrutura social, um papel que é, no essencial, constituído pelas expectativas sociais que correspondem a essa posição. A teoria dos papéis é inseparável de uma problemática da socialização: é porque os indivíduos interiorizaram papéis que eles podem "representá-los" (FABIANI, 2002, p. 51).

Portanto, esse retorno parte de um princípio de que existe autonomia do indivíduo na sociedade, e é um desafio contra o marxismo que tem como base um coletivismo metodológico, espaço crítico da ordem social para a configuração dos processos hegemônicos.

Há alguns aspectos da biografia que podemos realçar no trabalho da história contemporaneamente, pois não se trata de fazer, simplesmente, a história dos grandes, mas de examinar os atores (ou o ator), protagonistas ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não é mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

O biografado não é mais apresentado como herói, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.

A biografia deve ainda seu ressurgimento aos estudos sobre a vida privada dos indivíduos, estudos que permitiram dessacralizar os papéis estritamente públicos que esses personagens exerceram, revelando as complexas relações entre vida privada e vida pública.

Segundo o mesmo Levillain

a biografia resume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio, examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios. (2003, p. 165).

Há algumas obras que marcaram este debate, entre as quais se sobressaem como matrizes de renovação historiográfica para o gênero *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1973), história do matricida francês que também matou os irmãos, de Michel Foucault; o estudo de Georges Duby sobre Joana D'Arc, intitulado *O processo de Joana d'Arc*, (1973); e a biografia de São Luis, de Jacques Le Goff, intitulado *São Luis*, (1996).

Na relação que os estudos biográficos estabeleceram com a Micro-História podemos verificar que o trabalho do historiador com biografias também será influenciado pelos historiadores que criaram a abordagem da Micro-História no início da década de 1980. Assumindo a legitimidade do "fatiamento da história" posto em cena pela Nova História, porém preocupada com a problematização mais nítida do objeto de investigação, especialmente quanto às hierarquias e conflitos sociais, a

Micro-História trouxe à luz importantes biografias extraídas desta nova prática historiográfica.

Os exemplos deste tipo de narrativa seriam o clássico *O queijo e os vermes*, de Carlo Guinzburg, cujo personagem é um moleiro friulano, Domenico Scandella, conhecido por Menocchio e a história de *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Z. Davis, a trajetória de um impostor que se faz passar por marido de uma camponesa do sul da França.

No entanto não nos isentamos de alguns problemas no estudo histórico de biografias, dentre os quais principalmente se ressalta a dificuldade na escolha dos eventuais biografados, a prevenção contra o soerguimento do personagem ao *status* de herói, ou fazer a biografia separada da história social que a ambienta, contextos estes que advêm principalmente do historiador que trabalha com personalidades singulares muitas vezes utilizar arquivos privados.

No polêmico texto *A ilusão biográfica*, Pierre Bourdieu criticou a subjetividade de biografias históricas e a falsa idéia de sentido que os biógrafos buscam dar para o biografado. Segundo ele:

A biografia é uma ilusão no sentido de que o autor da mesma, seja o biógrafo ou o próprio biografado, dão uma seqüência, ordenam conforme o que acham significativo.

Não percebem que o real é descontínuo, as coisas surgem mais ou menos de modo imprevisível, fora de propósito e de modo aleatório. (BOURDIEU, 1996, s.p.).

No rol das advertências que podemos destacar para o pesquisador biógrafo emerge o risco de tentar compreender uma vida como uma série única e por si só suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outras ligações. Além disso, a dimensão metodológica recomenda atenção as relações derivadas, relativas ao grande público e mercado que, as vezes, compromete um pouco do rigor metodológico, aproximando os métodos da história com os da literatura, numa

arriscada epistemológica, ponto onde recorrentemente se situa o dualismo da biografia e da ficção biográfica de um personagem. Ressalte-se que não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base na escrita, mas sim com base na parte de ficção que entra as primeiras e deve ser proibida nas segundas por razões de método.

Ficção tem como base o direito que o autor acha ter de completar ações quando os documentos lhe são insuficientes, pois toda biografia resulta de tentação criadora. O autor instruído pela vida da personagem remonta o curso de um destino fingindo pela narração constatá-lo ao longo do tempo que passa.

Atualmente, portanto, há um importante incremento das possibilidades para o estudo de biografias históricas, acentuando suas possibilidades de apresentar-se probatória, quando se refere essencialmente de biografias de pessoas vivas. Também crescem as possibilidades das biografias contribuírem para revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida; quiçá, confirmar mitos em torno de uma pessoa.

Caso nos voltemos para estas perspectivas, operamos sobre a fronteira em que a biografia pode ser um documento de homologação, seja do conhecimento adquirido, seja das idéias prontas sobre um homem, seja das relações de um sistema político e da coletividade. Participar da história da diferença, avançando do uno ao múltiplo potencializa o percurso que vai do grupo e da sociedade ao indivíduo no grupo e na sociedade.

Considerações finais

As discussões aqui propostas apontam que uma biografia é uma via de inserção para a produção de uma prática historiográfica que faculta a interpelação de referenciais, conceitos recorrentes e definições mais assentadas, em função da

exigência irrecorrível de um novo olhar sobre a história e suas fontes, a ampliação do olhar a respeito das tematizações, e a vida como padrão de referência possível, pois não é uma biografia, muito menos a justiça pretendida derivada da pesquisa, mas sim a análise do ambiente, prospectivamente, o desafio historiográfico.

O homem político, e o é o historiador por exigência do século do cenário público, se vê em suas estratégias de identidade, que recrutam sua vontade própria, mas afora isso, é tributária de construções de teias de identidades tecidas por aqueles que o cercam. Assim, ele permanece freqüentemente encerrado nos processos de objetivação que, no essencial, lhe escapam. Como diria Dossè, "Num certo sentido, o homem político é um autor em busca de um personagem. Ele se serve de tipificações como as militantes, do parlamentar ou do estadista, que tornam lógica e cronologicamente coerentes seus atos, aos olhos dele mesmo e dos outros" (DOSSE, op. cit., p. 320).

A partir desse novo referencial, mais crítico, o personagem que compõe o universo biográfico deixa de ser apenas o personagem para ganhar contornos mais amplos, como o contexto, as teorias renovadas, as condições do tempo em que vivia. Desta forma se coloca a abrangência e um posicionamento crítico em relação aos e ao seu tempo, conseqüentemente a relação tensa de sua suas ações no mundo, que em uma palavra é a vida.

Referências

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: _____. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martín Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Topoi*, v.10, n. 19, 2009, p. 7-16. Disponível em:

http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%202001%20artigo%201.pdf. Acesso em: 25/03/2011

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

FABIANI, Jean-Louis. O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 33-65, maio de 2002.

FABIANI, Jean-Louis. O que resta do agente social? A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 33-65, maio de 2002.

FUCAULT, Michel de. *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. São Paulo: GRAAL, 1984.

GUINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

HUGUES, Portelli. *Gramsci e a Questão religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

LE GOFF, J. *São Francisco*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PALLARES_BURKE, M. Lúcia Garcia. As muitas faces da história. Nove entrevistas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1984.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SAID, Edward W. O papel público de escritores e intelectuais. IN: *Cultura e política*. São Paulo. Biotempo, 2003.

SARLO, Beatriz. A história contra o esquecimento. IN: *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997.

WILLIAM, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Autora

Elza Silva Cardoso Soffiatti

Doutoranda em História Social – UNESP/FRANCA.

Coordenadora de Pós-Graduação do Centro Universitário Claretiano – SP.

E-mail: elzasoffiatti@gmail.com

Recebido em junho de 2014

Aprovado em junho de 2014



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

ETNIA E CIÊNCIA NO CONTEXTO DO LIVRO A AMÉRICA LATINA: *MALES DE ORIGEM DE MANOEL BOMFIM*

Jerferson Joyly dos Santos Medeiros

Universidade Federal de Pernambuco

Jomar Ricardo da Silva

Universidade Estadual da Paraíba

Resumo

O presente artigo tem como diretrizes de estudo uma análise sobre etnia e ciência no contexto do livro *A América Latina – males de origem de Manoel Bomfim*, visibilizando a contribuição para ampliar a reflexão sobre as relações da sociedade com a quebra do estereótipo introduzido no Brasil acerca do pensar histórico no âmbito cultural. Na busca para o entendimento das ações, tentaremos interpretar e problematizar o livro no qual coloca o autor no ápice da sua reminiscência. O contexto apresentado demonstra como a América Latina estava relacionada em sua política modernizadora em relações do passado, advindas de relações parasíticas em preconceitos apresentados sobre diversas formas de justificação científica, que naturalizados como verdade, permearam a falta de políticas públicas e abrangeram a origem da discriminação racial e étnica das populações advindas do regime escravista. No Brasil temos uma grande discussão sobre etnia e ciência, onde se julga a inexistência do preconceito científico/histórico, nosso estudo tentará abordar como essa discussão se encontra entre o fim do século XIX e início do século XX, na obra desse referido autor.

Palavras-chave: Manoel Bomfim. Etnia. Ciência.

Abstract

This article is an analysis of guidelines on ethnicity and science in the context of the book *Latin America - the origin of males* by Manoel Bomfim, exposing the contribution to expand the study of the links between society and deconstruction of stereotypes introduced in Brazil about historical thinking in the cultural sphere. In the quest for understanding the actions, we tried to interpret and to discuss the book which the author puts at the apex of his reminiscence. The context demonstrates how Latin America was related to modernizing its political relations in the past, resulting in parasitic relationships prejudices presented on various forms of scientific justification, that naturalized as truth permeated the lack of public policies and covered the origin of discrimination racial and ethnic populations resulting from the slave regime. In Brazil we have a large discussion about race and science which criticizes lack the scientific / historical bias, our study attempts to approach how this discussion is between the late XIX and XX in the aforementioned author's works.

Keywords: Manoel Bomfim. Ethnicity. Science.

Visibilizando a contribuição para ampliar a reflexão sobre as relações da sociedade com a quebra do estereótipo introduzido no Brasil acerca do pensar histórico no âmbito cultural, tentaremos interpretar e problematizar o livro: *América Latina – Males de Origem* (1905) no qual coloca Manoel Bomfim no ápice da sua reminiscência. O contexto apresentado demonstra como a América Latina estava relacionada em sua política modernizadora em relações do passado, advindas de relações parasíticas em preconceitos apresentados sobre diversas formas de justificação científica, que naturalizados como verdade, permearam a falta de políticas públicas e abrangeram a origem da discriminação racial e étnica das populações advindas do regime escravista.

Manoel Bomfim em "*America Latina: Males de Origem*" criou a partir da noção de parasitismo, uma "teoria biológica da mais valia", segundo a qual as elites locais, as metrópoles coloniais e as potências imperialistas seriam parasitas das classes trabalhadoras, tomando para si as riquezas que estas produziam. Será que tal ideia não serviu de suporte para outras concepções vigentes? Qual foi o critério utilizado para separar as ideias produzidas no passado em consonância com o presente? Até que ponto Bomfim quis ser um visionário ou transpôs a própria realidade?

Assim, esperamos que o presente artigo possa servir de estudo na tentativa de configurar uma época importante da sociedade brasileira, à virada de um século a outro, por ser considerada a gênese do capitalismo que tardiamente em relação aos países europeus, se constituía trazendo mudanças nas formas de pensar e agir das pessoas, como também a necessidade de repensar as representações sobre a etnia e ciência, bem como, as condições culturais de exclusão impostas que tiveram as obras do citado autor num tema presente. No Brasil temos uma grande discussão sobre etnia/ciência, onde se julga a inexistência do preconceito científico/histórico, nosso estudo tentará abordar como essa discussão se encontra entre o fim do século XIX e início do século XX, nas obras desse autor.

Final do século XIX início do XX

Não és bom nem és mal. És triste e humano
(Olavo Bilac)

Dante Moreira Leite e Vamireh Chacon estão dentre os poucos que procuram quebrar a cortina do silêncio chamando a atenção para o esquecimento a que Bomfim fora relegado. Dante Moreira Leite, em seu livro publicado em 1960 e Vamireh Chacon, em significativas páginas qual o autor de A America Latina é criteriosamente pensado, indagava em 1965: 'Por que não se fala neste Manoel Bomfim?'²

Assim, nós somos apresentados a parcialidade de sua obra em todo o contexto social. A causa do fato de ele ter sido silenciado ao se atrever a 'refutar teorias cientificamente provadas' como as de 'pensadores Gustav Le Bon e Gobineau' (ROMERO, 1906, p. 233), mortificou seu estudo e toda 'perspectiva histórica para

² Fragmento do Livro Manoel Bomfim – combate ao racismo, educação popular e democracia racial. ALVES FILHO, Aluizio. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 66

julgar homens e acontecimentos do passado' (COSTA, 2008, p. 426 apud LEITE, 1992 [1954], p. 251). É delineado por tais escritos esquecidos e por toda uma manifestação ideológica/utópica que nossos passos irão de encontro ao "pequeno" para sua época, em tentativas ilusórias de combate ao "grande".

O esquecimento ao atravessar os fragmentos *dissonantes*, deslinearizou os tempos, colocando a teoria contra a própria teoria. Manoel Bomfim adentrou a um discurso descomprometido com interesses "dominantes" e usurpou a ideologia dos "dominados". Trouxe em seu bojo propostas de mudanças para o melhoramento de condições precárias que remetesse a dimensão prática e a aplicabilidade direta na sociedade. É, portanto, a tomada de posição em relação ao problema de uma época que faz o estudioso aceitar ou rejeitar um instrumento teórico determinado (ALVES FILHO, 2008, p. 68).

Em contextualização dos finais do século XIX, após um período de depressão econômica, equilibram-se as finanças dos países centrais, assim como se verifica certo alívio e conseqüente expansão dos negócios nos Estados Unidos e na Europa central. O resultado foi um clima de otimismo e confiança absoluta, que saía da economia e ganhava a cultura, os costumes e a moral (COSTA, SCHWARCZ, 2000, p. 27). A partir de 1870, houve rápidas transformações em decorrência da aplicação do conhecimento científico à produção industrial, no continente europeu. Por conseguinte, houve desenvolvimento da indústria baseado nas descobertas no setor químico e na eletricidade (HOBSBAWM, 1997, p. 70).

Hobsbawm (1988, p. 66) assinala que nesse período o capitalismo se tornou internacional na prática e internacionalista na teoria. Ele assumiu, cada vez mais, características globais, passando por mudanças rápidas e profundas. À medida que estreitava as fronteiras entre as regiões do mundo, tinha a necessidade de também modificar os padrões de vida e de consumo das áreas que eram incorporadas à dominação imperialista.

Em plena efervescência da jovem república brasileira vemos uma grave crise político – econômica, esta nova república que adotou o sistema de eleições diretas introduzia o princípio do federalismo. Em 1881 quando foi promulgada a constituição republicana, colocava a vontade da grande maioria como uma cartada no jogo político, embora a reforma por ela abordada mostrava-se inábil de provocar alterações concisas e de grande abrangência. A política colocada em cheque por Rui Barbosa nos primeiros anos da república caminhou-se para um verdadeiro fracasso, contribuindo no aumento da inflação e a dívida externa, o café era produto de riqueza nacional e os grandes proprietários rurais, os senhores do estado.

A abolição, antes de reparar uma injustiça social, veio trazer outros problemas para o grupo social étnico liberado: o negro não foi incluso na nova ordem social e a propriedade da terra continuou concentrada nas mãos de grandes latifundiários. Estes últimos preferiram a opção de utilizar a mão de obra estrangeira, proveniente da emigração sob os auspícios do Estado, a aproveitar o contingente de ex-escravos, que passou a constituir uma massa de pessoas sem trabalho, moradia e educação (RIBEIRO, 1995, p. 222).

O voto de cabresto fez cair na redundância, pois como uma população que nunca fora dada a oportunidade de se organizar politicamente, sem acesso a informações e escola, acabavam por impor-lhe seus representantes, levando a sociedade brasileira a uma forma de (des) organização social arcaica em defesa de privilégios próprios, tudo isso, permutado a escassa industrialização, o domínio das oligarquias rurais e uma exorbitante dependência do capital estrangeiro, não que o Brasil fosse o único afetado com esse arcabouço de mazelas, mas toda América latina. Com salve exceção aos EUA na vida das Américas e, tendo em vista a crescente industrialização do Norte despertando como a nação de grande “poder no continente”.

Deste modo vimos como Bomfim atacou o imperialismo dos Estados Unidos no momento em que este estendia sua influência sobre os países do continente, a partir

da doutrina propalada pelo presidente norte-americano James Monroe (1817 – 1825), que pregava a não intervenção das nações européias na América, divergindo assim contra a corrente americanista. Bomfim percebeu, ao contrário, que o americanismo era um instrumento usado pelos EUA para descartar a presença econômica européia e estabelecer a sua própria hegemonia no continente (VENTURA, 2001).

Conceito de representação

*Quem te ensinou, guerreiro branco, a linguagem de meus irmãos?
(Iracema - José de Alencar)*

Para realizarmos uma interpretação dos aspectos relativos às concepções sobre etnia no século XX tendo como base Manoel Bomfim, utilizaremos o conceito de representação constituído por Roger Chartier.

Ao conceito de representação, na perspectiva de se investigar esse processo, a história cultural contribui pela definição do seu objeto. A sua preocupação está centrada na busca da compreensão dos motivos das posições e interesses dos atores sociais que designam a realidade a partir de sua cosmovisão (CHARTIER, 1990, p.19). Enquanto operacionalização metodológica dessas representações sociais, como categorias para apreensão do real, Chartier (1990, p. 23) enumera três possibilidades: delimitações das configurações, com as quais são construídas, por diversos grupos, a realidade social; reconhecimento da identidade social que mostra a maneira peculiar de estar no mundo e as posições idiossincráticas, e as formas institucionalizadas que alguns “representantes” marcam a existência do grupo, classe ou comunidade.

Neste sentido veremos que as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Estas se apresentam de forma variáveis de acordo dos grupos que as forjam (CHARTIER, 1990, 17). Para alcançarmos as análises das configurações

das relações interpessoais nos escritos de Manoel Bomfim, recorreremos a uma análise das representações sobre etnia e ciência, utilizaremos as obras destes como fonte de pesquisa histórica. Chartier ressalta que para a 'história ciência social' "os indivíduos estão sempre ligados por dependências recíprocas, percebidas ou invisíveis, que moldam e estruturam sua personalidade e definem, em suas modalidades sucessivas, as formas da afetividade e da nacionalidade." (CHARTIER, 1990, p.7).

Dessa forma podemos então demonstrar o conceito de representação, que são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real, que permitem a reconstrução de um dado momento histórico através da utilização de representações como fonte histórica. Entendemos Por representação o conceito segundo Roger Chartier (2010), de interpretação dos valores e culturas sobre as quais estão relacionadas às forças de coerção do corpo social, onde as desigualdades passam a configurar a construção de uma cultura homogênea e excludente de características próprias ligadas a noção do real e social.

Pensando de forma complexa, analisamos a convivência e as dinâmicas sociais e étnicas que são inter-relacionadas com a escrita desse autor, seus escritos trazem como objeto uma realidade vivida em um determinado momento histórico, tornando-se interdependente ao relatar um meio social com temáticas afins, ou seja, trabalha com questões étnicas, científicas e como estas são vistas em seu meio social.

Manoel Bomfim, através do parasitismo social, analisou a exploração predatória e o gosto pela vida sedentária, que levariam ao esgotamento dos recursos e à decadência das sociedades. A eterna luta entre parasitas e parasitados seria, portanto, o principal fator das transformações históricas (VENTURA, 2001). Bomfim caiu em contradição, ao empregar o conceito biológico de parasitismo em sua análise da história e da política sul-americanas, transpondo da zoologia para história o conceito dos franceses Massart e Vandervelde, segundo o qual um ser vivo se torna parasita ao viver à custa de outro, explorado-o e sugando-lhe as forças e os

alimentos. Nesta perspectiva, as representações tornam presentes um objeto, conceito ou pessoas ausentes mediante sua substituição por uma imagem capaz de representá-lo adequadamente. Há uma distinção radical entre o representado ausente e a imagem que o representa (CHARTIER, 2002, p. 165 – 66)

Em outros termos, as relações sociais são representadas pelas relações de como o conhecimento do senso comum entra no conhecimento científico e tal representação mascara o conflito entre a “teoria” e a “práxis”, mas isso por si só não é capaz de promover a conciliação dos interesses pertinentes entre esse dois paralelos, embora um esteja subjacente ao outro, ambos aparecem com uma força com direitos próprios.

O autor do silêncio: A trajetória intelectual de Manoel José Bomfim

Está morto: podemos elogiá-lo à vontade.

(O Empréstimo – Machado de Assis)

Manoel José Bomfim, um ser mesclado de signos alheios a um poço deslumbrado de esquecimento, um revoltado perdido em meio a escritas deixadas no silêncio, um discursador indo contra a maré da historiografia dominante, herói disfarçado nas entrelinhas dos seus pensamentos, militante sem sair da cadeira, ou como costumam chamá-lo, “O rebelde esquecido”³. E assim se configurou na passagem do século XIX ao XX. Nasceu em Aracajú no dia 8 de agosto de 1868, na então província do Sergipe, filho de uma família abastarda dona de engenho de açúcar e comerciantes, viu de perto a transitoriedade do império a republica, viveu 32 anos de sua vida em cada período. Aos 12 anos foi trabalhar no engenho de sua família, transferindo-se cinco anos depois para a Bahia, onde iniciou os estudos em

³ Título conferido por Ronaldo Conde Aguiar no livro *Manoel Bomfim: O rebelde esquecido*.

Medicina, concluindo na cidade do Rio de Janeiro em 1890, período de grade efervescência da 'Nova República brasileira'.

Nos anos posteriores foi nomeado médico da secretaria da polícia e tenente cirurgião da brigada policial. Ao casar com Natividade Aurora de Oliveira, muda-se para o interior de São Paulo no intuito de clinicar. Seus filhos nasceram, Maria e Aníbal, mas logo algumas notícias abala-o, primeiro a morte de seu pai e segundo de sua filha, ficando comovido por não ter dado as devidas assistências, decepciona-se com medicina, ao ponto de largá-la aos 26 anos de idade e começar tudo do zero.

A educação será seu ponto de fuga, um redescobrir para dá sentido a vida. Além de médico, passaria a ser um cientista social, jornalista, professor, diretor da Instrução pública, secretário de Educação do Rio e deputado federal. Bomfim não era um sociólogo refratário de idolatria nem homem de repetir meia hombridade, na sua interpenetração via nos educadores, a consciência capaz de adaptar ensino da infância e da juventude e dessa forma redefinir o país.

Em 1901, vista Paris, passando a estudar psicologia e pedagogia na Sorbonne com bolsa de estudo do governo brasileiro, ao retornar ao país e já diretor do Pedagogium⁴ é nomeado após a extinção, diretor da instrução pública, viu nesta oportunidade de deixar alguns rastros do seu trabalho. Em contato com a imprensa, foi responsável por uma atuação efetiva Redigindo a revista Leitura para Todos e escrevendo artigos para os jornais: O Correio do Povo, O Comércio, Ilustração Brasileira, O País, Notícia e Tribuna.

Suas obras estão totalmente ligadas à sua vida, foi escritor que não ousou escrever sobre o seu íntimo, não quis traçar uma escrita de si, nem muito mesmo

⁴ Museu pedagógico fundado no ano de 1890, Rio de Janeiro. Passando em 1897 a ser um centro cultural superior, recebendo em 1906 o primeiro laboratório experimental de psicologia. Inspirado na reforma de Rodolfo Dantas em consonância ao ensino primário de Rui Barbosa, a iniciativa foi de Benjamin Constant era impulsionar as reformas e melhoramentos que carecia a educação nacional. O centro então formado contava como a Revista Pedagogia, esta distribuída gratuitamente aos professores de rede pública, às tipografias e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros. Durou 19 anos sendo extinto em 1919, tendo como principais diretores: Dr. Joaquim José de Menezes Vieira - 1890 a 1896 e Dr. Manoel José Bomfim - 1897 a 1919.

mostrar tanta dor e angustia que assolava-o diante da precária vida medico – higienista. Ao descobrir 1926 que teria pouco tempo de vida, começa esquematizar uma análise sociológica do Brasil, autor de: *América Latina – Males de Origem* (1905), da trilogia: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e o *Brasil Nação* (1931), empenha-se em criticar os historiadores e políticos do Brasil pela deturpação da história nacional e contribuição da deterioração da nação. Tenta ir além, comungando com alguns aspectos na construção da criação de uma nacionalidade tipicamente brasileira, desenvolvendo uma reflexão sobre o país e seus habitantes.

Em contato com a educação e com a escrita da vasta obra sociológica, Manoel contribuiu a cultura brasileira um importante e amplo debate intelectual, sendo considerado precursor na aplicação do materialismo na análise do ‘passado brasileiro’. Na psicologia desenvolveu obras, tais como: *O fato psíquico* (1904), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento* (1923) e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1928), além de: *As alucinações auditivas e o Ciúme*. Destemido, foi além do classificável, mostrava uma psicologia voltada para análise do sujeito focada nas discussões dos processos mentais subjacentes, o homem em suas obras, passa a ser um animal racional e o seu comportamento e pensar passam a ser estudado em um quadro social, o campo de investigação que traçava como característica principal as relações entre grupos, recaindo especificamente na atenção do indivíduo.

Em persistente contato com a pedagogia, foi um produtor de múltiplos livros didáticos destinados os cursos primários e ensino médio. Escrevia livros para utilizar nas salas de aula, e conseguir fazer com que os professores tentassem ir além do colocado pelas instruções públicas. Os livros mais conhecidos são: *Compêndio de Zoologia geral* (1902), *Lições e leituras para o primeiro ano* (1922), *Lições e leituras: livro do mestre* (1922) e *Crianças e homens* (1922). Na co-autoria de Olavo Bilac escreveu três obras: *Livro de composição para o curso complementar das escolas*

primárias (1899); *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) e *Através do Brasil: livro de leitura para o curso médio* (1910)⁵.

Etnia e Ciência no contexto do livro: A América Latina – Males de Origem

Prende-os a mesma corrente

Férrea, lúgubre serpente

Nas roscas da escravidão

(O Navio Negroiro – Castro Alves)

De uma forma mais lacônica, tomamos como objeto de estudo o livro, *A América Latina: Males de Origem*, pois podemos observar e tentar entender suas concepções e conceitos no que tange a estrutura da sociedade na transição do século XIX para o século XX e de que forma tais prerrogativas apresentadas ao longo da obra levaram-no a formular estereótipos, estes ligados ao indivíduo ativo, construtor de sua realidade social e dela construído.

A teoria conhecida como Darwinismo Social pensada de forma transitória assimilada do conceito biológico de evolução de Charles Darwin permeia o meio social das políticas e instituições sociais e fomenta concepções de evolução baseadas nos modelos de "civilidade" das "nações" imperialistas européias e americanas, desta forma justifica-se o atraso social e as causas dos problemas decorrentes das ausências de políticas sociais eficazes para a melhoria dos padrões de vida em uma conjuntura macro das sociedades. A questão política passa então para o plano de ciência relega-se a culpabilidade aos sujeitos em detrimento de suas origens

⁵ *Através do Brasil*, escrito em coautoria de Olavo Bilac teve mais de sessenta edições, sendo que a última foi publicada no ano de 1962. Para uma análise mais aguçada da permanência desta obra ao longo do tempo, ver: SANTOS; OLIVA (2004).

biológicas e se restringe o campo das elucidações das realidades centrais das problemáticas sociais ligadas aos processos históricos.

Bomfim questionou o chamado racismo científico⁶. Dividido seu livro em cinco partes, expões em cada uma delas, as formas negativas e preconceituosas dos europeus sobre a América do Sul, apontando como atraso deste continente, a degeneração de raças “inferiorizadas”, bem como a sustentação do meio e as asperezas do clima tropical no desfavorecimento. Publicado em 1905, foi escrito em 1903, quando o médico sergipano encontrava-se em Paris, provocando os leitores a refletir sobre as reais causas da situação, indaga:

Há um outro fator a indicar bem expressamente que é nesse passado, nas condições de formação da nacionalidade sul – americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações atuais: é que, por um lado, estas perturbações, estes males são absolutamente os mesmo – mais ou menos atenuados – em todas elas; e, por outro lado, estes povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições, foram educados pelos mesmos processos, e esses males eles os vêm sofrendo desde o primeiro momento. (BOMFIM, 1993, p. 59)

Em detrimentos as concepções dominantes na época da virada para o século XX, o Brasil, buscava um identidade nacional brasileira, juntamente com uma identidade específica para o labor intelectual. Neste sentido, o trabalho de Bomfim ganha notoriedade ao ir de frente com o discurso eurocêntrico, com argumentos novos e verdadeiros, formula e dar pressupostos a um contra-discurso. A formulação dada por Bomfim em contraposição ao que era vigente na época sobre o fator das raças serem as causas do subdesenvolvimento leva-o a formular a tese do

⁶ Entendemos por racismo científico o conceito utilizado por Aluizio Alves Filho conferido a Arthur Gobineau (1816 -1882) que, entre outras sandices, escreveu em seu livro intitulado Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas: “A raça branca possuía originalmente o monopólio de beleza, da inteligência e do vigor. Por sua união com outras variedades, criam seres híbridos, débeis, fortes, mas sem inteligência e, sobretudo feios” (FILHO, 2008 apud GOBINEAU, 1932, p. 209)

parasitismo social, estabelecendo uma comparação entre organismo animal e as sociedades humanas, enfatizando a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causava profundos males aos povos latino-americanos. A Formação em medicina pode ser percebida em alguns termos utilizado por ele ao longo da sua obra, "sintomas", "remédios", "parasitas", "parasitadas", formulações que nos remete a ir por vielas ao entendimento da sua tese.

Sua tese desmoralizante e esquecida em torno de meio século, batia de frente com pressupostos de ideias elitistas, estas que fizeram parte do início do século 20, podemos citar como exemplo, a tão propagada tese de que a mestiçagem provoca decadência da espécie que não passou ou rendiam –se as homenagens preconceituosas nas ideias do Gobineau e seus seguidores, no linear de suas análises, Bomfim, não admitiu despercebido, criticou, reformulou e abrangeu tais prerrogativas dando novas perspectivas e olhares. Para alguns comentaristas de Manoel Bomfim, essa sua elocução carregada de biologismos que buscava dar conta da realidade social tinha ascendência nas ideias de Marx⁷ (apud AGUIAR, 2000), autor como Ventura (2001) vão mais longe ao afirmar que Bomfim criou uma "teoria biológica da mais-valia", segundo a qual "o parasitismo produziria o gosto pela vida sedentária, que levaria ao esgotamento dos recursos e à decadência das sociedades." (VENTURA, 2002, p. 243-244).

Ao longo da obra tenta explicar o sistema colonial, para justificar suas intenções nas políticas coloniais e como aconteceu esta colonização:

⁷ Karl Heinrich Marx (1818 - 1883) foi um intelectual alemão, fundador da doutrina comunista moderna, atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista. A nível de estudo neste relatório compreendemos o trabalho na perspectiva apresentada por Marx, como atividade fundante da humanidade. E o trabalho, sendo a centralidade da atividade humana, se desenvolve socialmente, sendo o homem um ser social. Sendo os homens seres sociais, a História, isto é, suas relações de produção e suas relações sociais fundam todo processo de formação das sociedades.

Aqui chegando, os aventureiros espanhóis tinham como empenho primeiro recolher todo o ouro - todas as riquezas acumuladas. Elas não eram fantásticas como as que os portugueses encontraram na Índia; cifravam-se em algumas toneladas de ouro, ao Norte e ao Sul do istmo - México e Peru. Mas este ouro colheram-no, não com a simplicidade e tolerância de um visitante noturno, que faz deslizar à gazua a lingueta da fechadura, apanha o que lá existe na burra, e vai embora mansamente, deixando a vítima à vida, o imóvel, os meios em suma de trabalhar ainda, e refazer de alguma sorte a existência. Há quem se limite a isto: são os bandidos e gatunos vulgares; os heróis procedem de modo mais radical. É este mesmo, o único traço distintivo entre o herói conquistador e o ladrão noturno. O processo dos capitães ibéricos, na América, não foi nem mesmo o da vespa preguiçosa e agressiva, que invade a colméia pacífica e se farta de mel alheio, matando, destruindo as abelhas que se lhe querem opor, mas que, em todo caso, deixa subsistir o cortiço; que será aproveitado pelas sobreviventes. Não; aqui chegando, eles encontraram impérios constituídos, populosos, civilizações vivazes; e, para se apoderarem de alguns carregamentos de ouro, destruíram tudo, tudo. Esse proceder não podia deixar de trazer conseqüências consideráveis para a vida econômica das futuras sociedades coloniais. (BOMFIM, 1993, p. 127 – 128)

O parasitismo social integral aplicado nas políticas colônias de Portugal e Espanha, refletiu na política do século XX, as fragilidades fruto dos chamados males da América. O uso por Bomfim de tal analogia o leva a desenvolver a sua “teoria do parasitismo”, cujo argumento central é o de que o “atraso brasileiro” se devia menos à composição racial do que ao caráter parasítico de espanhóis e portugueses transmitido às terras por eles colonizadas no Novo Mundo, que forçavam seus hospedeiros a sofrer um desenvolvimento defeituoso das várias funções naturais (SKIDMORE, 1976). No Brasil a teoria de cunho biológico será transplantada para o meio social para explicar as relações de superioridade e inferioridade das classes

econômicas do país, suas explicações de caráter científico fundamentam seu pensamento social sobre as reais condições da sociedade.

Quanto à vida social propriamente dita, moral e intelectual, o regime parasitário tem (e não podia deixar de ter) uma influência igualmente sensível e funesta. O primeiro efeito desses processos de exploração, desenvolvidos pela metrópole, foi preparar uma população heterogênea, instável, cindida em grupos, possuídos de ódios entre si, desde o primeiro momento, formada quase que de castas distintas. (BOMFIM, 1956, p. 9 – 10)

Na perspectiva mais abrangente de Bomfim, esta luta entre parasita e parasitado, estaria causando as mudanças históricas. Mas, no pensamento bomfiniano, esta sua maneira original de olhar ao redor de si (RIBEIRO apud BOMFIM, 2005), de buscar interpretar a realidade da América Latina, mais particularmente a brasileira, rejeitando “a noção pseudocientífico de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de processos a fatores de ordem social e cultural.” (CÂNDIDO, 1990, p. 12) faria a América dar um passo a frente.

As conjecturas apresentadas sobre a divisão e os preconceitos sociais seriam advindas da colonização escravista e exploradora, onde a moral dos dominadores estaria acima de sua posição, as populações inferiorizadas “negros e indígenas” ainda estariam relegados a uma relação de verticalidade onde a velha estrutura colonial escravista ainda se mostrava presente. Neste sentido, é possível dizer que os principais efeitos presentes destas transformações dizem respeito ao fato de que trazem à tona algumas importantes questões relativas à autocompreensão de certos povos em relação à formação de sua nacionalidade, reivindicando a tese de que o passado pode conter ensinamentos que devem ser aproveitados pelo presente a partir de uma espécie de interpretação seletiva (SOUZA, 2000). Na mentalidade política das instituições republicanas e em seus representantes esta relação de exploração e discriminação se fazia presente, através do preconceito e do grau de

“branqueamento” do sujeito, este seria uma legitimação das relações passadas vivenciadas na colonial e naturalizadas nas repúblicas americanas.

Nos interstícios dessa malha de feudos, uma população de mestiçagem, produtos de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animada de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os seus vícios e defeitos, sem participar de nenhuma das suas vantagens, reduzida ao viver rudimentar das hordas primitivas. (BOMFIM, 1956, p. 10)

O contexto apresentado por Bomfim irá demonstrar como a América Latina estará relacionada em sua política modernizadora em relações do passado, advindas de relações parasíticas que persistirão nas décadas do início século XX em preconceitos apresentados sobre diversas formas de justificação científica, que naturalizados como verdade permearam a falta de políticas públicas e abrangeram a origem da discriminação racial e étnica das populações advindas do regime escravista e explorados. Tendo como objetivo o “de proteger os indivíduos contra a natureza, contra as causas naturais de miséria, contra a ignorância, contra o preconceito, contra a superstição.” (BOMFIM, 2005). Seus descendentes sentirão este reflexo e a sociedade apoiará sobre novas formas estas desigualdades.

Ao desenrolar das teorias Bomfinianas, é perceptível o quanto o pensamento é inovador. Por sua ousadia em apontar o chamado racismo científico que hipnotizava parte dos intelectuais e a elite brasileira, a ideia de progresso, que tanto almejava estava intrinsecamente ligada à educação e não relacionada com as questões raciais e o clima tropical como uma forma de atraso enraizado.

Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido* – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, Aluízio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BENTO, Luiz Carlos. *Teórico ensaísta ou rebelde: a importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para historiografia brasileira*. Artigo: 2010.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da História em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2000.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 1º ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1905. 2º edição. Rio de Janeiro: A noite, 1938. 3º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. Edição comemorativa do centenário de publicação do livro, a Topbooks republicou A América Latina: Males de origem em 2005.
- CÂNDIDO, Antônio. "Radicalismos". *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol.4, n.8, 1990.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universitária/ UFRGS, 2002.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. (Col. Memória e Sociedade).
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- COSTA, Angela Marques da. SCHWACR, Lilia Moritz. 1990 – 1914: No tempo das certezas / coordenação Laura de Mello e Sousa, Lilia Moritz Schwacr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COSTA, Jean Carlos de Carvalho. *Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a "impertinência" bomfiniana em torno da identidade nacional*. Cronos, Natal – RN, v.9, p. 417 – 438, jul./dez. 2008.

FAUSTO, Boris. *História de Brasil*. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FREUD, Sigmund. El Moisés de Miguel Angel (1914). In: _____. *Psicoanálisis aplicado: ensayos sobre la aplicación del psicoanálisis a la literatura, el arte, la religión, la mitología, la guerra y la paz*. Trad. Ludovico Rosenthal. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1954. (Obras completas, v. 23).

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da história" da primeira república. Revista de história – dossiê ofício do historiador. São Paulo: ANPUH, vol. 23, n. 45, 2003.

HOBBSAWM, Eric. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3 ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história." Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, [Trad. das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. Advento da modernidade. *Revista Lua Nova*, n. 20, p. 19-30, 1990.

REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática. In: REIS, José Carlos. *As*

identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.183-239. v.2.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 11-22.

ROMERO, Silvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1906.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed.Rev.eAmpl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999.

_____. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UNB, 2000.

VENTURA, Roberto. *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

Autores

Jerferson Joyly dos Santos Medeiros

Mestrando pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE. E-mail: joyly@uol.com.br

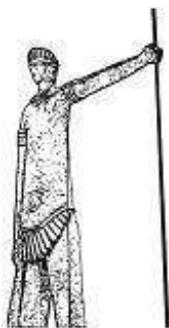
Jomar Ricardo da Silva

Doutor em Educação pela UFRN

Professor da Universidade Estadual da Paraíba

Recebido em maio de 2014.

Aprovado em junho de 2014.



ariús
Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NA CIDADE DE
NOVA PALMEIRA-PB (1985-1995)**

**PRACTICES AND EXPERIENCES OF WOMEN IN THE CITY OF
NOVA PALMEIRA PB (1985-1995)**

Priscila Mayara Santos Dantas

Maria do Socorro Cipriano

Universidade Estadual da Paraíba

Resumo

Este trabalho tem por objetivo historicizar as práticas e experiências de mulheres na cidade de Nova Palmeira-PB, entre 1985 a 1995, intencionando apreender quais transformações surgiram ao longo dessa atuação e quais espaços de poder foram sendo construídos durante esse período, uma vez que nos deparamos, dentro do recorte temporal estabelecido, com o surgimento de um movimento sindical direto, com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e com a fundação do Centro de Educação Popular – CENEP (organização não governamental), enquanto espaços direcionados por elas. O mapeamento das práticas femininas por meio de documentos e entrevistas realizadas permitiu tecermos uma história ainda não contada pela historiografia. Além da revisão bibliográfica sobre o tema, tivemos as contribuições de análise metodológica sobre o cotidiano, tecidas por Michel de Certeau, além de reflexões sobre os conceitos de experiência e consciência de classe de Edward Thompson.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Mulheres. Práticas.

Abstract

This paper aims at historicizing the practices and experiences of women in the city of Nova Palmeira PB, between 1985 to 1995, intending to seize what transformations emerged over this action and which spaces of power were built during this period, since we found within the time frame establishment, the appearance of a direct trade union movement, with the formation of the Workers Party (PT) and the foundation of the Center for Popular Education - CENEP (NGO), while targeted spaces by them. The mapping of female practices through documents and interviews provided the construction of an untold story in the historiography. Besides the literature review on the subject, this study has provided methodological analysis of contributions on everyday life, advocated by Michel de Certeau, as well as reflections on the concepts of experience and class consciousness of Edward Thompson.

Keywords: Social movements. Women. Practices.



Imagem 1 - Retrato do "Encontro de Mulher", ocorrido no Centro de Educação Popular (CENEP), com o apoio da Estadual de 1º Grau Antônio Coelho Dantas, na cidade de Nova Palmeira-PB, em 10 de março de 1991. (FONTE: Acervo fotográfico do CENEP)

A fotografia¹ acima bem poderia representar um mero momento de lazer e de descontração vivenciado por um grupo de mulheres qualquer, em algumas de suas muitas corriqueiras atividades de lazer e/ou datas comemorativas escolares. Mas, do que nos fala esse olhar da mulher que toca o seu instrumento? Quem é ela? Quem são elas? Que histórias se entrelaçam nesta imagem?

Se não fosse pelo cartaz ao fundo, no qual aparece o slogan "Mulher, te organiza e vai à luta", talvez essa fotografia não tivesse nenhuma importância para a História, posto que não se trata de grandes líderes feminista no cenário nacional; a fotografia também poderia não ter nenhuma importância para esta aprendiz de historiadora, se não trouxesse à cena um fragmento de *outras histórias*, que tratam de iniciativas e ações aguerridas de um grupo de mulheres que vivenciaram experiências singulares numa pequena cidade do interior da Paraíba e que não se conformando com suas precárias condições sociais, de suas famílias e de suas comunidades se lançaram pelos áridos caminhos da política.

É como um olhar mais curioso e entendendo que esta imagem apenas captura o instante, o fragmento congelado de uma história que ainda está por ser contada, que tento pensar sobre este e outros registros analisados², neste trabalho. Registros que se tornam emblemáticos no sentido de demarcar intenções de "luta", de "organização" e de "ação" por parte das mulheres envolvidas; são registros vistos aqui como reveladores um enredo oculto, à espera de um olhar em forma de

¹ Segundo Eduardo Paiva (2006), a fonte iconográfica contribui no sentido de melhorar nossa compreensão sobre o objeto estudado. São imagens construídas e por isso podem ser manipuladas, mas associadas a outros registros de um determinado momento nos servem de certidões visuais. São plenas de representações do vivido no tempo e no espaço. Ao utilizarmos esta fonte, precisamos reinterpretá-la, criticá-la sem tomá-la como verdade, pois é lacunar, silenciosa e impregnada de intencionalidades.

² Além das fotografias, analisamos produções artísticas como músicas, poemas, paródias, versos escritas por mulheres, bem como relatórios de atividades, de encontros, de reuniões e palestras, abaixo-assinados, cartilhas, peças de teatro, documentos de fundação, correspondências, ofícios do Centro de Educação Popular (CENEP), atas, livro de registros, fichas de filiação do STR, documentos do Partido dos Trabalhadores (fichas de filiação, ata de fundação, ofícios), bem como documentos pessoais, tais como anotações, poesias, livros. Esse conjunto de material somado as entrevistas (fonte oral) realizadas, constituem nossos objetos de verificação.

problemática histórica, pronto para ser investigado e tornado público, alargando e se agregando a uma historiografia ainda frágil de narrativas peculiares e de sujeitos (in)comuns.

A mulher que toca é a funcionária pública Fátima de Lé (como era conhecida), apenas uma das muitas participantes que fazem parte das atividades comemorativas do *Dia da mulher*, apoiados pelo Centro de Educação Popular – CENEP, em 1991³. Era a partir de eventos como estes que esta ONG estabelecia relações de proximidade com a comunidade, estrategicamente tratava de questões mais amplas ligadas à condição feminina na cidade e em suas comunidades. Desta forma, outras indagações podem ser apontada aqui: como as reivindicações de um pequeno grupo de mulheres acabaram por possibilitar as lutas por questões políticas mais amplas na cidade de Nona Palmeira? E, como foi possível, entre 1985 a 1995, um entrelaçamento de suas histórias com as da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a fundação de uma expressiva ONG (Centro de Educação Popular – CENEP), que veio possibilitar a criação de espaços de poder, especialmente, voltados para as questões do âmbito feminino?

A historiografia paraibana sobre movimentos sociais que inscrevem as mulheres como protagonistas estão, ainda, permeadas por enredos particulares, análises e discursos individualizados centrados em figuras como Elisabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha Silva. Apesar da importância dessas histórias, no sentido de apontar para um enorme avanço na historiografia⁴ acerca da participação feminina no cenário paraibano e nacional, ainda percebe-se uma

³ As informações foram extraídas do Relatório de Atividades do CENEP (Nova Palmeira-PB, 10 de março de 1991), bem como das poesias e cantos produzidos para o evento.

⁴ “Medo da morte: esperança de vida: A história das Ligas Camponesas a Paraíba”, dissertação de Maria do Socorro Rangel (2000), sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, trazendo enquanto sujeitos de análise a participação de Elisabeth Texeira e Margarida Maria Alves nos movimentos. A tese de Ana Paula Romão, “Paraíba, mulher-macho: (dessa) fios da história (Paraíba, século XX)”, (2010), sobre a construção da imagem feminina paraíba, que nos proporcionando refletir sobre os espaços e discursos tecidos sobre a mulher no Estado paraibano.

carência de narrativas comuns, de práticas peculiares e mobilizações de cunho esquerdistas que se estenderam a outros territórios na Paraíba.

Dialogando com as discussões já promovidas em torno da temática na Paraíba, nosso trabalho visa apreender as experiências e práticas de mulheres na cidade de Nova Palmeira, entre 1985 a 1995, intencionando compreender quais mudanças se gestaram ao longo dessa atuação e quais espaços de poder foram se “edificando” nesse percurso, uma vez que nos deparamos com o CENEP (Centro de Educação Popular), uma entidade sem fins lucrativos, tomado como lugar de reunião de ideais e lutas protagonizadas por mulheres.

Perseguindo caminhos possíveis, nota-se que no Brasil, os *movimentos sociais contemporâneos* têm sua história marcada pelos grandes embates realizados contra os governos autoritários, sobretudo ainda nas lutas pela liberdade e democracia. Nos anos 90 se constatou o não diálogo do governo com os movimentos sociais tendo em vista sua ligação elitista com as políticas internacionais capitalistas. O país estava no ápice do neoliberalismo, berço das reivindicações do governo FHC, onde o sucateamento do aparelho estatal era algo real e efetivo, na qual o desrespeito a todos os trabalhadores brasileiros, entre eles mulheres e homens, desvelava a corrupção e fragilidade do sistema democrático vivido (GOHN, 2012).

Na Paraíba, durante as primeiras décadas do século XX, os movimentos sociais eram frágeis, ligados tanto ao Estado quanto a Igreja Católica. A industrialização era muito pouca. Éramos um Estado atrasado economicamente e na política continuávamos oligárquicos e autoritários, com práticas assistencialistas e clientelistas para o controle eleitoral. Porém, mesmo diante desse rígido controle sobre os trabalhadores do campo e outros grupos sociais, existiram muitas reações (NUNES, 2008).

Trabalhos como o de Maria do Socorro Rangel (2000) sobre a história das Ligas Camponesas na Paraíba ocorridas no território do Brejo paraibano, reportando as tramas e lutas que lá se teceram em benefícios dos camponeses; as discussões

promovidas por Eltern Campina Vale (2008) em sua dissertação sobre movimento operário na cidade de Rio Tinto, cidade localizada na região metropolitana de João Pessoa, capital do Estado; as análises tecidas por Paulo Giovani Nunes (2003), em seu trabalho de doutoramento, sobre a construção e trajetória política do PT na Paraíba; somam enquanto contribuições teóricas, metodológicas e informativas não apenas voltada aos territórios em específico, mas trazendo aparatos mais gerais, contextualizando a temática a nível nacional e de mundo.

Em consonância a essa revisão literária, analisamos as atas de eleição, relatórios de encontro, pautas de reuniões do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) do município, vislumbrando apreender as ações e participação das mulheres nos programas que envolviam o órgão; Atas de eleição, relatórios de assembleias, pautas de sessões semanais da Câmara Municipal, com vista a mapear datas e informações eleitorais na qual mulheres concorreram a cargos públicos, bem como a atuação das mesmas na esfera política; Ofícios, fotografias, registros de oficinas, cursos e palestras, atas de reunião, de fundação e de reconhecimento, panfletos do Centro de Educação Popular (CENEP), buscando tear um limiar de informações e práticas femininas a partir dos movimentos proporcionados pela ONG, demarcando registros de ações de mulheres antes e depois de sua fundação⁵; Listas de filiação, atas de reunião e de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade, atentando para os desdobramentos tecidos para que fosse possível a viabilidade da fundação do partido na cidade, tendo em vista serem as mulheres pioneira desse movimento.

Enquanto referencial teórico e metodológico Michel de Certeau, através de sua dimensão cultural de análise sobre o cotidiano, nos permitiu visualizar sujeitos

⁵ O mapeamento e compreensão da operacionalização do Centro de Educação Popular nos permite listar uma série de singularidades de mulheres com anseios diferentes, com sensibilidades diversificadas, uma vez que se vê na tessitura do cotidiano da ONG uma variedade de atividades voltadas para o bem estar da comunidade carente.

comuns que fizeram de suas práticas cotidianas, *espaços* e *lugares*⁶ de sobrevivência, ora rompendo com as ordens estabelecidas, ora aproveitando oportunidades para burlar os papéis a eles destinados.

Edward Thompson, a partir de sua percepção sobre mulheres e homens comuns, compreendidos a partir dos conceitos de *experiência* e *consciência de classe*, também nos possibilitou visualizar atuações e discursos que se fizeram mudanças na cidade de Nova Palmeira, à medida que a reunião de ideias e percepções de mundo ia se aglutinando, se constituindo em um ideal de sociedade comum entre todos aqueles que participaram dos movimentos sociais.

Uma ONG, um movimento e um partido

Ao longo da década de 80 os grupos pastorais se encarregaram de politizar através da Teologia da Libertação e de seus agentes. Os jovens e mulheres que participavam das organizações eclesiais, a exemplo da própria CEBs (Comunidades Eclesiais de Base)⁷, que surgiu em Nova Palmeira, em meados dos anos 80, fortalecendo ideais de mudança, que influenciaram de forma efetiva na costura de disputas políticas. De acordo com Machado (1997), a Igreja Católica foi fundamental para a configuração do confronto que se travou entre os setores sociais e as instituições de poder local, a exemplo da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e seus partidos de sustentação, inclusive do próprio Sindicato Rural, este que estava sobre

⁶ A ideia de *lugar* para Michel de Certeau seria a configuração instantânea de posições e relações de um ser próprio e estável, suscetível a mutações colocadas pelo tempo, ao passo que *espaço* é visto como concentração de operações nas quais as coisas acontecem, ou seja, o lugar onde a prática se organiza (CERTEAU, 2008).

⁷ Segundo Jomar Ricardo (2010), pesquisador das CEBs, em especial na Paraíba, da qual resultou na sua tese de doutoramento intitulada *A Igreja da pós-modernidade: CEBs, poder e cidadania*, as Comunidades Eclesiais de Base surgem em um contexto de oposição da Igreja aos poderes públicos, em meados do século XX, a partir de organizações de base, atreladas aos interesses da sociedade civil, estimulando a participação da população nos espaços de poder da sociedade. Formada por uma estrutura descentralizada e heterogênea, possui tanto membros políticos quanto religiosos, direcionados pelos chamados animadores e agentes pastorais.

poder do estado até final dos anos 80, através de discussões sobre fome, desemprego, saúde, cidadania. Ainda segundo o autor:

Em Nova Palmeira, especificamente, desde meados dos anos 80, esse posicionamento teve influência decisiva na dinâmica de parcialidade assumida pela Igreja Católica nos processos de disputa do poder local, na medida em que, como aliada incondicional de determinados grupos de oposição, abriu suas portas para organização e o fortalecimento público desses diversos setores sociais. (1997, p. 77)

A Igreja atrelada a uma formação política dos fies mais participativos, em maioria mulheres, se colocando como emblemática na constituição de uma mentalidade de mudanças que se reorganizaram enquanto atos reais, ou seja, na organização de mobilizações sociais que implicaram em transformações não só no espaço nova palmeirense mais também na atmosfera de outras cidades, a exemplo de Cubatí, Soledade, Picuí.

Os documentos analisados nos levam a pensar que em meados dos anos 80, as mulheres, e em especial Mocinha, já exerciam uma atividade política, no sentido de questionar, de interferir na comunidade. O Resultado disso foi à vitória da sua chapa no STR de Nova Palmira, 06 de setembro de 1989, onde se efetivou toda a mobilização existente desde meados dos anos 80 em um só movimento: a luta pela sindicalização feminina.

A partir de então, demarca-se um movimento específico de mulheres. Embora com apoios de figuras masculinas, a exemplo do esposo da entrevista, José Barbosa, e de alguns "companheiros rurais", foram elas que encabeçaram e deram roupagem a luta⁸.

⁸ Segundo Glória Rabay e Maria Eulalia Carvalho (2010), a princípio não há registros na Paraíba sobre lutas sociais vinculadas ao acesso à educação, como aconteceu por outras regiões do país, mas movimentos pelo direito ao voto no começo do século XX, algo já difundido pelo Brasil.

O movimento de oposição à diretoria do STR em Nova Palmeira, este que não aceitava a extensão de benefícios às mulheres associadas, enfrentou fortes resistências dos líderes políticos hegemonicamente masculinos, estes que estavam ligados de forma direta ao presidente do Sindicato na época, órgão, ainda, tutelado pelo Estado. O movimento durou alguns meses e em 05 de março de 1989 a Mocinha conseguiu fazer sua ficha de associada, com o n.º de 1007 no Livro de Registro.

O movimento pela sindicalização feminina no STR, iniciado em 1989, transformou não só a estrutura política que havia dentro do sindicato, dirigido por um só presidente até então, como contribuiu para efetivar uma consciência de classe que ainda estava em fase de concretude, tendo em vista não haver registros de outro confronto direto com alguma instituição de poder na cidade. Esse movimento também foi importante, pois acionou uma outra forma de luta, dessa vez institucionalizada e oficial.

Depois de muitos debates, encontros e reuniões que marcaram a década de 80, a ideia de formar um partido político ganha esboço. No Brasil já vivenciava a atuação de partidos esquerdistas e seus resultados na transformação das condições de trabalho tanto do homem rural quanto do urbano. O PT foi emblemático nesse sentido, por surgir como um partido de trabalhadores e por se encaixar nas propostas e ideologias discutidas nos grupos educativos, religiosos e sindicais nova palmeirenses. O partido surge pelo desejo de institucionalizar as práticas e legitimá-las a partir de um lugar de poder, o político.⁹

Agora as lutas sociais tinham outro lugar de exercício, outras possibilidades e preocupações. À medida que construíam pilares e expandiam suas expectativas, fortaleciam os sentimentos de unidade, força e coletividade de um grupo oficial de esquerda, liderado por mulheres. O registro dessa maioria pode ser percebido nas

⁹ Segundo Paulo Nunes (2003), a formação de PT no interior da Paraíba foi complexa, pois enfrentou muitas dificuldades, a exemplo da má impressão que os políticos locais criavam sobre o comunismo, das repressões cometidas pelos mesmos para intimidar a organização de partidos de esquerda, e por, alguns partidários petistas.

listas de filiados do PT, onde a cada ano novos membros aderiam, mais sempre o número maior de assinaturas eram do sexo feminino como podemos verificar na tabela abaixo¹⁰:

Tabela I – Tabela demonstrativa com base nos dados colhidos das fichas de filiação do arquivo documental do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ano	Mulheres	Homens	Total de filiados
1991	26	13	39
1992	31	17	48
1993	26	11	37

Notamos de forma clara a maior adesão feminina, e uma oscilação de filiação masculina, ao longo dos três primeiros anos de fundação do partido na cidade, demarcando um território de atuações onde elas sempre estiveram lá, ativas, participando e perseguindo espaços de luta. A própria formação da primeira diretoria do partido tem como núcleo hegemônico as mulheres. De 11 membros, apenas 3 são homens.

Através do PT, e principalmente depois que Nega Lourdes se elegeu como vereadora pelo partido, em 1992, se viu a configuração de outras manifestações na cidade, desta vez através de diferentes mecanismos de luta¹¹, a exemplo dos abaixo-assinados, bastante corriqueiros no ano de 1995, em decorrência da falta de luz elétrica em algumas ruas e sítios da cidade.

Por ser um partido de esquerda, fundado no Brasil em 1980, quando a ditadura já mostrava nítida decadência, e por possuir em seu interior tendências das mais extremas oposições, como partidários da ALN, do PCB, líderes e grupos

¹⁰ A tabela demonstrativa foi criada a partir das listas oficiais de filiados do PT em Nova Palmeira desde o ano de sua fundação até 1993, os únicos registros com datas.

¹¹ Segundo Gohn (2012), as teorias e concepções sobre "luta de classe", "revolução", "ideologia", surgiram na intenção de promover ações que resultassem em mudanças promovidas por uma classe trabalhadora conscientizada do seu papel e dos seus direitos na configuração dos espaços sociais, tendo em vista serem provenientes de um sistema de produção.

sindicalistas, fies cristãos da ala esquerdista da Igreja católica, foi alvo de duras repressões e preconceitos pelos direitistas e por grande parte da população nacional. O PT na Paraíba, fundado no período de redemocratização do país, também carregava o caráter plural de tendências em suas estruturas, recebendo enxurradas de críticas e preconceitos (NUNES, 2013).

No Estado, o caso do PT em Nova Palmeira foi peculiar. Uma cidade onde práticas patriarcais e machistas eram bastante visualizadas, a exemplo do poder público ser majoritariamente masculino, se viu a formação de um partido de esquerda como o PT se fundar por direcionamentos femininos, composto em sua maioria por mulheres que procuraram estar sempre à frente das ações e efetivar mudanças através do mesmo. Entretanto, o partido não ficou ileso de receber reações negativas por parte da população. Os filiados, e principalmente as mulheres, eram conhecidos como comunistas, arruaceiros, radicais, demarcando, ainda, registros característicos de uma herança ditatorial. O exemplo mais emblemático dessas práticas repressivas foram às cartas anônimas¹² destinadas as líderes partidárias contendo ameaças de morte.

O Partido dos Trabalhadores atrelado às *práticas cotidianas* femininas estimuladas a partir de outros lugares na sociedade, a exemplo do CENEP, em consonância a uma *consciência* de organização e unidade que as mulheres passaram a adquirir ao longo do tempo, se percebendo enquanto *classe*, esta vista pela ótica de Thompson, possibilitou que elas não poupassem esforços para adentrar aos espaços públicos e se empoderar dos seus direitos enquanto cidadã e trabalhadora.

Além das práticas acionadas a partir do Clube 4-S, das organizações religiosas, do movimento de formação sindical que resultou na luta pela sindicalização feminina no STR, da fundação do PT e sua emergência na Câmara, as ações e atuações de mulheres não pararam por aqui e o Centro de educação Popular – CENEP, se

¹² Das várias cartas recebidas, só tivemos acesso a uma dela, direcionada a Nega Lourdes, em 02 de agosto de 1996, pois as outras precisaram ser queimadas por medo de continuarem sendo reprimidas.

encarrega de mostrar isso. Uma ONG resultante de todas as experiências acometidas ao longo dos anos e que se mantem viva até hoje continuando a de(marcar) espaços, re(fazer) lutas e a im(plantar) novos destinos.

O centro foi fundado no dia 21 de janeiro de 1990, em reunião no Salão Paroquial da cidade, como consta na Ata de Fundação do mesmo, no qual traz o nome de Nega Lourdes como diretora, Marizinha enquanto secretária e Edson Camargo como tesoureiro da entidade, formando a diretoria que encaminharia as atividades já desenvolvidas pelos grupos comunitários¹³. Segundo o documento, o objetivo pioneiro da entidade era o de continuar "conscientização e organizando a classe trabalhadora" na luta por melhorias na qualidade de vida.

Enquanto utilidade pública o CENEP só veio a ser reconhecido pela Câmara Municipal em 14 de novembro de 1992, pelo projeto de Lei Nº 13/92, dois anos depois de sua fundação, e em 6 de dezembro do referido ano, pela Prefeitura, informações que nos leva a pensar que havia uma resistência por parte dos líderes políticos em aceitar a atuação do centro na comunidade, uma vez que este – o centro – foi resultado dos inúmeros combates sociais que lá incidiram e tiveram repercussões contrárias as dos dirigentes administrativos, demarcando mais uma vez a existência de campos rivais que persistem em se digladiarem ao logo da década de 90.

Como analisamos anteriormente, os trabalhos com grupos comunitários já existiam desde os anos 70 na cidade. *Práticas*, e entre elas estavam atividades com artesanato, música, teatro popular, teatro de mamulengos, formação sindical, passam a ser "calçadas" a partir de uma sede, ou seja, de um espaço físico, fortalecendo um ideal de unidade fixa, acomodando em pilares todas as insatisfações, desejos e

¹³ A fundação do CENEP foi resultado da reunião de práticas já desenvolvidas pelas equipes comunitárias e pela formação de um movimento de oposição sindical na cidade. Trabalhos e mobilizações que emergiram frente às carências sociais do município de Nova Palmeira, onde tem como protagonistas as mulheres.

sentimentos de pessoas que insistiam em continuar mudando o cenário social, político e econômico de Nova Palmeira.

O centro surge não só como uma espécie de “guarda-chuva” das atividades já desempenhadas pelos grupos de base, mas também como mecanismo para institucionalizar as insatisfações sociais e criar um lugar de poder para reivindicar melhorias para a população. O CENEP “edifica” o que ainda estava sem sustentação, uma vez que, a Igreja, com o passar do tempo, foi se desvinculando dos trabalhos à medida que seus interesses e posicionamentos divergiam com os listados pelas lideranças comunitárias, estas que também passaram a se organizar a partir de outros lugares de ação, enfatizando interesses políticos acima dos religiosos. Dessa forma, viu-se a necessidade de ambientizaras práticas em outro espaço, por vez autônomo, alheio a situações de inconstâncias também políticas, sociais e econômicas.

Através de ofícios coletados do acervo documental do CENEP, percebemos que o centro teve contribuições de algumas entidades estrangeiras, a exemplo da *Ação Ecumênica de Solidariedade com a América Latina*, com sede na Holanda, destinada a contribuir com as carências sociais no continente latino-americano, da *Memisa Medicus Mundi*, com sede em Rotterdam, também na Holanda, durante a década de 90, da *SolidaritatmitBrasilien*, com sede em Campo Limpo-SP, do *KAP Progame (Programa de Pequenos Projetos da Embaixada)*, instituição da Embaixada do Reino dos Países Baixos, com sede em Brasília e da *APIBiMIONlus*¹⁴, uma associação italiana que investe no cuidado educacional de crianças carentes.

A partir dos referidos órgãos financiadores, as atividades desenvolvidas pela CENEP voltavam-se para práticas sociais assistencialistas, dirigindo-se tanto para a população urbana quanto para a rural. Na educação, contribuía, através de reforços escolares para as crianças carentes; também visavam preparar profissionalmente

¹⁴ Esta instituição contribui com o CENEP desde 1993 até os dias atuais no projeto voltado a educação de crianças da zona rural e da zona urbana.

jovens e adultos através de cursos de corte e costura, cursos de culinária (produção de doce para as mulheres), vislumbrando ajudar economicamente na renda familiar; na saúde, realizando palestras e seminários sobre assistência à saúde e sobre o Sistema único de Saúde (SUS).

Dessa forma e com as discussões tecidas acerca das experiências e práticas de mulheres na cidade de Nova Palmeira, verificamos que em meio a um universo de poder hegemonicamente masculino, elas, se organizaram em grupos, partido político e instituições, e protagonizaram movimentos que implicaram em mudanças, fazendo parte de um cenário de transformações que passava a cidade entre as décadas de 80 e 90.

Por fim, mesmo que este trabalho ainda tenha deixado muitas lacunas – lacunas também deixadas por fontes ainda não visitadas, falas que continuam no silêncio – espero que esta análise venha contribuir historiograficamente com o tema das relações de gênero ou, pelo menos, conceda visibilidade para algumas das histórias narradas e personagens femininas ainda pouco conhecidas. Aqui não se constitui enquanto fim, mas um começo de uma longa jornada de pesquisa sobre a participação feminina na transformação social e política não só de Nova Palmeira, mas também pelo território paraibano.

Referências

- AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. – 2. ed. – Recife : ed. Universitária da UFPE, 2012.
- ALMEIDA, Cosma Ribeiro. *A participação do feminino na política paraibana: mudanças culturais no interior do nordeste brasileiro*. Salvador-BA, 07 a 10 de agosto de 2011.

ABATH, R. J. *Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso*. Trabalho apresentado no Primeiro Encontro da Rede de Pesquisas sobre o Terceiro Setor da América Latina e Caribe do ISER. Rio de Janeiro, 22 a 24 de abril de 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. – 15. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

CRUZ, Maria Isabel da. *A mulher na igreja e na política*. – 1 ed. – São Paulo : Outras Expressões, 2011.

DABAT, Christine. ABREU E LIMA, Maria do Socorro (Orgs.). *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos – Nordeste*. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. Viii, 243 p. – (Série Extensão).

DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres: As vozes do silêncio*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Orgs.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural* – Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros* – 7. ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2012.

MACHADO, Charliton José dos Santos. *A política de cara nova (?): estudo acerca da atuação política das mulheres em Nova Palmeira-PB* – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1997.

MAGALHÃES, C.M e OLIVEIRA, M.L.L. Paraíba: para onde o feminismo leva as mulheres? *Cadernos Feministas de Economia & Política: Feminismo no Nordeste*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 3, 2006, p. 52-79.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)* – Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. *Transformação das desigualdades de gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do cariri paraibano*. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PAIVA, Eduardo França. Introdução: renovação na historiografia e na sala de aula. In: _____ . *História & imagem* – 2 ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (p. 11-34).

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli. MORITZ, Maria Freitas. *A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008)*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009 (pp. 61-87).

RABAY, Glória; CARVALHO, M. E. Pessoa de (Orgs.). *Mulher e Política na Paraíba: história de vida e luta*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte; Esperança de Vida: a história das Ligas Camponesas na Paraíba* – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Alômia Abrantes da Silva. *Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (dessa) fios da história (Paraíba, século XX)* – Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Jomar Ricardo da. *A igreja na pós-modernidade: CEBs, poder e cidadania*. – João Pessoa : Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Lucimeiry Batista da. SILVA, Walmir Rufino da. *Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais e o Movimento de Mulheres na Paraíba*. Florianópolis / SC. 25 a 23 de maio de 2010.

SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992 (p. 75).

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa: 1 : a árvore da liberdade*. – Tradução de Denise Bottmann. – 6. Ed. – São Paulo : Paz e Terra, 2011.

_____. *Costumes em Comum* – Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Menegello, Paulo Fontes. – São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)* – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

Autoras

Priscila Mayara Santos Dantas

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

E-mail: pri_msd@hotmail.com.

Maria do Socorro Cipriano

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Professora do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba UEPB

E-mail: maria.cipriano@bol.com.br

Recebido em maio de 2014.

Aprovado em junho de 2014.



ariús
Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**HISTÓRIA AMBIENTAL E AGROINDUSTRIA DO TOMATE EM PESQUEIRA/PE:
A NATUREZA COMO NOTÍCIA NOS JORNAIS**

**ENVIRONMENTAL HISTORY AND TOMATO AGRO-INDUSTRY IN PESQUEIRA/PE:
NATURE AS NEWSPAPER REPORT**

Edson Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Daniel Max dos Santos Lima

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

A atividade agroindustrial, iniciada em 1898, no município de Pesqueira, no Agreste pernambucano, que começou com a fabricação de doces e que teve o tomate introduzido por volta de 1914, se tornou a principal atividade econômica local, tendo a Fábrica Peixe como seu principal expoente. Essa atividade, que perdurou por todo o século XX, foi responsável por inúmeras mudanças, que podem ser verificadas nos mais variados aspectos sociais e da história pesqueirense. Mudanças no campo socioeconômico, por ter sido a principal fonte de renda de seus moradores e das cidades vizinhas e de arrecadação para os municípios, haja vista a quantidade de pessoas que empregava direta e indiretamente no plantio e processamento do tomate. Pela dimensão alcançada, também influenciou no modo de vida das pessoas e na rotina da cidade. Possibilitou o surgimento de novas classes sociais, como uma burguesia industrial e uma classe de operários assalariados, que só na fábrica Peixe era de aproximadamente 3.000 (três mil) trabalhadores, envolvidos diretamente na produção. Transformou o

município em um polo econômico importante e trouxe investimentos, arregimentando um número muito grande de pequenos produtores como parceiros produtivos e colocou muitos outros para trabalhar em suas plantações, atraindo agricultores e trabalhadores de várias regiões do estado. Nosso estudo busca discutir, sob a perspectiva da História Ambiental, como durante os cem anos de funcionamento da agroindústria em Pesqueira, os jornais com circulação no município trataram os fenômenos aparentemente naturais na região. Constatamos que ocorreram vagas denúncias de ações humanas destruidoras do meio natural, pois foram raros os momentos em que ocorreram posicionamentos questionadores das consequências socioambientais do uso dos recursos naturais, sem que isso fosse associada com as demandas geradas pelas necessidades crescentes da agroindústria e demais atividades socioeconômicas.

Palavras-chave: História Ambiental. Agroindústria. Tomate. Pesqueira.

Abstract

The agro-industrial activity, which began in 1898, Pesqueira city, in Pernambuco hinterland, has its origin with the manufacture of candies and the tomato had being introduced around 1914, becoming the main economic activity, and the Fish Factory as its main exponent. This activity, which lasted throughout the twentieth century, was responsible for numerous changes, which can be checked in various social aspects of Pesqueira city history. Changes in the socioeconomic field, having been the main source of income of its residents and nearby cities and revenues for municipalities, considering the amount of people employed directly and indirectly in the cultivation and processing of tomatoes. Because of its dimension the aforementioned activity also influenced the way of life of people and the routine of the city by allowing the emergence of new social classes, as an industrial bourgeoisie and working class which was directly involved in production in fish factory with approximately 3,000 (three thousand) workers. This fact transformed the city into a major economic center and brought investments, putting together a large number of small producers as productive partners and putting many others to work on their plantations as well as, attracting farmers and workers from various regions of the state. Our study aims at discussing, from the perspective of environmental history, and during the hundred years of operation of agribusiness in Pesqueira, newspapers with circulation in the city treated the apparently natural phenomena in the region. We have found that there were vague reports of destructive human actions on the natural environment because questioning discussion seldom occurred concerning social and environmental consequences of the use of natural resources, without being associated with the demands generated by the growing needs of agribusiness and other socioeconomic activities.

Keywords: Environmental History. Agribusiness. Tomato. Pesqueira City.

As discussões sobre os tipos de documentos utilizados para a escrita da História é algo recorrente na historiografia, ou seja, tem suscitado inúmeros e infundáveis debates. O percurso do pesquisador buscando dar verossimilhança aos fatos e narrativas, que nem sempre estão baseados em documentos administrativos estatais ou em determinados postulados historiográficos, não significa negar os papéis que as fontes documentais representam, mas sim conectar fios, utilizando-se das fontes disponíveis em suas múltiplas formas. Ou como afirmou um renomado historiador italiano contemporâneo: “reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles”. (GINSBURG, 2002:20)

Entre estas fontes a que se recorrem incluem-se cartas, resoluções governamentais que variam nas formas de acordo com os modelos estatais adotados em cada sociedade e momentos históricos, memórias, tradições orais e escritos anteriores a existência dos Estados; comunicados religiosos; imagens, etc.

Em nosso estudo utilizaremos os jornais como fontes de pesquisas. Não seja porque tenham mais valor que qualquer outro documento, mas, por se tratar de um veículo comunicativo no qual encontramos relatos e inquietações, que, mesmo não sendo isentos de conceitos ou intencionalidades nos possibilita observar e extrair de suas páginas informações relevantes para a compreensão da História Ambiental no município de Pesqueira, a partir da agroindústria do tomate ao longo da primeira metade do Século XX.

Os jornais como fontes de pesquisas recebia pouca credibilidade por parte dos historiadores, particularmente na década de 1970, por serem em sua maioria vinculados a interesses privados de seus proprietários e suscetíveis a influências de terceiros. E também devido ao posicionamento de seus jornalistas, colunistas, articulistas ou colaboradores, em um contexto histórico de repressão e censura no

Brasil. A postura dos historiadores começou a mudar na medida em que passou a se considerado que:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que engatam a contextos sócio-culturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Dito de outra maneira, o conteúdo em si não pode ser dissociado de lugar ocupado pela publicação na história, sendo essa a tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas. (LUCA, 2005: 134).

Evidencia-se a importância desse tipo de documento para as pesquisas históricas sem, contudo, esquecer que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizado como mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”. (RODRIGUES, 1968, p. 22)

O referido acima encontra amparo ao verificarmos que de acordo com as circunstâncias e interesses esses meios de comunicação noticiavam ou veiculavam propagandas de seus patrocinadores, que utilizavam de espaços reservados a publicidade para prestar informações no mínimo contraditórias. Um caso ilustrativo dessa situação encontra-se no jornal *Correio de Pesqueira* de propriedade dos irmãos Cândido e Joaquim de Britto¹, publicado em 1928, onde a Fábrica Peixe fez uso de espaço destinado à propaganda, apresentada como pioneira do ramo no município e sendo fundada em 1897, quando o centenário da indústria foi comemorado em 1998.

Para o nosso estudo, pesquisamos os jornais *A Gazeta de Pesqueira*, *A Voz de Pesqueira*, *Jornal Era Nova*, *Jornal de Pesqueira* e o *Correio de Pesqueira*, todos publicados no município de Pesqueira, disponíveis no Arquivo Público Estadual de

¹Filhos dos fundadores da Fábrica Peixe: Carlos Frederico Xavier de Britto e Maria da Conceição Cavalcanti de Britto. Os Brito foram uma das conhecidas e importantes famílias tradicionais da elite em Pesqueira.

Pernambuco, e com circulação no século XX. Uns com um período mais duradouro, ou aqueles que não circularam nos mesmos anos, traziam notícias, notas e artigos da época em que existiam as plantações e fábricas de beneficiamento do tomate e de frutas para a produção de doces e conservas.

A nossa pesquisa além do levantamento das informações, se propôs fazer uma análise daquilo que emerge das manchetes, notas, comentários e demais notícias contidas nos jornais pesquisados, entremeado com falas de pessoas que presenciaram em momentos diferentes, a trajetória da agroindústria no município e região. Em um exercício de análise a partir da perspectiva da História Ambiental.

Discutir a História Ambiental a partir do prisma socioambiental está relacionado ao argumento central desse campo de pesquisa interdisciplinar, que é identificar os acontecimentos e as mudanças ocorridas no Ambiente e no cotidiano social sob a perspectiva da interação Sociedade/Natureza/Sociedade. Ou seja: “Uma das peculiaridades mais destacadas da História Ambiental seria, assim, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural”. (MARTINEZ, 2006, p. 19).

As visitas de técnicos e autoridades públicas de diversas áreas, em virtude da tão enfatizada pujança fabril foram sempre lembradas pelos órgãos de imprensa, especialmente os de Pesqueira. Visitas às plantações de tomate e apresentação do processo de beneficiamento da mesma eram ações corriqueiras. Essas visitas, entretanto, não denotavam qualquer ação de caráter fiscalizador. Personalidades de fora do estado e até de outros países se deslocavam para o Agreste pernambucano para conhecer a “cidade das chaminés” (GALINDO, 2007, p. 1). Tudo sempre bem noticiado sugerindo a dimensão que tomou a referida atividade econômica.

As questões socioambientais locais receberam pouca ou nenhuma atenção. As condições de vida da maioria da população, a ocupação do solo, a utilização dos recursos hídricos, as relações produtivas no campo e nas indústrias situadas na cidade, as técnicas, o uso de agrotóxicos e suas consequências foram pouco

noticiadas aparecendo apenas em pequenas notas colocadas, sem maior destaque e geralmente ofuscadas pela exaltada grandeza industrial do município.

Em nosso estudo, buscamos discutir as notícias e artigos publicados nos periódicos com circulação no município de Pesqueira, analisando as relações entre os fenômenos aparentemente naturais descritos ou mesmo as vagas denúncias de ações humanas destruidoras do meio natural, sem que isso fosse associada com as demandas geradas pelas necessidades crescentes da agroindústria e demais atividades socioeconômicas. Pois, estas foram modificadoras do Ambiente na medida em que transformou matéria natural em objetos ou em energia para a fabricação de produtos diversos e como combustível para as máquinas fabris ou usadas nos meios de transporte. Embora, essas modificações sejam comumente vistas como algo necessário ao desenvolvimento e conseqüentemente trazendo benefícios para toda a sociedade.

Em raros momentos nos jornais pesquisados observamos posicionamentos questionadores das conseqüências socioambientais do uso dos recursos naturais. Um exemplo, que destacamos como uma exceção aos muitos comentários elogiosos ao progresso benfeitor foi uma denuncia na *Gazeta de Pesqueira* em 30 de julho de 1916 sobre a utilização de madeira retirada da Caatinga. Era expressa a preocupação com as conseqüências para aqueles que viviam naquele Ambiente:

É enorme a devastação das nossas últimas caatingas, cortando-se lenha para o serviço das locomotivas na *Great Western*. Tudo ficará reduzido a um terreno descampado, sem que o viandante encontre uma simples árvore, para acolher-se a sombra nos dias de maior verão. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1916, p. 3).

A pequena nota, em relação ao tamanho de outros textos bem maiores publicados naquele jornal, evidenciava que a despeito da existência de normas para a extração da matéria prima ou pelo menos do estabelecimento de valores a ser

cobrados pela madeira extraída, a ação da empresa não levava em consideração o que preconizava o poder público municipal. A nota afirmava que “nossa municipalidade manda cobrar 500 réis por tonelada de lenha; entretanto, nem esse tributo entra para o seu cofre, permitindo-se que a madeira saia de graça”. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1916:3).

A mesma nota seguiu discutindo o desmatamento e as mudanças ocorridas na paisagem natural:

A antiga floresta, devido à ocupação humana não só no alto da “serra” como na cidade lá em baixo, foi e continua a ser lenta e incessantemente substituída por sítios de cafeeiros, goiabeiras, bananeiras, verduras e hortaliças, por “mangas” para “refrigério” da pecuária, quando não apenas derrubada para abastecer de lenha às locomotivas da Great Western (atual rede ferroviária de nordeste... Há ainda a considerar o fenômeno “plantation” do tomate, a solanácea que ali se viu introduzida com êxito como matéria prima industrial e hoje, enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação, vê-se cultivado em escala crescente, por processos técnicos os mais adiantados, prova evidente da capacidade dos filhos da terra e do que se pode conseguir dos solos e clima do agreste. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1916, p. 3)

Também encontramos inquietações relacionadas ao uso indiscriminado dos recursos naturais, com consequências para os habitantes da região e para a própria agroindústria, como no caso de um artigo intitulado “Reflorestamento”, assinado por Eugênio Chacon e publicado no jornal *A voz de Pesqueira*:

Impiedosamente, cresce o desmatamento de nossas florestas o que nos tributará futuramente, um sol mais inclemente, uma fragmentada sombra de arvoredo, um extinto patrimônio do estado e finalmente um forte impecilho para a movimentação de nossas fábricas e usinas que funcionam

com energia a vapor, visto desaparecer a lenha para o abastecimento de suas caldeiras. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1948, p. 4).

As necessidades criadas pela humanidade associadas à prevalência de uma tecnologia que necessita de uma determinada matéria prima, leva ao uso dessa matéria classificada como recurso natural e enquanto recurso é apropriado pela sociedade, Estado ou empresas criadas para prover o modelo vigente em cada época. Sendo que esse uso, no caso citado, é feito sem qualquer preocupação com as consequências.

Essas intervenções causam mudanças também na forma do ser humano se relacionar com a Natureza ao seu redor. A paisagem se modifica ou é modificada pela ação humana e isso pode trazer mudanças em hábitos cotidianos, mas também em ritos e tradições, deixando para alguns apenas as memórias de como era o Ambiente e de como se interagia com o mesmo. O índio Xukuru José Barbosa dos Santos, conhecido por Zé de Santa², nascido na Aldeia Caípe³, por exemplo, recordou que:

Quando eu tinha 8, 9, 10 anos por aí, a onde nós morava no Caípe, a mata, ela tinha... num dava duzentos metros da casa, mata, madeira selvagem, não manga, mas madeira com dez, doze, quinze metros de altura. O quê que a gente fazia, um monte de menino, eu, meus primos, meus tios [...] a gente saía de casa ia pra mata, pegava numa árvore bem comprida, a gente amarrava uma ponta da corda nela. Juntava dois, três assim e soltava pra mode a gente se agarrar nos outros paus do outro lado [...] ou então brincar de guerra dentro da mata, de guerriar, na época, de arco e flecha, o quê que a gente fazia: flecha sem ponta, vamos guerriar, um caçar ao outro dentro da mata. [...] Era brincadeira de criança.⁴

²José Barbosa dos Santos, conhecido por "Zé de Santa", 67 anos, é Vice-Cacique Xukuru do Ororubá

³Entrevista realizada em Pesqueira, 14/11/2013.

⁴Uma das 24 aldeias que integram o território Xukuru do Ororubá, localizado em Pesqueira e também em Poção, municípios localizados na região do Agreste pernambucano.

Outra informação que nos chamou a atenção foi uma orientação dada através de uma coluna no mesmo jornal, denominada "Agricultura e Pecuária". A informação era sobre um fungo conhecido como ferrugem da goiabeira (*puccinia psidii*) e como lidar com a praga.

Parece que não há vegetal mais atacado pela ferrugem que a goiabeira, que ataca seu fruto desde quando ainda estão pequenos, o que impede seu desenvolvimento, endurecendo-os e matando-os. [...] Deve-se tirar os ramos atacados e queimar tudo. Tratar as goiabeiras com calda bordaleza, pulverizando-as um pouco antes da floração, e mais tarde quando começarem a formar os frutos. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1948, p. 2).

Esse procedimento descrito acima, nada mais é que a utilização de um fungicida, feito à base de sulfato de cobre e cal, para o combate de uma fitopatologia (doença) que pode acometer as fruteiras citadas.

Se observarmos mais detalhadamente as situações tratadas acima, tenderemos a indagar sobre as relações entre Sociedade/Natureza/Sociedade, percebendo o desequilíbrio ambiental provocado pelas ações humanas e como isso afeta o próprio ser humano, na medida em que contamina não só os alimentos a ser ingeridos como também o solo. Ao mesmo tempo, temos as dimensões socioculturais que são afetadas pelas ações destruidoras do ambiente natural.

Outro questionamento que podemos fazer é sobre a pouca ou nenhuma informação, que as pessoas recebiam sobre os produtos químicos usados no combate as chamadas pragas nas plantações. O mesmo "Zé de Santa", quando questionado sobre o plantio do tomate e o uso de agrotóxicos, afirmou:

Na época as águas eram sobrando. Na minha época 50, 60, 70 [...] Num tempo desse aqui as águas tavam correndo no riacho. Pegava a água no poço e colocava dentro da bomba, pulverizava, depois ia lá pegava de novo [...] todo veneno que a gente usava aqui ia pra li porque era tudo pertinho. A

informação que a gente tinha era que o veneno não fazia mal. Quando a gente dava banho na tomate, pulverizava tudinho, ficava tudo amarelão, com o passar do tempo, com o sol tirava aqueles amarelos e ficava verde de novo, na hora que tava dando banho mudava de cor tudinho. (ZÉ DE SANTA)

A nossa questão teórica diz respeito à interação do mundo social com o mundo natural, modificando o Ambiente, conforme observou um pesquisador da História Ambiental. Ou seja, o debate teórico “não pode ser dissociado das relações sociais e os vínculos que são estabelecidos, com o espaço, moldando territórios e afetando a natureza”. (MARTINEZ, 2006:21).

Essa interação que causa desequilíbrio é comumente interpretada como necessária e inevitável em nome do progresso. Para que aconteçam os “avanços” tecnológicos e produtivos, a humanidade pode prescindir do equilíbrio natural que garantiu a vida de diversos seres na terra, equilíbrio estabelecido há milhares de anos antes da existência do próprio ser humano. Isso porque foram precisos “longos períodos de tempo em que essa vida em desenvolvimento, evolução e diversificação chegasse a um estado de ajustamento e equilíbrio com o seu ambiente”. (CARSON, 2010:23)

A compreensão de que o humano é parte da Natureza não estando fora ou acima dela é algo discutido há muito, por autores que estudaram as sociedades humanas e sua interação com o Ambiente na produção de bens, a exemplo de Engels que afirmava:

[...] não podemos dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza; mas sim que lhe pertencemos, com nossa carne, o nosso sangue, o nosso cérebro, que está mais no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de chegar a conhecer suas leis e aplicá-las. (ENGELS *apud* ALMEIDA, 1988, p. 46).

O historiador José Augusto Pádua, em seu artigo "As bases teóricas da História Ambiental", demonstrou o "surgimento" da História Ambiental a partir da concepção de Natureza como História e da ideia de que os grupos humanos seriam capazes de degradar o Ambiente, afirmando que essa visão é recente assim como as mudanças ocorridas nos marcos cronológicos da compreensão do mundo. Ou seja, trata-se de entender como a Natureza influenciou e ainda influencia a história humana. O autor discorreu que a História Ambiental propõe estudar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo. (PADUA, 2010:42).

A ideia de uma Natureza hostil, como se dela não fizessemos parte, ou a crença sobre a intervenção divina nos cataclismos naturais, prevaleceram como dogmas durante séculos e em diferentes formas de organização socioeconômica ao longo da história, em detrimento do pensamento mais crítico sobre as intervenções humanas no curso dos rios, na destruição da vegetação e o extermínio de animais importantes para a manutenção de um equilíbrio do mundo natural.

A sociedade industrial estabeleceu uma relação utilitarista da Natureza, para atendimento das novas demandas criadas pela humanidade. Para tanto, destruiu, ocupou e explorou os recursos naturais indiscriminadamente e sem preocupação das repercussões futuras e em certos casos as consequências imediatas, dessas ações.

No processo de industrialização moderna a transformação da matéria prima em produtos propiciou o desenvolvimento econômico em diversas partes do planeta gerando riquezas, mas ao mesmo tempo provocando desigualdades e conseqüentemente o não acesso de parte da população mundial a esses produtos.

A introjeção social do termo recurso natural compreende a interação humanidade-Natureza, pois representa a transformação de matéria prima para o atendimento de necessidades eminentemente econômicas. Ou seja, os componentes naturais que têm sua gênese independente do ser humano, são utilizados na constituição ou reprodução de outros materiais que passam a ter um

valor. A relação entre humanidade e Natureza é concebida como parte do processo social, pois, a dimensão física e material que adquire valor e significado pela sua inserção na vida cotidiana dos seres humanos, pois o ambiente é, necessariamente, uma construção social. (MARTINEZ 2006:21),

A dualidade de pensamento, colocando de um lado os que apostam na exploração dos chamados recursos naturais, sem a preocupação com as técnicas utilizadas nessa extração e do outro aqueles que pensam na manutenção do Ambiente como forma de garantir um futuro, está presente em diversos momentos e episódios da História, inclusive no Brasil. Sendo, portanto, o debate sobre as formas de exploração ou utilização desses recursos algo que transcende os ciclos de especialistas ambientais, atingindo outras esferas.

No Brasil o processo de industrialização seguiu o percurso de destruição da Natureza como forma de garantir o funcionamento das fábricas e do próprio sistema. Entretanto, enquanto perdurou a escravidão o estrago nas terras foi acentuado em virtude das técnicas pouco evoluídas e do emprego de mão de obra forçada no trato da mesma. Aliás, essa foi uma discussão que ocupou boa parte da intelectualidade no Período Imperial, tendo entusiasmados defensores de duas vertentes. Havia aqueles que enxergavam na escravidão a única forma de produção possível por um lado, como também, personagens que interpretavam a utilização da mão de obra naquelas bases, como a responsável pelo aniquilamento do meio natural com consequente emperramento do progresso. Nesse sentido, José Augusto Pádua em seu livro *Um sopro de destruição* esclareceu que entre os pensadores:

A maioria deles considerou que era viável mudar o caráter ambientalmente destrutivo da economia brasileira sem acabar com o sistema do trabalho forçado. Alguns, na tradição de Bonifácio, Rebouças e Nabuco, defenderam a ideia de que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil. (PÁDUA, 2004, p. 17).

Esse e outros debates sobre a transformação de matérias em produtos, seja no campo, seja na cidade contribuiu para a formação de uma “consciência crítica” (PÁDUA, 2004), sobre a questão da utilização indiscriminada dos componentes naturais, classificados como recursos. Todavia, essa “consciência crítica” não se contrapunha ao famigerado progresso, tão necessário e inevitável.

Foi a interação socioambiental desequilibrada ou “desajustada”, desencadeada com a monocultura do tomate na região de Pesqueira, que buscamos observar a partir das pesquisas nos periódicos supracitados e dos relatos do entrevistado.

A monocultura também foi discutida nos jornais, como era o caso do *Correio de Pesqueira*, que em coluna intitulada “Valorizemos as nossas terras” observava que “das vastas possibilidades dos nossos campos de lavoura, onde quase só se faz o cultivo da goiaba e do tomate” (COREIO DE PESQUEIRA, 1929:3), retratando a concentração produtiva e de utilização da terra para poucas culturas.

Em 1929 encontramos dois outros textos em um mesmo exemplar desse mesmo jornal: um exaltando o desempenho da indústria local e o outro na forma de prestação de contas da municipalidade. Porém o que nos chamou a atenção foi o fato de que a fabulosa dinâmica fabril não representava a principal fonte de arrecadação do município. No primeiro texto se lê: “Sente-se que a cidade vive vertiginosamente uma época de accentuado progresso [...] O movimento de matéria prima é estupendo. É simplesmente heroico” (CORREIO DE PESQUEIRA, 1929:4). Já o segundo texto é um balancete trimestral, onde pelos valores explicitados o comércio e a indústria juntos somaram 453\$000 (quatrocentos e cinquenta e três mil réis) ficando a frente apenas da receita sobre aforamentos que foi de 440\$000 (quatrocentos e quarenta mil réis), numa lista de treze itens que compunham a receita informada pela tesouraria municipal. (COREIO DE PESQUEIRA, 1929:3)

Em que pese esses números não darem a completa dimensão da contribuição econômica das indústrias na cidade, pois os salários e a movimentação financeira podem ser contabilizados indiretamente, podemos observar que a pujança exaltada

não se materializava como receita direta para os cofres públicos do município, enquanto isso a Natureza era devastada para garantir a produção.

Retomando aqui à questão da importância atribuída à agroindústria tomateira, sem perder de vistas as perspectivas de que as notícias geralmente deixavam de fora os problemas ou informações que ofuscassem o brilho dessa atividade econômica, símbolo do progresso da região.

Um tema recorrente nos jornais foi a baixa pluviosidade ou o fenômeno da seca naquela região. Todavia, nos chamou a atenção notas sobre o desabastecimento e a discussão sobre contaminação da água no município. No que diz respeito aos dois primeiros pontos, são inúmeras notinhas sobre trovoadas e possibilidades de chuvas ou do flagelo da seca que se abatia sobre o povo da região. Ou seja, tais assuntos se tornaram de menor relevância, se comparados aos espaços ocupados nos jornais para noticiar a agroindústria. Foram publicados também quadros demonstrativos sobre as médias pluviométricas como o apresentado a seguir:

Tabela 1: Estação Meteorológica de Pesqueira

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1946	17.6	65	48.5	133.7	49.9	75.9	46.6	22.9	28	0.0	123	21.5	632.6
1947	18.9	2.9	440.2	164.8	71.6	62.4	39.5	30.3	05	2.8	64.1	45.8	978.3
1948	21.1	68.8	166.4	47.8	76.7	147.4	134.5	25	13.9	5.0	4.8	3.2	714.6
1949	4.2	93.5	9.3	120.8	136.6	74.9	65.6	26.6	28.8	3.8	174	1.9	740.0
1950	12.2	3.5	55.6	121.6	63.5	39.8	57.3	45.2	29.3	73.6	5.5	29	636.1
1951	8.9	4.8	30.5	65									

Fonte: jornal *A Voz de Pesqueira*, 1953, p.2.

O quadro acima corrobora a análise descritiva do município de Pesqueira encontrada na obra do geógrafo Hilton Sette, que escreveu poucos anos depois:

Também em relação às condições climáticas, Pesqueira é, realmente, uma cidade da região do Agreste, situada em uma porção mais ocidental, uma vez que suas precipitações, comandadas pela massa equatorial atlântica,

alcançam ali a média anual de 687,5 mms, cota essa uma tanto superior as que comumente se registram no Sertão e muito inferior às que se verificam na zona canavieira. (SETTE, 1956, p. 11).

Esse quadro de pluviosidade, no entanto, não justificava toda a escassez de água no município e as mudanças ocorridas na paisagem, que se tornava mais árida com a vegetação menos densa, onde algumas espécies de caatinga passaram a predominar por serem mais resistentes aos longos períodos de estiagem. Nesse sentido o mesmo autor, discutindo a baixa pluviosidade e sua consequência para a formação hidrográfica e o predomínio de determinado tipo de cobertura vegetal no município e na região, afirmou que:

[...] Tais condições climáticas não se mostram fielmente refletidas nos quadros hidrológico e botânico do cenário envolvente de Pesqueira. Um intenso desflorestamento do solo resultante da ocupação humana, um mais fácil escoamento das águas caídas através de enxurradas em lençol têm conseguido alterar o regime dos cursos fluviais e ampliar as áreas de domínio das caatingas, a ponto desses fenômenos serem observados ali por velhos moradores da região. (SETTE, 1956, p. 30).

Ou seja, sem determinadas espécies, a cobertura vegetal não seria capaz de manter a umidade e mesmo represar naturalmente parte da água que brotava nos pontos mais altos do relevo pesqueirense. E tudo isso foi produzido pela ação humana, com a ocupação desordenada do solo e a retirada das proteções naturais constituídas pela Natureza em um longo período de formação.

Sobre o desabastecimento de água, constante no município, uma nota com o título de "Água" publicada em uma coluna no jornal *Gazeta de Pesqueira*, cobrava providências do poder público para solucionar o problema, uma vez que a população pagava pelo serviço. Com um tom jocoso a notinha afirmava:

Se as reclamações servissem, diríamos que todos os dias não temos água no encanamento, chegando alguma – bem tarde e tão minguada como cacimba em tempo de sêca. Mas como as cousas são assim mesmo e acabam enfadando os que deviam atender, - voltamos atraz para dizer então, que o contentamento está conosco, principalmente quando termina o mez e vem o procurador receber 6\$000 daquilo que não nos venderam, deste contrato que não foi cumprido! Louvado seja Deus... (GAZETA DE PESQUEIRA, 1929, p. 2).

O *Jornal de Pesqueira* em 1931 também apresentava uma nota reclamando da falta de água e de providências do governo municipal para minimizar a situação da população atingida com o desabastecimento e a seca. Dizia a nota:

A falta d'água em Pesqueira merece atenção dos poderes públicos. Os manaceas estão estanques e a população pobre, para mitigar a sêde inclemente, vê-se na dura contingencia de bebêr a água salgada da "Pitanga". [...] Note-se que este serviço constiue para o município, uma das principaes fontes de renda. Urge, portanto, uma providência que assegure a população de Pesqueira agua necessária ao seu consumo. (JORNAL DE PESQUEIRA, 1931, p. 3).

Nesse aspecto fazem sentido o que escreveu Betânia Galindo em seu estudo quando apontou a existência de:

[...] acusações de favorecimento político ao grupo Peixe, uma delas é a denúncia de que a fábrica Peixe usava toda a água da cidade na sua atividade fabril. Causando sérios problemas de abastecimento à população e de que era a prefeitura que arcava com a conta de água da referida fábrica. (GALINDO, 2007:56)

A ideia de que a população ficava sem água por favorecimentos e reclamava desse desabastecimento sem explicações, não é algo sem fundamentos, principalmente se observarmos o que foi publicado em outro jornal: “Voltou a não termos água em nossa habitação. Vejam quem é o chefe de peça que se vai ficando com a que nos pertence. Desta forma, nada poderemos pagar no fim do mez” (A VOZ DE PESQUEIRA, 1929:3). Onde observamos que as insatisfações ocorriam em virtude da cobrança indevida por um serviço não prestado, mesmo não havendo estiagem. Na sequencia vemos outra nota na mesma coluna dizendo que o “Tempo continua chuvoso. As notícias do alto Sertão são muito boas”. Enquanto isso, não há registro nesses órgãos de imprensa de que a produção das fábricas tenha estancado em virtude de qualquer desabastecimento de água.

Também encontramos várias notas sobre doenças como a peste bubônica, pragas como a publicada no texto “Império das moscas” (A VOZ DE PESQUEIRA, 1953:1) e a proliferação de lagartas, que mereceram até a abertura de um posto de combate a esse mal na lavoura. Entretanto, esses males ou fenômenos não foram associados ao desequilíbrio ambiental causado pela introdução de espécies exógenas e da produção do tomate em larga escala.

Em que pese o apelo para que as autoridades tratassem da questão sanitária, tomando medidas para amenizar o problema, a nota intitulada “Epidemias” da *Gazeta de Pesqueira*, trouxe o seguinte:

Estamos a braços com as pestes, sem que nenhum poder se abalance para minorar a situação. A vila de Poção totalmente abandonada, sem o menor saneamento; a serra do Urubá invadida pela peste bubônica. Ainda esta semana pessoas que voltaram a Poção, na esperança de que poderiam habita-lo, foram atingidas pela febre de mau caráter e morreram em 24 horas. A bubônica campea, fazendo avultado número de vítimas. (GAZETA DE PESQUEIRA, 1928, p. 3).

Várias outras notas, tratavam da peste bubônica na cidade entre os anos de 1928 e 1929, sem, contudo, discutir essa proliferação da doença a partir do desequilíbrio entre os roedores enquanto vetores transmissores do mal em maior número e a possível diminuição de seus predadores naturais, em virtude das modificações impetradas no habitat dos ratos com a implantação das grandes áreas de lavouras destinadas à agroindústria. Ou seja, a devastação das matas e da caatinga, para dar lugar ao plantio do tomate, melhor dizendo, da monocultura tomateira estabelecida no município, provocou um desajuste no Ambiente e trouxe repercussões danosas para o ser humano.

Considerações finais

Na sua coluna publicada em *A Voz de Pesqueira*, Eugênio Chacon usou o espaço em 1959 para fazer uma análise sobre as condições de vida humana, referindo-se as mudanças no Ambiente, mais especificamente como estavam relacionadas diretamente com o inevitável progresso. Escreveu o articulista:

[...] reconhecemos que dia a dia a existência humana vai se complicando mais, vai sendo mais exigida, pela civilização, pelo progresso continuo e avassalador. O homem empurrado ou não, vai participando daquilo que a natureza lhe proporcionou e êle habilmente soube aproveitar, dando-lhe mil formas atraentes. [...] A medida que os tempos passam, o homem se torna mais escravo de sua obra. (A VOZ DE PESQUEIRA, 1959, p. 1).

Todavia, observamos que as afirmações são generalizadas, pois não foi estabelecida nenhuma relação com o processo agroindustrial que a cidade estava vivendo. As preocupações pairavam sobre um progresso genérico e os apelos direcionados aos poderes públicos de uma forma em geral. O que é compreensível

pois o autor do texto era também um dos proprietários do jornal e membro de uma das conhecidas famílias tradicionais da elite de Pesqueira.

Tal situação possui semelhanças com as preocupações generalistas sobre o aquecimento global, ocupando parte das páginas dos jornais brasileiros na atualidade e que nenhuma relação faz com o sistema produtivo vigente ou raramente nomeia, especifica os responsáveis pelo desequilíbrio ambiental. Uma vez que esses periódicos são também de propriedades de famílias da elite que estão vinculadas ou veiculam propagandas de grandes empreendimentos estatais ou privados, empresas nacionais ou multinacionais que degradam, destroem a Natureza em nome do progresso e de um suposto benefício para toda a sociedade.

Onde o discurso de proteção a Natureza na maioria das vezes procura incutir apenas as responsabilidades individuais. Ou ainda evidencia a Natureza naquilo que tem de exótico, exterior ao ser humano, um paraíso distante sem as interações humanas e das relações sociais de poder no acesso e uso dos recursos naturais em igualdade para todos.

A atividade agroindustrial iniciada em 1898, com a fabricação de doces pela família Britto e que em depois introduziu o tomate na produção de conservas, se tornou o principal produto da conhecida Fábrica Peixe. Atividade se estendeu por todo o século XX, sendo responsável por inúmeras mudanças, que podem ser verificadas nos mais variados aspectos da vida social e da história do município de Pesqueira, no Agreste pernambucano. Ocorreram significativas mudanças no campo socioeconômico, por ter sido a principal fonte de renda de seus moradores, das cidades vizinhas e de arrecadação do município, haja vista a quantidade de pessoas que empregava direta e indiretamente.

Pela dimensão alcançada, a agroindústria também influenciou em muito o modo de vida das pessoas e na rotina das cidades. Possibilitou o surgimento de novas classes sociais, como uma burguesia industrial e uma classe de operários assalariados, que só na fábrica Peixe era de aproximadamente 3.000 (três mil)

trabalhadores, envolvidos diretamente na produção. Transformou o município em um polo econômico importante e trouxe investimentos, arregimentando um número muito grande de pequenos produtores como parceiros produtivos e muitos outros para trabalhar em suas plantações, atraindo assim agricultores e trabalhadores de várias regiões do estado.

Nosso interesse, no entanto, está nas mudanças ocorridas no mundo natural e nas relações socioambientais estabelecidas a partir dessa atividade econômica. Assim como as mudanças em torno das práticas e técnicas de plantio introduzidas pela Fábrica Peixe e por outras fábricas que surgiram ou se instalaram no município.

Os impactos ambientais com a introdução dos agrotóxicos como fertilizantes, adubos e praguicidas, nas lavouras de tomate e que depois passaram a ser utilizados nas demais plantações pelos pequenos agricultores e indígenas. Assim como as consequências socioambientais provenientes do uso desses produtos, conforme nos foi relatado em conversas informais em nossas andanças pela região, o que demonstraram a necessidade de estudar a agroindústria sob a ótica da História Ambiental.

A cultura do tomate esteve e continua associada ao uso de agrotóxico como forma de garantir sua produtividade. Segundo informa dados de pesquisa realizada pela Embrapa e publicada recentemente:

Estudos realizados em Pernambuco para a cultura de tomate, comprovaram a ocorrência do emprego preventivo dos agrotóxicos gerando outros problemas, dentre eles a necessidade de uso crescente de novos produtos e misturas; além disto, constataram que há carência de ações que visem à proteção da saúde dos trabalhadores rurais que lidam com agrotóxicos bem como de medidas contra os danos ambientais. (GOMES, 2011, p. 23).

Em Pesqueira o quadro não foi diferente, inclusive entre os indígenas que habitam no Município, que desde o período de introdução dos agrotóxicos por parte

das fábricas e por indução das mesmas, passaram a plantar com esses produtos. Entretanto, a partir das resoluções de suas últimas assembleias ocorridas em 2013 e 2014 e de encontros de troca de sementes, o povo Xukuru do Ororubá vem buscando por meio das ações da JUPAGO⁵, reintroduzir entre os indígenas uma prática de plantio livre do uso de agrotóxicos. Baseada em princípios agroecológicos e na ideia de que a “Mãe Terra” não deve ser contaminada, pois isso significará a contaminação do próprio povo Xukuru do Ororubá, que tira seu sustento dela.

Acreditamos que o nosso maior desafio será a pesquisa, sob a perspectiva da História Ambiental, sobre as temáticas socioambientais relacionadas a agroindústria tomateira e a história pesqueirenses, com os diálogos possíveis procurando entender ou interpretar as situações a partir dos múltiplos discursos, olhares e perspectivas das narrativas, utilizando as diversas fontes, a exemplo dos jornais, observando as diferentes versões e interesses expressos.

Referências

- ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A extinção do arco-íris: Ecologia e História*. Campinas: Papirus, 1988.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALVES, Irene dos Santos. *Índios Xukuru: saúde, saneamento e condições de vida. Aspectos de uma história socioambiental em pesqueira, 1950*. Recife: UFPE, 2007.
- CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.
- CARLOS de Britto e Cia. *Correio de Pesqueira*. 29/05/1928.
- CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. *Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira*. Recife: UFPE, 1979.

⁵Organização dos Xukuru do Ororubá responsável pela formação agroecológica e o suporte técnico agrícola no território indígena.

FEITOSA, Raymundo Juliano Rêgo. *Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira*. Recife: UFPE, 1985.

GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. *A cidade das chaminés: história da industrialização de Pesqueira*. Recife: Faculdade Boa Viagem, 2007. (Dissertação Mestrado em Administração).

GINSBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Marco Antonio Ferreira; BARIZON, Robson Rolland Monticelli. *Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2014.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 3. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SETTE, Hilton. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade* - Vol. V, n. 2 ago./dez. 2002 - Vol. VI, n. 1, p.23-44. jan./jul. 2003.

_____. Para fazer História Ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Jornais

A Gazeta de Pesqueira, 1902-1972.

A Voz de Pesqueira, 1940-1970.

Jornal Era Nova, 1920-1930

Jornal de Pesqueira, 1931-1935

Correio de Pesqueira, 1927-1930

Autores

Edson Silva

Doutor em História Social pela Unicamp

Professor do Colégio de Aplicação / Centro de Educação - UFPE e do PPGH/UFCG.

Email: edson.edsilva@gmail.com

Daniel Max dos Santos Lima,

Mestrando em História no PPGH/UFCG

Email: maxsociologo@gmail.com

Recebido em junho de 2014

Aprovado em outubro de 2014



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

TÉCNICAS QUALITATIVAS DE PRODUÇÃO DE DADOS: CARACTERÍSTICAS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO

QUALITATIVE TECHNIQUES OF DATA COLLECTION: FEATURES AND PROCESSES OF CONSTRUCTION

Eliane de Menezes Cabral

Cristina Maria Coimbra Vieira

Universidade de Coimbra - Portugal.

Resumo

A escolha da técnica adequada para produção dos dados na pesquisa científica representa uma importante fase no encaminhamento que a pesquisa deve tomar. O objetivo deste ensaio é discutir questões referentes ao tema produção de dados na pesquisa qualitativa, apresentando como se caracterizam e se estruturam as técnicas e os procedimentos de aplicação das mesmas. A partir da revisão da literatura, levantaram-se autores que analisam as técnicas de produção de dados, classificando-as em interativas – observação participativa, entrevista etnográfica – e não-interativas – consulta a documentos e observação não-participativa. A escolha das técnicas utilizadas para a produção dos dados vai depender do objetivo e contexto da pesquisa e nem sempre envolve a utilização de instrumentos, já a pessoa do investigador é, por definição, o ‘instrumento vivo’ que tem o privilégio de ser testemunha ocular dos fenómenos que se propôs estudar, captando-os da realidade através dos sentidos.

Palavras-chave: Produção de dados. Pesquisa qualitativa. Técnicas interativas. Técnicas não-interativas.

Abstract

The choice of appropriate technique for data production in scientific research represents an important step forward the development of research. The purpose of this essay is to discuss issues related to the topics of data production in qualitative research, showing how this type of research is characterized and structured in its techniques and procedures. The review of literature has brought authors that analyze the techniques of data production, classifying them into interactive – participant observation, ethnographic interviews – and non-interactive – document analysis and non-participant observation. The choice of techniques used to select data will depend on the purpose and context of the research, and does not always involve the use of instruments, since the researcher is, by definition, the 'living instrument' that has the privilege of being an eyewitness of the phenomena to be studied, capturing them from reality through the senses.

Keywords: Data Production. Qualitative research. Interactive techniques. Non-interactive techniques.

Introdução

O processo investigativo é a tentativa de desvelamento de questões desafiadoras que surgem das relações do pesquisador com a realidade. Iniciar um percurso de pesquisa científica tem como ponto de partida a escolha do tema a ser levantado, e este deve estar pautado em princípios que se apoiam na motivação intrínseca e na possibilidade de efetivação da pesquisa, com o devido respeito dos princípios éticos.

Ao desenvolver um estudo científico o investigador se depara com impasses a serem respondidos que necessitam de aprofundamento teórico. Ter segurança em suas escolhas metodológicas faz parte do amadurecimento científico, necessário ao pesquisador, que terá de fazer a escolha por uma técnica ou outra para o levantamento dos dados; proceder adequadamente diante do que se pretende produzir como dado implica posicionamentos que configuram a experiência de construção de qualquer pesquisa científica, sendo estes, objeto de reflexão neste ensaio.

Características das técnicas qualitativas de produção de dados

Buscando traçar um caminho assertivo na construção da pesquisa qualitativa, tem-se como primeiro momento na produção dos dados fazer um levantamento dos participantes ou casos a estudar e do espaço a ser explorado, obedecendo aos objetivos e a um planejamento procedimental para que efetivamente eles sejam alcançados. É no momento que optamos pela técnica de produção dos dados que delimitamos nossa pesquisa, isso se dá depois das primeiras experiências no campo observando o objeto da pesquisa, pois é no contato com o contexto que algumas decisões são tomadas, na perspectiva de demarcar a pesquisa, para muitas vezes deixar de ser idealista para se tornar realista. Delimitar os dados é garantia de uma análise concisa e coerente, pois eles consistem nas peças da realidade que o investigador vai estudar. Para Bogdan e Biklen (1982), os dados são “materiais brutos que os investigadores recolhem da realidade” (p. 73). Ao se depararem com eles, é necessário fazer a separação entre o que pode servir ou não e quais as técnicas de produção de dados que melhor se adaptam à proposta da pesquisa e às características dos pesquisados e dos contextos.

As técnicas utilizadas para captar os dados tendem a ser escolhidas previamente, mas em pesquisas qualitativas podem ser reformuladas e ou ampliadas no decurso do trabalho no terreno, dependendo das hipóteses emergentes que o investigador vai colocando e da natureza da própria informação em análise (GOETZ; LeCOMPTE, 1984; PORTELA, 1985; VIEIRA, 2011).

De fato, como afirmam Quivy e Campenhoudt (2008) na pesquisa qualitativa a escolha dos caminhos para coleta e análise dos dados se dá em função dos objetivos e das hipóteses levantadas na investigação. Também, segundo Bogdan e Biklen (1994) após se iniciar o trabalho de campo, torna-se fundamental avaliar quais questões a ser “eficazmente respondidas [...] e estas devem ser de natureza mais aberta e devem revelar maior preocupação pelo processo e significado, e não pelas suas causas e

efeitos” (p. 209). Pode, por isso, afirmar-se que nos estudos de cariz qualitativo, mais do que as respostas concretas dadas pelos participantes, interessa sobretudo aos investigadores o processo de produção dessas mesmas respostas, o que traz grande complexidade ao trabalho interpretativo, que deverá ser necessariamente fiel ao que foi proferido e observado. O trabalho de produção dos dados, por parte de quem assume o papel de investigador, é uma atividade que requer criatividade e flexibilidade para se colocar frente às demandas imprevisíveis que surgem no decurso de qualquer pesquisa (COUTINHO, 2011).

As técnicas gerais de produção de dados, citadas por McMillan e Schumacher (1986) para desenvolver pesquisas qualitativas são a observação participativa, a entrevista etnográfica, a consulta de documentos e a observação não-participativa. Falando preferencialmente em estratégias de coleta de dados e não em técnicas, Goetz e LeCompte (1984), para além destas incluem ainda procedimentos desenhados pelo investigador – como as notas de campo e os memorandos – e a recolha de artefactos humanos, os quais possuem um forte cunho cultural repleto de significados.

Sabe-se que da diversidade de técnicas possíveis há duas que são fulcrais nas pesquisas qualitativas, quer pela sua natureza, quer pela riqueza de informação que permitem obter, podendo ser usadas em separado ou como complementares. São, a entrevista, “nas suas diversas modalidades” (AMADO, 2013, p. 205), e a técnica de observação participativa, esta, sobretudo, nos estudos etnográficos (VIEIRA, 1998), dado o pressuposto fundamental de que não é possível compreender o mundo social sem fazer parte dele (HAMMERSLEY; ATKINSON, 1993).

Na pesquisa qualitativa, o investigador pode não apenas recorrer às técnicas qualitativas, mas na medida da necessidade de responder aos seus objetivos iniciais, pode fazer uso, de forma complementar, de técnicas quantitativas, utilizando nestas circunstâncias uma triangulação de técnicas e ou uma triangulação de métodos, ou seja, o uso de vários recursos para produção de dados em uma mesma pesquisa,

possibilitando condições de ampliar e captar com mais precisão, minuciosidade e fidedignidade as informações, trazendo uma percepção mais holística e credível dos fenômenos que pretende estudar (MORSE, 1994). Segundo Amado (2010), a triangulação deve ser utilizada na validação do conhecimento produzido num estudo científico e argumenta que cada técnica na sua individualidade é válida, mas limitada na capacidade de responder a todas as demandas do processo investigativo. A triangulação de técnicas permite ao pesquisador articular, por exemplo, os momentos de observação e/ou entrevista com as suas reflexões posteriores, de forma a efetuar interpretações verosímeis da realidade, num processo cíclico que terminará quando se atingir a chamada saturação dos dados¹.

As estratégias de triangulação atrás referidas, quer envolvam técnicas, quer metodologias, podem ser de grande importância no decurso de uma pesquisa, uma vez que a ampliação dos trilhos seguidos pelo investigador e a complementaridade dos dados resultantes pode promover mais segurança ao lançar conclusões em um trabalho científico. De acordo com Denzin (1978 apud JANESICK, 1994) existem quatro tipos de triangulação que podem ser usadas nas investigações científicas:

- Triangulação dos dados – utiliza variadas fontes de informações;
- Triangulação dos investigadores – desenvolve o estudo sob o olhar de diversos investigadores;
- Triangulação das teorias – faz uso de várias perspectivas teóricas;
- Triangulação metodológica – testa com a multiplicidade de métodos.

¹ A saturação dos dados “traduz a sensação, sentida pelo investigador, que se recolher mais dados, se fizer mais observações ou se entrevistar mais participantes já não recolhe mais material novo. Esta sensação pode revelar-se, mais tarde, um falso indicador de que ‘está esgotada a recolha de dados’, ou então pode ser mesmo um indício de que a pesquisa no terreno chegou ao fim” (VIEIRA, 2011, p. 22).

A autora citada, na sua obra acima mencionada, acrescenta ainda um quinto tipo, a triangulação interdisciplinar – que implica o ampliar das possibilidades interpretativas com o uso de princípios e métodos de outras áreas do saber (DENZIN, 1978). As possibilidades de triangulação atendem a necessidade específica de cada pesquisa, podendo ser uma alternativa a resolução de questões surgidas no decorrer do trabalho.

Para Vieira (1999) a atividade de produção dos dados no processo qualitativo de pesquisa possui características específicas, em que o pesquisador é o ‘instrumento vivo’, uma vez que ele é capaz de apreender do contexto de pesquisa dados que só a sensibilidade humana pode captar; as peculiaridades dos dados recolhidos determinam como eles vão ser apresentados na pesquisa, podendo ser codificados para determinar características capazes de estabelecer comportamentos formalizados em padrão; e a forma como se interpreta os dados depende das condições como foram coletados.

Os autores Bogdan e Biklen (1994, pp. 207-219) apresentam sugestões de caráter procedimental para produção dos dados na pesquisa qualitativa, delineando os passos que o pesquisador pode percorrer, na construção de um processo analítico, que o leve a responder a seus objetivos de pesquisa. Estas sugestões se aplicam a qualquer técnica e estão organizadas nos seguintes pontos:

- Caminhar na perspectiva de iniciar a coleta de forma geral para ir em direção de um enxugamento das questões a serem levantadas;
- Escolher qual o tipo de estudo que atenda aos aspectos “[...] mais minuciosos da interação ou com aspectos mais gerais dos processos sociais?” (p. 208);
- Desenvolver questões que promovam oportunidades de análise geral e que levem a afunilar nas especificidades da pesquisa;

- Fazer um planejamento das sessões de produção de dados a partir das anteriores, relendo os dados recolhidos, em seguida, indagar-se sobre o que já sabe e o que precisa saber para atender aos objetivos. Pode ser necessário ficar mais tempo em um lugar do que em outro, ou entrevistar alguém que inicialmente não estava nos planos;
- Registrar as anotações de campo em papel com linhas enumeradas, de forma a identificar mais facilmente um dado quando quiser chamá-lo para a análise;
- Escrever comentários sobre situações e ideias à medida que observa o lugar pesquisado. Depois de um tempo de produzindo os dados, ler e escrever para si mesmo, um resumo do que foi sendo recolhido ao longo do tempo, constrói uma ligação com a metodologia e a teoria;
- Estimular os sujeitos da pesquisa a aprofundar questões obscuras, havendo o cuidado de não confiar muito nas opiniões individualizadas, porque elas podem estar tendenciosas;
- Aproveitar o tempo em que está no campo para aprofundar a "leitura de estudos qualitativos sobre áreas não relacionadas com o seu tema" (p. 215). Mas não se deixe persuadir por estas leituras, pois elas podem fixar seu olhar numa única possibilidade de ver os dados;
- Empregar "*metáforas, analogias e conceitos*" (p. 215), de forma a não ficar preso à "rigidez de pensamento" (idem), o que permitirá estabelecer conexão com as experiências que traz;
- Utilizar gráficos para organizar os dados e dar visão ampliada de como estão as informações coletadas;
- Fazer especulações sobre o material coletado, "não abdique de 'pensar' porque não tem todas as provas. Pense com os dados que têm" (p. 219);

- Ter abertura a novas ideias, para isso é preciso pensar sobre o material coletado. “Ruminar as ideias cria a energia necessária ao arejamento dessas mesmas ideias” (p. 219).
- Rer o material e fazer anotações e círculos em palavras-chave cria um elo que gera uma ideia do todo.

Os procedimentos levantados pelos autores que acabamos de citar conferem ao processo investigativo atitudes que levam o pesquisador a estruturar o material coletado de forma a ter mais qualidade e amplitude nas possibilidades de análise.

Para os autores Pelto e Pelto (1978 apud GOETZ; LeCOMPTE, 1984), as técnicas de produção de dados são distintas a partir da disposição interativa ou não que produzem, sendo classificadas em *técnicas interativas*, a observação participativa e a entrevista etnográfica. E em *técnicas não-interativas*, as técnicas a consultas de documentos e a observação não participativa.

As técnicas interativas são aquelas que requerem um relacionamento presencial entre os participantes e conferem ao investigador a possibilidade de compreender os dados pela ótica dos pesquisados, muitas vezes no seu ambiente natural, interagindo com o contexto numa apreensão próxima da realidade a ser estudada, o que lhe permite identificar os significados individuais, expressos através dos vocábulos e do discurso próprios de quem é protagonista (ADLER; ADLER, 1994).

Os níveis de interação produzidos pela observação participativa e pela entrevista etnográfica podem modificar ‘deliberada ou inconscientemente’ o comportamento dos pesquisados, comprometendo a credibilidade dos dados (MUCCHIELLI, 1991; GOETZ; LeCOMPTE, 1984). Um aspecto levantado por Amado (2013) é a neutralidade da pesquisa qualitativa, que é colocada em dúvida, uma vez que a presença do pesquisador no ambiente da pesquisa representa interferência no contexto, recriando-o a partir da sua interposição.

Nas técnicas não-interativas, ou seja, as que não exigem o envolvimento direto com os participantes da pesquisa, o risco é o de não obter dados suficientemente relevantes, pelo facto de o investigador não estar em contato direto com os pesquisados, mas sim com os artefatos produzidos por eles (VIEIRA, 1995; 2011). Nestes casos, se não houver o cuidado de 'devolver' as interpretações efetuadas aos participantes – para obter o seu feedback; de não triangular técnicas ou metodologias de pesquisa ou de não obter a validação cruzada das conclusões, através da participação no processo de pesquisa de outros investigadores, corre-se o sério risco de produzir dados falaciosos e de violar o sentido ético implícito na construção do conhecimento científico.

Entendendo as técnicas interativas

A principal característica das técnicas de pesquisa interativas é promover a interação direta entre pesquisador e pesquisados. A primeira que tratamos é a técnica de *observação participativa*, ela promove o afunilamento dos dados, partindo da apreensão de "dados gerais" para depois focalizar-se no cerne das questões específicas (SPRADLEY, 1980; VIEIRA, 1995; 1998).

Nas técnicas interativas os pesquisadores assumem o duplo papel de pesquisados e de pesquisadores, na busca de "apreenderem os significados individuais ao mesmo tempo em que interagem com os participantes" (ADLER; ADLER, 1994, p. 378).

O pesquisador utilizando a técnica de observação participativa se envolve com as situações do contexto interno e externo da pesquisa, sendo necessário vivenciar as mesmas experiências dos pesquisados, tendo assim maior possibilidade de captar elementos da realidade que pretende compreender. Ele tem ainda a oportunidade de

se autoquestionar sobre os dados – a chamada subjetividade disciplinada², para não ser levado pela subjetividade, precisando elaborar constantemente o registro descritivo do que é percebido, sentido e interpretado (SPRADLEY, 1980). A importância da observação participativa assenta no pressuposto de que os “contextos sociais são sempre, em maior ou menor extensão, idiossincráticos e originais” (BALL; 1988, p. 3783), não sendo possível compreendê-los sem participar neles e interagir face-a-face com quem deles faz parte.

A técnica de observação pode variar na forma de interação do pesquisador com os pesquisados, sendo classificada segundo esse critério em não participação – inexistência de qualquer envolvimento; participação passiva; participação moderada; participação ativa e participação total – completa (SPRADLEY, 1980). Logicamente, as três últimas são as que se classificam como dentro da técnica de observação participativa, ainda que se coloque o questionamento: será que quem tem uma participação completa – o nativo da situação – consegue ter o distanciamento necessário para fazer uma pesquisa científica? (PORTELA, 1985).

Ainda como variante das técnicas de observação interativa, Carmo e Ferreira (2008, p. 121) apresentam a “observação participativa despercebida pelos observados e a participativa propriamente dita”. A característica apresentada pelos autores para a primeira é que nela o observador está no contexto dos observados, mas eles não se dão conta disto, porque o pesquisador se coloca em ambiente aberto, meio a um grupo de pessoas com interesses diversos, executando sua ação investigativa, por exemplo no “estudo do comportamento dos craques de futebol” (idem). Na observação participativa propriamente dita, o pesquisador apresenta-se como tal e

² A subjetividade disciplinada é uma competência fundamental do perfil de qualquer investigador. Trata-se de “uma atitude constante de reflexão sobre o seu papel enquanto profissional, numa tentativa de tomar consciência dos possíveis enviesamentos que os seus quadros de referência poderão introduzir nas representações que ele faz do que vê, lê e ouve (VIEIRA, 2011, p. 22). Nos estudos qualitativos esta atitude ganha ainda maior relevância na construção do conhecimento, em virtude da natureza interativa do papel dos pesquisadores.

estabelece relação com o meio e as pessoas observadas, pelo que elas sabem da intencionalidade sua presença.

A técnica de observação participativa, segundo Goetz e LeCompte (1984) necessita levantar dados que respondam aos questionamentos apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Questionamentos para a técnica de Observação Participativa

Questões chave	Questionamentos
Quem?	Quem é o grupo? Qual é a situação? Quantas pessoas lhe pertencem? Como se caracterizam esses elementos? De que maneira se entra para o grupo?
O quê?	O que está a acontecer? O que é que as pessoas do grupo dizem umas às outras ou estão a fazer em conjunto? Quem toma as decisões? Que comportamentos são comuns a quais são raros? Como é que eles os descrevem? Que nome lhes dão? Quais as suas formas de comunicação verbal e não verbal? Quem fala e quem ouve?
Onde?	Qual local onde decorre a situação estudada? Como se caracteriza o espaço físico em redor? Quais os recursos naturais/tecnológicos que são utilizados? Quais os sinais sons, aromas, paladares e sentimentos típicos do grupo estudado?
Quando?	Quando é que o grupo se encontra e interage? Qual a frequência e duração desses encontros? Qual a gestão que fazem do tempo? Como interpretam e se posicionam face ao seu passado e ao seu futuro?
Como?	Como é que as observações do investigador se posicionam face à perspectiva dos participantes? Como é mantida esta estabilidade? Como são geridos os acontecimentos do acaso? Quais são as regras e norma que governam a organização social? Como é que este grupo se relaciona com outros grupos, organizações ou instituições?
Porquê?	Por que é que o grupo se comporta desta maneira? Que significados atribuem os participantes às suas vivências? Que símbolo, tradições, valores e visões do mundo podem ser encontrados no seio deste grupo?

Fonte: Adaptado de Vieira, 2011, p. 40.

Os dados recolhidos a partir do levantamento destes questionamentos podem colaborar com a diminuição dos eventuais problemas apontados por Vieira (2011) à aplicação da técnica de observação participativa. Com efeito, o alto nível de

intimidade com os contextos pesquisados pode levar a dificuldades de isenção na análise e ainda a confiança excessiva na memória humana, que é seletiva.

A segunda técnica interativa a destacar é a *entrevista etnográfica*, e se caracteriza pelo questionamento direto ao pesquisado por meio de questões abertas, em que a confiança, o respeito, conversas livres, frequentes e longas oferecem ao investigador a possibilidade de apreender os significados atribuídos pelos entrevistados aos seus sistemas de valores (AMADO, 2013). A troca dialógica estimulada pela entrevista exprime as percepções das experiências dos pesquisados “através de perguntas abertas e das suas reações, o investigador [...] permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 192). Estas características dão oportunidade ao investigador de adequar as questões levantadas e também o foco de análise das mesmas às características dos participantes e dos contextos, implicando muitas vezes longos períodos de permanência nos mesmos (HEYL, 2001).

Segundo Fetterman (1998) as entrevistas se classificam em: estruturada, semi-estruturada, informal e retrospectiva. A de maior preferência dos pesquisadores no âmbito dos estudos qualitativos é a entrevista informal, que se caracteriza pela liberdade do processo, tanto na estruturação das questões como na espontaneidade das respostas. Nestas não existe um guião pré-determinado de perguntas, e a ordenação das questões é delineada a partir das respostas oferecidas pelos entrevistados às tematizações levantadas pelo pesquisador, sendo estes, livres para respondê-las “da forma como entenderam e utilizando o seu próprio vocabulário” (VIEIRA, 2011, p. 42)

É por meio das entrevistas etnográficas que o pesquisador promove o pesquisando a categoria de especialista, pois está nele o conhecimento desejado, fazendo-o sentir-se valorizado por esse poder, para captar dele sua experiência. Para Fontana e Frey (1994) ocorre uma partilha de poder no curso da entrevista, e o pesquisador assume o papel de um aprendiz que quer conhecer os significados que

os entrevistados dão aos acontecimentos e ações, sendo a ênfase, sobretudo nos aspectos culturais. McMillan e Schumacher (1989) nos trazem o conceito de entrevista etnográfica, em que, por meio dela se tem “o modo, segundo o qual, os indivíduos nos vários cenários sociais concebem o seu mundo e a forma como explicam ou dão sentido aos acontecimentos” (p. 405).

A técnica de entrevistas etnográficas não tem a prioridade de uniformizar as questões, pois não existe a preocupação em controlar possíveis variáveis parasitas³ que afetam a validade interna dos resultados da pesquisa.

As finalidades da entrevista etnográfica são levantadas por Vieira (2011) e se traduzem na possibilidade de desenvolver uma pesquisa qualitativa, em que o pesquisador percebe com mais clareza as atividades, papéis, sentimentos, motivações, preocupações, pensamentos, expectativas futuras e experiências passadas dos participantes; adéqua o foco da pesquisa; desenvolve ideias pouco exploradas no percurso da produção dos dados; estabelece conexão entre diferentes pesquisados sobre os mesmos dados e sobre dados colhidos em contexto da técnica de entrevista informal; aponta documentos e artefatos; testa hipóteses que surgem no decurso da pesquisa; averigua a pertinência dos dados negativos ou divergentes; estimula a interação dos pesquisados sobre as teorias articuladas e avalia o grau de correspondência entre as perspectivas émicas⁴ e éticas⁵ do estudo.

³São variáveis que se associam à variável independente, exercendo um efeito na dependente e assim comprometendo a validade interna da pesquisa (VIEIRA, 1995). Também podem assumir o nome de variáveis estranhas ou confundentes.

⁴A perspectiva émica é a de quem é interno ao caso/grupo estudado. Traduz a interpretação que os participantes fazem dos seus acontecimentos de vida e dos seus comportamentos, através das suas próprias palavras e considerando o seu papel de ‘nativos’ no contexto do estudo. Assenta na existência de múltiplas realidades, todas elas válidas, traduzida em códigos linguísticos específicos de quem é estudado.

⁵A perspectiva ética é a de quem é externo ao grupo estudado. Traduz a interpretação que o investigador faz dos fenómenos observados no contexto estudado, e a representação que ele passa para a comunidade científica, sobre a vida das pessoas/casos que estuda, a partir da sua compreensão sobre as perspectivas émicas. Há, neste caso, a utilização dos chamados códigos linguísticos de segunda ordem, pois o investigador traduz em conceitos científicos partilhados, aquilo que é idiossincrático das pessoas que estudou.

Esta modalidade de entrevista é utilizada muitas vezes para ampliar as informações da pesquisa – que inicialmente foram obtidas por outras técnicas, como a observação não-participativa – que necessitam serem explicadas alargando os pontos de vista dos entrevistados “como pensam, interpretam ou explicam o seu comportamento no contexto natural em estudo” (COUTINHO, 2011, p. 291).

Segundo Patton (1980 apud MacMILLAN; SCHUMACHER, 1989) as questões para a técnica de entrevista são de natureza diversa e podem arrumar-se em seis modelos, organizados no quadro 2.

Quadro 2. Questões de referência para a técnica de entrevista

Questões	Finalidade
Questões relativas às experiências e aos comportamentos	Aborda questões que a pessoa costuma fazer na ausência do investigador;
Questões relativas às opiniões/valores	Aborda o que a pessoa pensa acerca das suas experiências (intenções, metas, valores);
Questões relativas aos sentimentos	Aborda a forma como as pessoas reagem emocionalmente às suas experiências;
Questões relativas ao conhecimento	Aborda o que a pessoa sabe e considera factual;
Questões relativas a aspectos sensoriais	Abordam o que a pessoa viu, ouviu etc.
Questões relativas a aspectos demográficos do contexto	Aborda aspectos demográficos e ajudam o investigador a seleccionar, localizar ou identificar outras pessoas a entrevistar.

Fonte: Adaptação de Vieira 2011, p. 43.

A técnica de entrevista etnográfica não está isenta da possibilidade de estruturação das perguntas (VIEIRA, 1995; 2011), mas para isso, deve o pesquisador ter um guião que pode partir das questões acima mencionadas.

Para Amado e Ferreira (2013, pp. 208-213) a técnica de entrevista pode ser classificada em relação a sua estrutura e a sua função. Quanto à estrutura pode ser: estruturada ou diretiva; semi-estruturada ou semi-diretiva; não-estruturada ou não-

diretiva; informal-conversação. E quanto às funções: investigação-controlo; diagnóstico-caracterização; terapêuticas. Os tipos de entrevista apontados pelos autores estão assim caracterizados:

Quanto à estrutura:

- Entrevista estruturada ou diretiva – organizada por meio de perguntas estruturadas antecipadamente, elas giram em torno de um tema central determinado pelo pesquisador, é feita a todos os entrevistados sem grandes mudanças no processo.
- Entrevista semi-estruturada ou semi-diretiva – não existe rigidez no roteiro levantado, as questões são construídas previamente e reestruturadas a partir do que diz o informante, elas são apresentadas a ele “numa ordem lógica para o entrevistador” (p. 208) e as respostas são estimuladas a serem produzidas na liberdade.
- Entrevista não-estruturada ou não-diretiva – as questões surgem da interação com o entrevistado, não havendo preocupação com a preparação de um guia, mas seguindo “a lógica do discurso do entrevistado” (p. 209).
- Entrevista informal-conversação – é uma técnica utilizada como complemento a outras, muito útil na confirmação de informações, ocorre sem esquemas prévios, “provocando *insights* importantes para a compreensão dos dados” (p. 210).

Quanto às funções:

- Entrevista investigação-controlo – com o objetivo de averiguar as necessidades do processo investigativo, caracteriza-se como entrevista diretiva.

- Entrevista diagnóstico-caracterização – indica sinais que apontam para a descrição da pesquisa, faz parte do processo de entrevistas semi-diretiva.
- Entrevista terapêutica – é utilizada como recurso para “fins de ajuda e conselho” (p. 211).

A técnica de entrevista etnográfica é subdividida em entrevistas com os informantes-chave, entrevistas relativas às histórias de carreira e os inquiridos (GOETZ; LeCOMPTE, 1984). Ainda como proposta de pesquisa existe a entrevista coletiva (AMADO; FERREIRA, 2013, p. 224).

Na entrevista com informantes-chave, o pesquisador busca indivíduos que ocupem uma posição privilegiada de representatividade frente a um grupo, com o objetivo de captar informações que somente eles possam dispor.

As entrevistas de histórias de carreira são produções de ‘narrações’ que retratam experiências de vida e do contexto, na busca de melhor assimilar as idiossincrasias humanas. Para Amado e Oliveira (2013), as histórias de vida e autobiografias são substratos para pesquisas que revelam percursos narrativos “com descrições e interpretações da ação humana” (p. 251). Estas expõem e estimulam mecanismos autoavaliativos que remetem aos significados construídos pelos indivíduos nos seus contextos sociais. Os autores também ressaltam as ‘estórias’, que são narrativas recolhidas por meio de entrevistas e/ou observações, elas surgem dos fatos, acontecimentos e ações sobre uma temática específica, confirmado pelo contexto ou pela época, e descritos de acordo com o observado para análise. Uma vez que essas modalidades de entrevistas consistem numa atividade reflexiva do entrevistado, “os procedimentos adequados para o seu registro têm sido a observação participativa, a entrevista semi-diretiva ou não-diretiva, a estimulação da memória [...] e inclusive os incidentes críticos” (p. 259), pois, são propostas investigativas em que a prática do diálogo é estimulada por elementos fundamentais, como “a pergunta, a clarificação e a especulação” (AMADO; FERREIRA, 2009, p. 214).

Os inquéritos segundo Goetz e LeCompte (1984) são organizados nos estudos qualitativos por meio de entrevistas estruturadas, em que as questões são organizadas antecipadamente, com o objetivo de conferir a confiabilidade dos dados recolhidos por meio de outras técnicas. E, para Amado (2013), a clareza com que as questões são formuladas; as condições de abrangência e o peso de importância que elas representam para o estudo desenvolvido são alguns aspectos importantes desta técnica e devem ser considerados pelo pesquisador.

Ainda como instrumento de produção de dados a entrevista coletiva, centrada em um grupo de informantes, é uma técnica que oportuniza a riqueza de informações construídas na interação entre pares – ou entre pessoas interessadas/envolvidas numa temática. Referenciando esta ideia, Amado e Cardoso (2013) ressaltam que as informações desta técnica têm peso, porque representam o “conjunto das significações específicas do grupo” (p. 195). Os mesmos autores apontam em seu trabalho, outro tipo de situação em que um grupo torna-se parâmetro para produção de dados, é o grupo de referência ou grupo focal, que consiste em um grupo representativo – não necessariamente no sentido estatístico – de uma população específica que é estimulado a interagir sobre um tema, orientado por um coordenador que impulsiona as discussões. Essa técnica visa captar a diversidade de reações que emergem no calor das discussões temáticas e “nestas circunstâncias, a riqueza da informação obtida poderá ser reforçada pela possibilidade de captação, por parte do(s) entrevistador(es) das interações entre as diferentes pessoas entrevistadas” (VIEIRA, 2011, p. 44).

Na perspectiva da pesquisa qualitativa, Amado e Simão (2013) apresentam mais alguns instrumentos de pesquisa, denominados de “pensar em voz alta, autoscopia e estimulação da recordação” (pp. 235-244). Essas técnicas caminham no esteio das técnicas interativas e servem ao objetivo “investigativo e de formação” (p. 235). Elas oportunizam o pesquisador a entender o processo “ensino-aprendizagem como prática social que é” (p. 235), por meio da voz dos atores que o fazem

acontecer. O instrumento pensar em voz alta consiste no estímulo para falar o que lhe vem à mente enquanto vivencia a atividade, ele acontece em tempo real enquanto tudo é vivido. A técnica da autoscopia caracteriza-se pelo uso do recurso de autoavaliação por meio da gravação de imagens e sons de atividades realizadas pelo pesquisado no contexto da pesquisa.

A estimulação da recordação é um método investigativo que traz ao presente fatos do passado, por meio da gravação de uma sequência de atividades, fazendo os pesquisados rememorarem ações e comunicarem seus relatos, objetivando “desvendar o sentido” (p. 237) dessas ações. Para Veiga Simão (2001 apud AMADO, 2013) esse instrumento de pesquisa é “um modo de estimular à metacognição dos professores, permitindo, desse modo, um processo formativo que leva à tomada de consciência ‘dos processos que utilizam quando ensinam e a compreenderem os seus efeitos’” (p. 238).

Ainda como técnica interativa, Amado (2009) apresenta a dos “incidentes críticos” (p. 209), que se caracteriza pelo registro, por meio de observações, depoimentos – orais e/ou escritos – ou entrevistas, de situações que representam “casos especialmente problemáticos ou significativos” (ROSALES, 1991 apud AMADO, 2009, p. 209), com o intuito de “fazer indução ou previsões sobre o indivíduo que realiza a ação” (FLANAGAN, 1954 apud AMADO, 2009, p. 209). Estes registros devem levar em consideração as “circunstanciais do incidente; os comportamentos dos envolvidos; as inferências e os comentários do relator sobre as pessoas e os fatos” (Amado, 2009, p. 210).

As técnicas interativas promovem um arcabouço de possibilidades dialógicas do pesquisador com o cenário social a que se propõe pesquisar, mas cabe aqui ressaltar a necessidade dele estar seguro eticamente do que está a propor a sua comunidade científica.

Trabalhando as técnicas não-interativas

Estas técnicas se caracterizam por não serem produzidas como resultado da interação entre pesquisador e pesquisado, são elas a *consulta a documentos/artefatos e a observação não-participativa*. A primeira técnica evocada, caracteriza-se por ser um instrumento de pesquisa em que o material sobre o qual se recolhe os dados são materiais palpáveis que exprimem

[...] crenças e comportamentos próprios de uma cultura, os quais traduzem as experiências, os conhecimentos assentes em valores, os sentimentos e as percepções das pessoas que a ela pertencem [...] que por terem uma existência física podem ser separados em termos espaciais e temporais do seu autor, produtor ou utilizador (VIEIRA, 2011, p. 44).

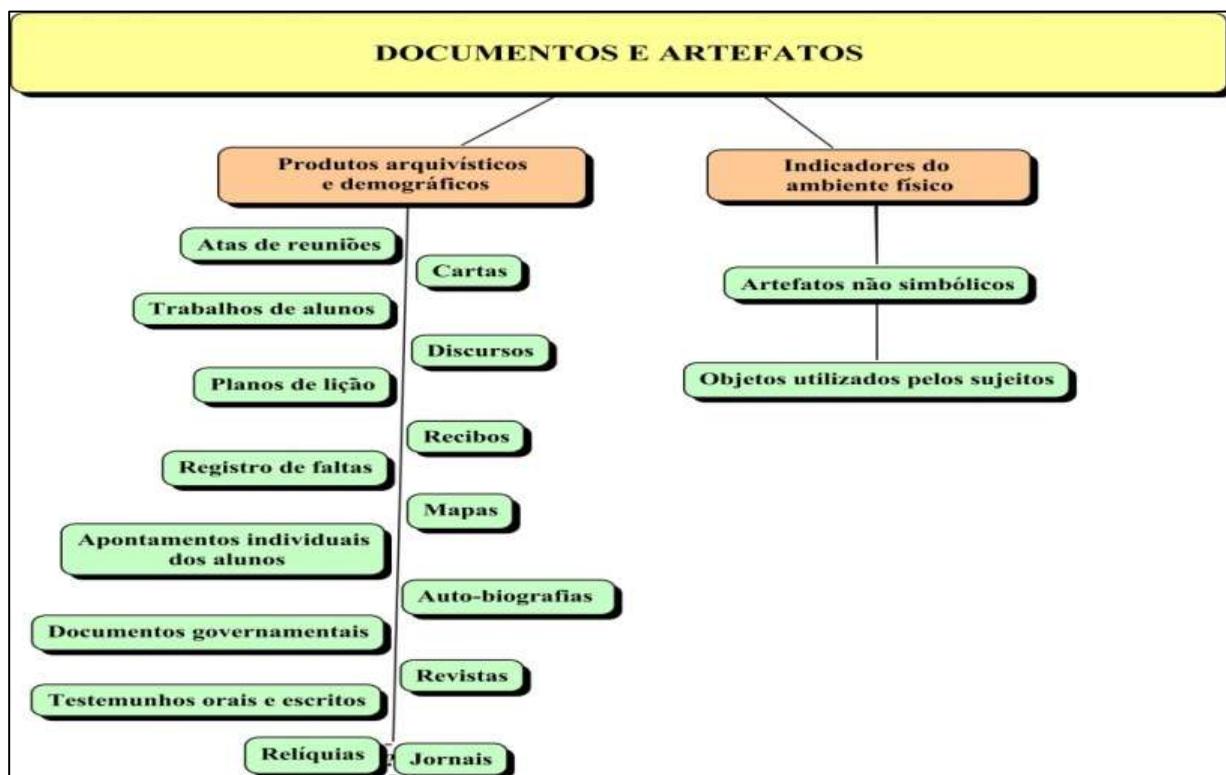
A análise de documentos e artefatos traz a possibilidade de fazer retrospectivas no sentido de reconstruir acontecimentos e de atribuir possíveis significados aos mesmos, sendo uma técnica inspirada nos historiadores e arqueólogos, como sugeriram Goetz e LeCompte (1984).

Considerando a importância desses documentos/artefatos para as investigações qualitativas, Quivy e Campenhoudt, (1998) nos alerta para ser fundamental atender aos aspectos da autenticidade, pertinência e exatidão das informações, e que estes, precisam fazer parte de um protocolo de compromissos assumidos eticamente pelo investigador.

Segundo Goetz e Le Compte (1984) e MacMillan e Schumacher (1989), os documentos e artefatos são classificados em: *arquivísticos e demográficos* – materiais que resultam do registro de experiências; e *indicadores do ambiente físico* – produtos que não se materializam, mas são passíveis de serem percebidos no contexto da pesquisa e também, instrumentos funcionais, objetos que possuem uma

representatividade para os sujeitos da pesquisa –, tendo cada tipo de documentos suas fontes específicas de informações, como demonstra o esquema 1

Esquema 1. Documentos/artefatos e suas fontes de informação



Fonte: Adaptado de Vieira, 2011, p. 45.

Os documentos ou artefatos identificados como arquivísticos e demográficos revelam a possibilidade de pesquisa sobre materiais palpáveis que expressam a cultura da individualidade ou de um grupo social. E os denominados indicadores do ambiente físico traduzem-se em conteúdos imateriais que transmitem os valores e tradições, também da individualidade ou do coletivo, são traços de comportamentos que revelam as idiosincrasias peculiares do objeto pesquisado, como também em objetos palpáveis que possuem uma representatividade para os participantes da pesquisa. Qualquer documento e/ou artefato é passivo de oferecer ao investigador informações sobre as pessoas estudadas, seu modo de vida, sua cultura, e tudo

depende das condições da pesquisa e do potencial do investigador, para que estes se tornem significativos como recursos que permitem produzir informação valiosa e fidedigna.

Segundo Amado e Ferreira (2013) os documentos utilizados como instrumentos de pesquisa qualitativa são separados em duas categorias, documentos pessoais e não-pessoais (pp. 275-289). Os *documentos não-pessoais* são aqueles produzidos para responder a uma necessidade social, para Hammersley e Atkinson (1994) eles são produtos sociais que ao serem analisados permitem perceber o conjunto de fenômenos interacionais e interpretativos que estão por detrás da sua produção. Os *documentos pessoais* são construções dialéticas que expressam de forma individual o pensar e estar no mundo dos sujeitos. Ainda segundo Amado e Ferreira (2013) o que diferencia os documentos pessoais dos demais é o fato de poder ser estabelecida uma relação muito direta entre estes e o seu autor, a sua biografia, o contexto de vida, etc. (p. 277). E, segundo Thomas (1967 apud AMADO; FERREIRA, 2013) os documentos pessoais e/ou não pessoais, mostram "as situações que condicionaram o comportamento" (p. 277) dos indivíduos, sendo de grande importância para a pesquisa qualitativa, pois revelam aspectos das relações vividas no passado e/ou no presente que motivam mudanças de comportamentos, provocando a renovação das relações da pessoa humana com o meio.

A segunda técnica não-interativa é a *observação não-participativa*, ela pressupõe o registro de acontecimentos e comportamentos observáveis no ambiente da pesquisa, em que o investigador se isenta de qualquer tipo de envolvimento com os pesquisados, em que se apoia no seu poder de observação e em um guia de observação construído a partir de indicadores observáveis (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008).

Esta condição de distanciamento dos sujeitos observados é respaldada por alguns teóricos e negada por outros. Spradley (1980) afirma que a observação não-participativa é uma técnica ideal para "'indivíduos extremamente envergonhados' [...]"

que preferem evitar qualquer tipo de envolvimento com os sujeitos em questão” (p. 59). Entretanto, Goetz e LeCompte (1984) acreditam não ser possível “evitar a interação nas situações sociais [...] salvo algumas exceções, [como] nos estudos feitos com programas de televisão” (p. 143). Para os autores citados, a presença do investigador no contexto de pesquisa influencia nas condições de realização do estudo, tornando-o imediatamente participante.

Segundo Carmo e Ferreira (2008) a observação não-participativa é uma técnica em que o pesquisador não estabelece nenhum contato com os observados, salvo por questões éticas é obrigado a pedir sua autorização para desenvolver o estudo. Para eles existem três características que exprimem a peculiaridade dessa técnica: “reduz substancialmente a interferência do observador no observado; permite o uso de instrumentos de registro sem influenciar o grupo-alvo; possibilita um grande controle das variáveis a observar” (p. 120).

Os autores Goetz e LeCompte (1984) classificam as observações não-participativas em três tipos diversos:

1. Crônicas da tendência geral dos comportamentos – é o registro de feitos ou dizeres, no contexto da ação, por meio da filmagem, gravação ou manualmente.
2. Análises da proximidade (espacial) entre os sujeitos e quinestésicas – se refere à captação fílmica, estabelecendo uma relação entre o espaço e o movimento corporal dos alunos.
3. Análise das interações – é um processo de observação que requer a utilização de protocolos e de grelhas de observação estruturada.

Como já dissemos anteriormente, em um estudo qualitativo é possível utilizar também técnicas quantitativas, estas assumindo uma importância complementar, pois são usadas para acrescentar e enriquecer, e/ou confirmar a informação obtida

através de técnicas qualitativas. Bogdan e Biklen (1982) levantam o fato de que a mistura das técnicas investigativas poderá conduzir a 'abordagem híbrida', se não for bem conduzida e se não forem respeitados os princípios relativos à credibilidade científica do conhecimento produzido. A questão levantada pelos autores é relevante na medida em que a habilidade do pesquisador representa um aspecto a ser considerado no sucesso da pesquisa e seu critério ético fornece confiabilidade aos seus dados.

Conclusão

Diante de questões tão relevantes para a pesquisa qualitativa, concluimos que a produção de dados representa um aspecto primordial para o sucesso da pesquisa científica, pois a clareza e domínio da técnica no momento de abordar os pesquisados, utilizando o instrumento que melhor se adéqua e responda as necessidades dos objetivos da pesquisa é o ponto chave em todo o processo investigativo.

Nos estudos qualitativos o pesquisador de Ciências Sociais e Humanas tem maior possibilidade de adequação das técnicas de produção de dados, pois a natureza flexível e cíclica de todo o processo de pesquisa, e a escolha contínua das técnicas e estratégias de recolha e análise de dados, promove a oportunidade de avaliar qual técnica cumpre sua necessidade e assim, complementar com outra técnica quando necessário, para esclarecer os dados levantados. Essa adaptação é prerrogativa para o desenvolvimento de uma pesquisa clara, que traz segurança ao pesquisador na construção de suas conclusões.

Os indicativos apontados às técnicas de produção de dados neste trabalho resumem as atitudes assertivas que o investigador experiente ou não necessita ter. Elas se configuram como instrumentos que captam do contexto natural circunstâncias diversas da vida real, se propondo de maneiras diferenciadas a serem

caminhos de apreensão dos significados empreendidos pelos pesquisados nos variados contextos sociais e interpretados pelo pesquisador.

A observação se apresenta como uma técnica de apreensão de um recorte social, a partir da perspectiva do pesquisador, podendo os investigados interagir diretamente ou indiretamente na construção de suas concepções. A entrevista é uma possibilidade de técnica interativa que oportuniza ao pesquisador captar os sentidos construídos pelos entrevistados, registrando em sua pesquisa os valores atribuídos por eles ao aspecto ou contexto social em questão. A pesquisa por meio de documentos e ou artefatos representa uma oportunidade de levantamento de dados passível de comprovações, uma vez que sua fonte é um acervo rico de informações, presente no contexto do objeto pesquisado.

Concluimos que as técnicas de produção de dados *observação participativa*, *entrevistas etnográficas*, *consulta a documentos/artefatos* e *observação não-participativa*, constituem uma parte importante na construção da pesquisa qualitativa, caminho esse de grande peso na sua qualidade, já que representam os meios através dos quais o pesquisador capta a realidade e os seus significados.

Observar as condições de produção dos dados configura-se como um passo fundamental para a realização de um estudo credível, aceite pela comunidade científica e passível de ser replicado por outros autores. No entanto, assim como “não existem métodos perfeitos, sejam eles quantitativos ou qualitativos” (SIMÕES, 1990, p. 48) também não existem as técnicas ideais para produção de dados, tratando dos estudos dos fenômenos sociais e humanos, pois a escolha apropriada depende das opções e/ou condições do investigador à atender as características idiossincráticas de cada estudo particular e dos objetivos que nortearam os trilhos da sua pesquisa.

Referências

ADLER, P. A.; ADLER, P. Observational techniques. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994, pp. 377-392.

AMADO, João. (Org.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2013.

AMADO, João. *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Relatório de Disciplina Apresentado nas Provas de Agregação. Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Coimbra, 2009.

AMADO, João. Ensinar e aprender a investigar - reflexões e pretexto de um programa de iniciação à pesquisa qualitativa. *Revista portuguesa de pedagogia*, Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, v. 44, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/4804>>. Acesso em: 18 de mar. 2013.

AMADO, João; CARDOSO, Ana Paula. A investigação-acção e suas modalidades. In: AMADO, João (Org.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 187-197.

AMADO, João; FERREIRA, Sónia. Documentos pessoais (e não pessoais). In: AMADO, João (Org.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 275-289.

AMADO, João; FERREIRA, Sónia. A entrevista na investigação educacional. In: AMADO, João (Org.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 207-232.

AMADO, João; OLIVEIRA, Albertina. Análise de narrativas - 'estórias' ou episódios. In: AMADO, João (Org.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 251-261.

AMADO, João; SIMÃO, Ana Margarida. Pensar em voz alta, autoscopia e estimulação da recordação. In: AMADO, João (Org.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 235-244.

- BALL, S. J., Participant observation. In: HUSEN, T.; POSTLETHWAITE, T. N. (Eds.), *The International Encyclopedia of Education*. Oxford: Pergamon Press, 1989, pp. 3782-3786.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Qualitative Research for Education. An Introduction to Theory and Methods*. Boston: Allyn and Bacon, Inc., 1982.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação - Uma Introdução à Teoria dos Métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro. *Metodologia da Investigação*. Guia para Auto-aprendizagem. 2. ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.
- COUTINHO, Clara Pereira. *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- GOETZ, J. P.; LeCOMPTE, M. D. *Ethnography and Qualitative Design in Educational Research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1984.
- JANESICK, V. J. The dance of qualitative research design. Metaphor, methodolatry, and meaning. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994, pp. 209-219.
- McMILLAN, J. H.; SCHUMACHER, S. *Research in Education. A Conceptual Introduction*. Glenview: Scott, Foresman and Company, 1989.
- MUCCHIELLI, Alex. *Les Méthodes Qualitatives*. Paris: Press Universitaires de France, 1991.
- PORTELA, José. Observação Participante (Reflexões sobre uma Experiência). *Cadernos de Ciências Sociais*, v. 3, pp. 157-176, 1985.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.
- SIMÕES, António. A investigação-ação: natureza e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, n. XXIV, pp. 39-51, 1990.
- SPRADLEY, J. P. *Participant Observation*. Forth Worth: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1980.

VIEIRA, Cristina C. *Investigação Qualitativa e Investigação Quantitativa: uma abordagem comparativa*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1995.

VIEIRA, Cristina C. A observação participante: aspectos gerais desta técnica qualitativa de recolha de dados. In: *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra: NAIE, pp. 761- 767, 1998.

VIEIRA, Cristina C. A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: Questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIII, 2, 89-116, 1999.

VIEIRA, Cristina C. *Relatório do programa, conteúdos e métodos de ensino das matérias da unidade curricular de Metodologia da Investigação em Educação II*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Psicologia e Educação, 2011.

Autoras

Eliane de Menezes Cabral

Doutoranda em Educação/ Universidade de Coimbra - Portugal

Mestre em Letras/UFPB

Professora da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB

E-mail: seja.cap@gmail.com

Cristina Maria Coimbra Vieira

Doutora em Educação

Professora do Doutoramento em Ciências da Educação

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra - Portugal.

E-mail: vieira@ci.uc.pt

Recebido em 11 de outubro de 2014.

Aprovado em 30 de outubro de 2014.



ariús
Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO E JOGOS DE IMAGEM NA ORDEM DO
ESPETÁCULO: A QUESTÃO DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL NOS EUA**

**DISCURSIVE OPERATION AND PLAY PICTURES IN THE SHOW ORDER: THE CASE
OF THE PRESIDENTIAL SUCCESSION IN USA**

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Ivone Tavares de Lucena

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

Esse trabalho como objetivo analisar a produção de imagem pública política no acontecimento discursivo da eleição americana de 2008, a partir do arquivo das dizibilidades sobre Obama trabalhado pela mídia no período de campanha eleitoral. O que interessa aqui é, a partir das contribuições da teoria da Análise do Discurso de tradição francesa, analisar a fabricação da imagem do candidato Barack Obama considerando o feixe de dizibilidades que o discursivizaram durante o processo de sucessão presidencial de 2008, assegurando-o uma imagem pública calcada em positivities. Para tanto, volta-se para o funcionamento de uma polícia discursiva que, por sua vez, ao permitir a discursivização de sujeitos, regula o olhar e inscreve as dizibilidades na ordem do controle discursivo. Nesse sentido, teoriza-se sobre as implicações da prática política midiaticizada e da politização da mídia, trazendo à tona as considerações, dentre outros, de Foucault (2005, 2006, 2010) Courtine (2003), Gomes (2004) e Kellner (2006), o que oportuniza o trabalho com diferentes categorias

discursivas: sujeito, mecanismos de controle, autoria, acontecimento discursivo, Nova História, poder, intradiscorso, interdiscorso, governamentalidade. Assim, essa investigação aponta para o trabalho imperioso da mídia com estratégias discursivas que evidenciam efeitos de sentido plurais e alicerçados, sobretudo, na ilusão do controle do dizer, no manejo tático com o imaginário social e na artificialidade de uma vontade de verdade que, por sua vez, está atrelada ao efeito de construção da História.

Palavras-Chave: Eleições. Discurso. Acontecimento. Poder. Estados Unidos.

Abstract

This work aims at analyzing the production of public political image at the discursive event of the American election in 2008 according to the archive of comments about Obama explored by the Media at the moment of political campaign. What interests here is, according to the contributions of French Discourse Analysis, to analyze the construction of image of the candidate Barack Obama, taking into account the amount of comments about him during the presidential succession in 2008, providing him a positive public image. In order to do that, we concern to the work of a discursive police that, when allowing subjects sayings, regulates the view and inscribes those sayings in an order of discursive control. In these terms, we theorize about the implications from the political practices by media and from the media politicization, bringing up considerations, among others, from Foucault (2005, 2006, 2010) Courtine (2003), Gomes (2004) and Kellner (2006), what makes possible the work with different discursive categories: subject, control mechanism, authorship, discursive event, New History, power, intradiscourse, interdiscourse, governamentality. Then, this investigation points to the media imperative work through discursive strategies that take in evidence multiple meaning effects linked to, above all, the illusion of controlling what is said, and to tactical management of the social imaginary, and linked to the artificiality of a desire for truth which is related to the effect of History construction.

Keywords: Elections. Discourse. Event. Power. United States.

A política como prática discursiva: um jogo estratégico

No funcionamento da linguagem enquanto espaço de mobilidade de poder e saber e, considerando a liquidez do mundo contemporâneo, pode se observar a ancoragem da política em práticas discursivas submetidas a um olhar próximo. Tais práticas revelam um trabalho de construção de sentidos sociais e efeitos de verdade

que circulam livremente em função da diversidade de dispositivos e materialidades disponíveis. Nesse cenário de novidades, a política se apresenta como uma atividade discursiva capaz de oportunizar a fabricação de imagens sociais e de, nessa operação, explorar uma série de habilidades e comportamentos subjetivos adequando-os *às lentes* da mídia.

Atrelado à sinuosidade da ação política há então o edifício de poder operacionalizado pela mídia na ordem da produção do dizer e dos seus efeitos e isso tem implicações diretas para o projeto de gestão da vida. Em função disso, a fala política materializa-se segundo o esforço de uma pedagogia da naturalidade. Agora, importa ao sujeito político, “saber ser senhor de suas palavras e de seus gestos de uma maneira que apague esse esforço, esse trabalho de si, dentro de uma redefinição do comportamento ‘natural’” (COURTINE, 2003, p. 29).

Esse esforço subjetivo deve ser somado ao trabalho hábil dos meios de comunicação de massa que provocam o sentido político dos discursos, das práticas de saber, distanciando-se do que se constituiu outrora como política do texto, veículo de ideias para inaugurar um novo fazer política: uma política da aparência, geradora de emoções. Tem-se, portanto, o funcionamento de uma mídia política que se volta para a produção do espetáculo. A espetacularização da política exige que a mídia se envolva com a tarefa de revelação do real, com o trabalho singular de aproximação entre público e privado e, principalmente, com a noção de acontecimento discursivo já que empreende uma ação, imperiosa e plural, de discursivização do fato histórico, inserindo-o na ordem do discurso. E nesse espaço se efetivam as relações sociais, assim como defende Gregolin (2007, p. 141):

O jogo das relações humanas, nas sociedades, é um jogo entre discursos que seguem regras próprias às práticas discursivas de uma época; por isso, o discurso não é o lugar abstrato de encontro entre uma realidade e uma língua, mas um espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos. Por sua vez, as práticas discursivas estão submetidas a um jogo

de prescrições que determinam exclusões e escolhas; nesse sentido, elas não são, pura e simplesmente, modos de fabricação de discursos, pois são definidas por instituições [...] que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm.

A inserção na ordem do discurso exige, por sua vez, a mobilidade de inquietações atreladas a poderes e perigos que denunciam o trabalho com práticas de controle do dizer através das quais se procura dominar o acontecimento aleatório do discurso e “esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2006, p. 9).

Deve-se, portanto, considerar a política contemporânea como uma prática transformada visto que por constituir-se como fenômeno essencialmente midiático, ela produz uma alteração dos modos de sociabilidade, ela constrói diferentes efeitos de sentido em função dos possíveis enquadramentos que dá a um determinado acontecimento. A política midiaticizada se preocupa com a ocupação dos lugares da cena pública e, para tanto, volta-se para a gestão e administração das aparências: é a novidade da política contemporânea acenando para o espetáculo¹.

O que importa aqui não é a mera transposição de sentido etimológico da noção de espetáculo ao mundo da política, mas enxergar nesta última um trabalho peculiar de representação das ações humanas, isto é, a representação por meio de personagens que fabricam realidades, que ocupam, ou procuram ocupar, posições sociais históricas diante de uma determinada coletividade. Isso acontece, sobretudo, porque segundo Gomes (2004, p. 388):

Papéis são incorporados, falas são recitadas, conflitos são simulados, há cenários, luzes, bastidores, cena, diretores, maquiadores, figurinos, plateia, atores, antagonistas, protagonistas, peripécia e desenlace. A “política pelos

¹ Refere-se aqui ao conceito de espetáculo, assim como explorado por Debord (2002), como um elemento que garante a inscrição da atividade política no plano da dramaturgia, da representação, mobilizando toda a carga cênica a que este campo se associa, operando pela visibilidade, pela exposição do dado a ver. O conceito de *política-espetáculo*, por sua vez, proposto por Gomes (2004), agencia um efeito de exibição ou de visibilidade, de um lado, e a contraposição entre atuação e passividade, de outro.

jornais e pela televisão”, que pouco a pouco vai predominando sobre as outras formas e meios de política, seria arte e artifício.

Com base nisso, pode-se afirmar que a prática política materializa um *faz-de-conta* e, para tanto, mobiliza um tipo de artifício que solicita ao mesmo tempo entrega e lucidez do público: uma entrega suficiente para que a ação de representar funcione, provocando o envolvimento emocional dos espectadores com o que é exibido e, a lucidez necessária para que tais sujeitos percebam a cena como cena, o jogo como jogo.

O *faz-de-conta* na política se converte no *faz-de-conta* da arte dramática já que causa o envolvimento dos sujeitos pelo efeito do espetáculo. É assim que esses espectadores *da vida real* passam a acompanhar a trama do acontecimento político, engajando-se com emoção ao ponto de repudiar ou se identificar com determinados projetos, de indignar-se perante a defesa de certas causas, de expressar-se pelo riso ou lágrimas diante da exibição de diversas realidades ou fatos.

Essas últimas características não implicam no abandono das perspectivas cênica e dramatúrgica da noção de espetáculo, mas promovem seu deslocamento mais para o fundo da cena política. A noção de espetacular volta-se para o que não pode deixar de ser visto, apreciado em virtude de sua excepcional ocorrência e visualidade, em função da consistência do acontecimento que ultrapassa e foge das trincheiras dos selecionadores do jornalismo e da indústria do entretenimento televisivo. Espetacular seria então tudo aquilo que enche os olhos, que se impõe na esfera de visibilidade da comunicação de massa, que passa a ocupar a cena central dos meios de informação na sociedade midiaticizada e que, de uma forma ou de outra, se mantém atrelado ao simulacro político.

Nesse sentido, todas essas concepções atreladas à noção de espetáculo trazem, assim como se apontou no início destas discussões, implicações decisivas para a instauração de uma política-espetáculo. Nos termos de Gomes (2004, p. 403)

esta se caracteriza como “a política que se exhibe, mostra-se, faz-se presença, impõem-se à percepção do cidadão”. Esse modelo de prática política encontra na sociedade pós-moderna, a sociedade do espetáculo, uma grande variedade de recursos midiáticos, dispositivos textuais e postura cidadã favoráveis a sua operacionalização.

A sociedade do espetáculo se constitui, portanto, como sociedade que abriga o “predomínio da imagem sobre a coisa, da cópia sobre o original, da representação sobre a realidade, da aparência sobre o ser” (PATIAS, 2006, p. 91) e se edifica, sobretudo, quando fatos, ideias, notícias, produtos, imagens são divulgadas, retomadas, discursivizadas por diferentes materialidades e dispositivos que transitam e perpassam os espaços cada vez mais íntimos da vida cotidiana. Essa ação de empreendimento discursivo não se propõe a dar conta apenas do que se refere à esfera coletiva, aquilo que diz respeito ao bem comum, mas ultrapassa esses limites e alcança os acontecimentos da vida privada, num jogo que põe em relação o biológico e o histórico não constituindo uma sequência, mas se ligando “de acordo com uma complexidade crescente à medida em que se desenvolvam as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida”. (FOUCAULT, 2010, p. 165).

Foi o que aconteceu, conforme se verifica nas análises, na eleição americana de 2008, na qual a figura do candidato do partido democrata Barack Obama foi trabalhada segundo a lógica do *marketing* político, trazida a tona segundo um jogo imperioso de estratégias discursivas que trabalharam a tessitura do imaginário social, resgatando discursos e legitimando uma série de positivities. Em virtude disso, esse momento de campanha foi transformado em acontecimento discursivo, no qual os sujeitos ocuparam o espaço de visibilidade pública, materializando poder e permitindo a espetacularização da política pela mídia, além de trazer a preocupação com a vida ao espaço do visível pela legitimidade de uma proposta de governo que incidiria objetivamente sobre ela.

Portanto, agregar a noção de espetáculo e a tendência à manipulação dos afetos ao patamar da novidade política exige correlacionar o conjunto de práticas, de saberes e de habilidades, bem como os movimentos dos sujeitos, a sistemas institucionalizados de significação da palavra política midiaticizada. Exige, sobretudo, considerar a política como atividade transformada não apenas em função das circunstâncias culturais da época atual, mas também em virtude da configuração que este campo adquire no cenário onde a gestão da vida e os seus processos de conjunto se tornam o objeto de maior visibilidade; um contexto onde uma biopolítica se constitui como maior espaço de intervenção (FOUCAULT, 2008).

Política x espetáculo: movimentos de imagem no espaço do dizível e do visível

Em face das considerações levantadas, defende-se que a política dos dias atuais é uma prática transformada, marcada profundamente pela arena de competição, pelo cenário de disputa que se estabelece em torno da opinião pública. Neste contexto, a esfera civil passa a ser cada vez mais convocada a expressar seus posicionamentos, consensos e rejeições, principalmente porque é, a todo instante, bombardeada por uma política de opinião. Ela sofre o incessante afrontamento de práticas discursivas alicerçadas em mecanismos de controle do discurso. Isso implica segundo Foucault (2009), em relacionar os modos de sociabilidade dos sujeitos às clássicas formas de soberania uma vez que estas são hoje afetadas pelas novas técnicas de governamentalidade.

São essas movências que, segundo Courtine (2006), caracterizam os novos modos de consumo, de lazer e de vida os quais acompanham e favorecem, sobretudo, as reivindicações sociais que, por sua vez, recaem sobre os desejos de intimidade e a respectiva extensão da esfera pessoal. Diante disso, pode-se afirmar que grande parte da atividade política se realiza pela exibição, pela exposição ao público nas visibilidades mediadas da contemporaneidade. Ela se apresenta como

produto para ser assistido e consumido sobre o olhar disperso de uma massa de indivíduos que se quer é convocada a qualquer forma de mobilização ou engajamento emocional e corpóreo.

Pode-se afirmar ainda que a indústria cultural redefine a atividade política como produto do *show business*² reservando lugares sociais para serem ocupados pelos espectadores na condição de, segundo Gomes (2004, p. 387), “cidadãos-consumidores, apreciadores, de sofá e pipoca, da exibição política que nos chega pela telinha”. De acordo com este autor, isso acontece porque:

Grande parte de nós a consome na mesma condição de distanciamento e de desengajamento conceitual e emocional com que consome a nossa programação televisiva de cada dia, cujos universos se referem a mundos da ordem da ficção – que, portanto, só nos afetam emocionalmente durante a apreciação e enquanto nos submetemos, voluntariamente, a um pacto ficcional do qual nos retiraremos assim que a emissão terminar –, em suma, porque a consome como espectador, a política se nos parece como espetáculo. (GOMES, 2004, p. 387).

Desse modo, vê-se, na medida em que se avança no novo milênio, a mídia se equipar de recursos tecnológicos cada vez mais exuberantes e assumir um papel cada vez maior nos modos de sociabilidade, na vida cotidiana (KELLNER, 2006). Dessa forma, sob a influência da cultura multimídia, “os espetáculos sedutores fascinam os habitantes da sociedade de consumo e os envolvem nas semióticas do mundo do entretenimento, da informação e do consumo, influenciando profundamente o pensamento e a ação” (KELLNER, 2006, p. 122).

Foi assim, por exemplo, que a era Clinton foi profundamente alvejada pelos espetáculos de sexo e de *impeachment* que culminou no maior espetáculo eleitoral

² Essa expressão está sendo usada aqui com referência a indústria do entretenimento, o mundo dos espetáculos (teatro, cinema, televisão etc.).

da história dos EUA. Da mesma forma, a indefinição na contagem dos votos nas eleições americanas de 2000 cuja disputa final entre Al Gore e George W. Bush levou o resto do mundo a assistir o “espetáculo na guerra da recontagem de 35 dias na Flórida” (KELLNER, 2006 p. 126). Somado a isso, há o *show* discursivo da campanha presidencial americana de 2008, que abre espaço para um jogo dinâmico de estratégias discursivas dos candidatos, especialmente do democrata Barack Obama, em consonância com a cobertura da mídia sobre o acontecimento inédito da corrida presidencial de um candidato “negro”³.

No caso brasileiro, vê-se a eleição do presidente Lula em 2002, assim como sua reeleição em 2006, ser construída em cima do espetáculo dos debates televisionados e do *marketing* político que explorava sua condição de “filho do Brasil” em virtude da “vida política” do candidato e de seu pertencimento às classes mais baixas da população. Tais exemplos revelam que há uma prática de virtualização do acontecimento, pois só há acontecimento virtual, e assim, considerando a mistura do meio político com o econômico que acontece sob a mesma lógica e mesma linguagem da publicidade, e ainda, diante das batalhas eleitorais, a fantasia encontra o real, misturando-se e agregando-se por meio de um poderoso jogo de imagens que alimenta a ilusão da escolha política. De acordo com Saisi (2006, p. 182):

O processo eleitoral hoje deixa de ser uma oportunidade de os indivíduos fazerem a escolha de seus representantes para os quais será encaminhado o conjunto de reivindicações sociais. Não se trata de uma escolha unicamente fruto da vontade ou da avaliação da competência de um político, mas sim da falsa escolha, uma vez que a vontade popular acaba sendo manipulada pela lógica publicitária que perpassa toda a sociedade do espetáculo.

³ A eleição americana de 2008 foi considerada uma “campanha discursiva” em função da ação e das estratégias discursivas dos candidatos, dos comitês de campanha e do trabalho dos marqueteiros. Em meio a uma crise econômico-financeira mundial, essa disputa política foi espetacularizada pela mídia, principalmente, por envolver, pela primeira vez na história, um candidato negro, de origem africana.

Assim, o sujeito é colocado numa posição esquizofrênica, pois ao mesmo tempo em que lhe é imputada uma circunstância do real sobre a qual ele precisa agir, decidir, escolher, há um distanciamento e uma negação desse processo de escolha, desta ação em função de um trabalho imperioso dos meios de comunicação de massa. É o que se constitui, nos termos de Courtine, como *distância próxima* e *proximidade longínqua*, já que o que é verdadeiro para o corpo talvez o seja mais ainda para o rosto, "uma aposta crucial dos políticos de aparência. A proximidade do olhar que o examina bane a teatralidade da máscara que amplificaria a expressão facial, transformando-a numa caricatura, ou uma careta" (COURTINE, 2003, p. 29).

Portanto, pode-se apontar que a novidade da política contemporânea está atrelada ao controle das aparências e à produção do espetáculo na óptica da mídia. Trata-se, de um lado, de considerar os choques e as tensões, entre o real e o virtual, causadas pelos meios de comunicação de massas e, de outro, de levar em conta as mudanças das práticas discursivas e a instauração de num novo modelo de sociedade: a do consumo da fantasia e da valorização do efêmero.

Em suma, isso não significa que seja necessário diabolizar ou beatificar as práticas, sobretudo discursivas, de uma política midiaticizada e nem tão pouco defender que a sociedade vigente encara um novo momento histórico, cuja cidadania está ancorada em modelos de recepção meramente passivos. O que se defende é que a política transformada implica uma interpretação espectadora da barulhenta e astuta produção de verdades pela mídia. Assim, não há uma "paralisia assistente frente à profusão das mensagens e imagens da mídia" (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 62), mas um novo modo de construção de identidades, uma nova política discursiva que procura inscrever uma subjetividade consumidora na lógica do visível sob a sombra de uma aparência.

Efeitos de verdade x fabricação de imagens: o imperativo das estratégias discursivas

As dizibilidades que perpassaram a disputa política americana a partir do acontecimento da eleição presidencial de 2008 asseguram, por certo, o caráter de espetáculo e, portanto, de transformação à política contemporânea. Essas marcas discursivas incidem sobre o processo de espetacularização da política americana que, por sua vez, presencia um jogo de estratégias discursivas e um movimento de imagens sociais⁴ fabricadas sob a ilusão do controle do dizer.

Nesse sentido, a completa visibilidade que a mídia garante ao candidato Barack Obama faz par com a mais incompleta invisibilidade visto que ao evidenciar determinado candidato, ela opera com o silenciamento dos pontos de resistência e com o apagamento da voz de um *outro*. Isso lhe permite, ao mesmo tempo, trabalhar a equivocidade do sentido por meio da ilusão de unidade, de coerência, e produzir um efeito de integralidade, de universalidade em defesa das propostas do candidato democrata, como se este correspondesse à vontade de todos, incluindo os mais diversos grupos sociais, os diferentes povos e regimes políticos, diferentes classes e minorias.

Desse modo, em função da virtualidade que o acontecimento discursivo da eleição presidencial alcança, e conseqüentemente com base no acompanhamento mediado que os meios de comunicação trabalham ao tentarem preencher todos os espaços da vida cotidiana, esses ideais passaram a ser enfatizados e discursivizados em outras materialidades que transitaram na mídia durante o período de campanha política, oportunizando a construção do arquivo das dizibilidades sobre Obama. É o que se pode notar, por exemplo, a partir das seguintes materialidades:

⁴ O conceito de *imagem social* é trabalhado aqui como uma fabricação que resulta da ação discursiva de sujeitos num determinado momento da história, em função do jogo de estratégias de manipulação, de sensacionalismo, de populismo que dizem respeito a uma política de opinião que, por sua vez, garante a produção de uma opinião pública.

Figura I - Revista *Época* 19/01/2009Figura II - Revista *Época* 13/11/2008

Figura III - Site Oficial

Na Figura I a imagem do candidato Barack Obama está visivelmente associada ao “super-homem”, personagem da ficção criado pela produção cinematográfica Hollywoodiana. A silueta do seu corpo aparece tomando todo o espaço da capa da revista e as roupas desse “super-herói”, bem como o jogo de cores que evidenciam, condizem, oportunamente, com as cores da bandeira norte-americana. Esta aparece mais ao fundo com um espaço preenchido com a cor preta que, por sua vez, pode está sendo usada como estratégia de agenciamento de sentidos ao se fazer referência às origens étnicas e culturais do democrata e, por outro, à questão racial que tanto espaço tomou nesta campanha política.

Na Figura I, portanto, Obama é discursivizado como o “super-homem” da pós-modernidade o que permite a interpretação de que ele possui o “poder” e a “força” necessários para “acabar” com todos os “problemas” até então vigentes. Além disso, pela referência a bandeira nacional por meio do jogo de cores e de símbolos (estrelas e listras), pela afirmação de que “*A partir desta semana Barack Obama vai ter de mostrar que está à altura das expectativas que o mundo inteiro depositou nele*” e ainda pelo uso confrontado das palavras “mito” e “realidade” pode-se inferir que estariam aí inclusos a crise econômico-financeira deflagrada em solo americano, as polêmicas relacionadas às guerras no Iraque e no Afeganistão, as tensões

diplomáticas com o Irã e a Coréia do Norte, a política externa e, por fim, as questões sociais internas, dentre outras, aquelas relacionadas ao desemprego, educação e incentivos fiscais.

Quanto à Figura II, Obama aparece igualmente ocupando todo o espaço da capa, com uma postura séria, como se estivesse olhando "ao longe", cuja cor da pele contrasta com o azul do plano de fundo da imagem, com a pergunta "*porque o mundo quer Obama*" seguida da afirmação "*o que o primeiro negro a um passo da Casa Branca representa para a economia global, para o futuro do planeta*" separada por um hífen de seu complemento "*e para sua vida*".

Aqui, o efeito de sentido pode ser o de que os sujeitos sociais, e não só os americanos, mas principalmente aqueles de países do terceiro mundo, como os brasileiros, por exemplo, estão sendo convocados a analisar os riscos de a *Casa Branca* ser ocupada por um presidente negro. Os sujeitos são levados a mensurar o que tal ocupação representaria para a economia global e para o futuro do planeta. Além disso, o jogo de linguagem com a expressão "*e para sua vida*", na qual "*sua vida*" pode está se referindo tanto a vida do próprio Barack Obama como também a de cada um dos sujeitos sociais que compõe o público consumidor ao qual se destina a revista *Época*, constrói um efeito de sentido que associa as consequências da escolha pelo candidato democrata para a vida real, isto é, para o dia-a-dia do cidadão comum.

Pode-se afirmar então que mais uma vez a eleição do novo presidente não se constitui como uma escolha própria dos americanos, mas como uma decisão do mundo, de todas as culturas, grupos e povos do planeta. Daí a necessidade desse novo representante ser possuidor de qualidades e capacidades "incomuns" diante de seu outro, e a justificativa da mídia trabalhar a fala política, segundo um conjunto de rituais não verbais que, segundo Courtine (2006, p. 110), "*enquadram o discurso; que agenciam os gestos, regulam os comportamentos, prevêm as circunstâncias, organizam uma mise en scène: elementos da representação política, indissociáveis*

da tomada de fala” que não podem ser descartados se se pretende compreender *“verdadeiramente os efeitos de um discurso”*.

É, portanto, dessa forma que o *“change: we can believe in”* de Obama é estrategicamente associado ao mito do sonho americano de unidade e de prosperidade, em face da riqueza de oportunidades, e é através dele que se trabalha o típico sentimento de superioridade, de capacidade de sair de crises – assim como aconteceu durante a Grande Depressão dos anos de 1930 – e de fazer história, por meio de relações interdiscursivas que convocam toda a historicidade de lutas, de guerras e de momentos de *“reviravolta”* no cenário americano – o caso das duas grandes guerras mundiais e dos pesados conflitos da atualidade.

Assim, ao ser discursivizado como um *“mito”* e como profeta, o candidato Barack Obama precisa convencer não só aos americanos, mas também ao resto do mundo já que, se eleito, ocupará a presidência da maior potência econômica e militar do planeta. É por isso que o acontecimento da eleição presidencial americana, em especial o trabalho de campanha eleitoral do candidato democrata, procurou ocupar todos os espaços da vida pública.

É nesse contexto, portanto, que se pode compreender o trabalho da mídia em edificar e discursivizar esse acontecimento em diferentes materialidades e espaços discursivos, trazendo-o à tona sob a óptica de uma virtualidade disfarçada e astuciosa. Desse modo, além de mobilizar estratégias de sensacionalismo (a partir da cumulação de fatos com qualitativos dramatizantes e de manipulação dos afetos) a mídia agencia a gestualidade dos políticos e trabalha a linguagem de aparência, instalando entre esses atores – que, por sua vez, *“oscilam entre heróis de novelas e mercadorias à venda”* – e a grande massa, *“uma distância próxima e uma proximidade longínqua”* (GREGOLIN, 2003, p.13).

Já na Figura III, as faixas que apresentam o *bottom* da campanha trazem também as afirmações "*homem da mudança e não homem de negócios*⁵" que retomam as dizibilidades sobre os candidatos Obama e McCain. Polemizado em sua elaboração e discursivizado como o "símbolo mais importante da história recente", esse *bottom* – O "O" em Obama – produz diferentes efeitos de sentido a partir de sua organização visual em cores da bandeira americana e do partido democrata. Esse símbolo é uma figura circular alusiva à inicial do nome do candidato com uma borda superior azul de contorno branco e listras vermelhas também intercaladas por segmentos brancos, abaixo do centro.

Durante a campanha política, muitos afirmavam que o símbolo fazia referência a mudança por apresentar um semicírculo em forma de C de *Change* – mudança em inglês – enquanto outros, estrategicamente, enxergavam a configuração de um *sol* a partir do delineamento do fundo branco da imagem, que representariam *uma nova vida, um novo mundo para ser experimentado* e, outros ainda, associavam a organização das listras brancas e vermelhas, mais abaixo da figura, às possíveis políticas de um governo democrata de incentivo à produção agropecuária.

Nesse contexto, pode-se retomar as considerações de Gomes (2004, p. 239-240) que, ao tratar dessa que constitui uma das características principais da disputa política, defende que "também no mundo político vem se impondo a convicção de que grande parte da disputa política [...] se resolve na forma de uma competição pela construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e instituições participantes do jogo político" e, desse modo, nessa arena se resolvem as preferências eleitorais, organiza-se ou se mobiliza "a sociedade civil ou a comunidade internacional".

Assim, a ação da mídia contribui para o acirramento desta batalha política no plano do discurso, principalmente porque em função das estratégias discursivas do

⁵ Isso pode ser observado a partir do trabalho com a sonoridade das palavras, na primeira expressão, "*change*" e "*man*" e, na segunda, "*No*", "*business*" e "*man*" organizadas oportunamente para construir os efeitos, em inglês, de "*changeman*" associado a Obama e de "*bussinesman*", a McCain.

jornalismo mediado, os atores sociais são postos em cena e a expressividade da argumentação das matérias jornalísticas espetacularizam essa disputa, exigindo dos sujeitos em cena uma coerência entre a historicidade política associada às suas respectivas imagens sociais e as posturas discursivas de cada um deles nesse espaço de disputa político-partidária.

Dessa forma, embora os brasileiros, assim como os demais povos ao redor do planeta, não pudessem votar em Obama no dia 4 de novembro de 2008, deles é exigida uma posição de apoio e de identificação com a política desse candidato e é, dessa forma, que a comunidade internacional – diferentes povos, modelos e grupos sociais, diferentes regimes políticos e econômicos – é mobilizada em função do acontecimento da eleição para presidente nos Estados Unidos da América.

Expressa nas imagens e em inúmeras outras materialidades, essa convocação de todos os sujeitos para participarem da “mudança” e da “transformação social” perpassou todo o trabalho com as manobras discursivas – a partir das quais se tenta apresentar Obama ora como um cidadão “comum” e “igual aos outros”, ora como “o todo poderoso”, capaz de “resolver” todos os problemas – sendo, também, trabalhada pelo comitê de campanha no próprio *site* oficial do candidato, assim como se pode ver a seguir:



Figura IV – *Site* oficial (www.barackobama.com)

Nessa Figura, o recorte das falas de Obama produz um efeito de *chamamento* pessoal, como se estivesse, ele mesmo, convocando cada cidadão americano a acreditar num *novo mundo*, isto é, na possibilidade da mudança, já que são *suas próprias vidas que estão em jogo*. Esse efeito de *convocação*, de *chamado* é enfatizado pela expressão "*Eu estou pedindo para você acreditar*⁶" que aparece em caixa alta na borda superior da janela, seguida pelos dizeres "*Não apenas na minha habilidade de promover a real mudança de que Washington precisa...Eu estou pedindo para você acreditar em você mesmo*⁷" e pela enfática conclusão "*porque é sobre você*" que aparece em maior destaque, na figura III, na qual a palavra "*você*" aparece ocupando quase todo o espaço central da janela.

A partir dessas considerações, pode-se reafirmar que o processo de edificação do acontecimento discursivo da eleição americana se dá pelo prisma de efeitos de sentido que a memória e a interdiscursividade constroem mediante a circulação de dizeres e de acordo com a produção de verdades que esse mesmo acontecimento oportuniza. Esse processo de discursivização de determinado momento da história permite entender que o sentido desliza pela linguagem e vai de encontro ao equívoco e ao acaso, ao mesmo, permite enxergar o imbricamento e a marca que o poder imprime nas relações sociais de forma a atravessar a forma de vida na sociedade. Assim, segundo Foucault (1995, p. 245-246 apud VEIGA-NETO, 2007, p. 4):

O que quer dizer que as relações de poder se enraízam profundamente no nexo social; e que elas não reconstituem acima da "sociedade" uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudéssemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade "sem relações de poder" só pode ser uma abstração.

⁶ I'm asking you to believe.

⁷ Not just in my ability to bring about real change in Washington...I'm asking you to believe in yours.

Portanto, essa manobra discursiva inscreve a campanha eleitoral americana em uma arena de disputa política, e o efeito de sentido que tal prática movimenta é o de que o desfecho da batalha final afetará a vida dos mais diferentes sujeitos sociais, e não só daqueles que estão em território nacional mais de todos aqueles ao redor do planeta, inclusive os brasileiros, conforme se observa em T2. O momento de campanha é então noticiado como construção da história em virtude de que os rumos do país, e o espaço de liderança até então ocupado pelos americanos em diferentes situações de negociações diplomáticas, de guerra e de comércio, podem ser definidos pelo voto.

Palavras finais: algumas notas de (in) conclusão

Nota-se aqui a materialização de sistemas de controle que ao operarem com a interdição, com a segregação da palavra, com a vontade de verdade, com a prática do comentário, com o agenciamento de uma autoria, produzem efeitos de exclusão, rarefação e ordenamento do discurso segundo o funcionamento de um poder coercitivo e de múltiplas miras. Assim, o dizer e o visível devem estar na ordem do enunciável, na ordem do que pode ser discursivizado “afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos verdadeiros de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 180).

Portanto, o empreendimento analítico de tais materialidades permite afirmar que a operacionalização do poder na esfera midiática está voltada ao arsenal de estratégias discursivas que recortam e oferecem um real que é fabricado e contornado segundo um forte efeito de verdade. A mídia age, então, discursivamente na ordem do verdadeiro e na zona de tensão entre o real e o virtual. Nesse entremeio, o acontecimento é espetacularizado e trabalhado na lógica do entretenimento e do lazer e os sujeitos sociais, por sua vez, são subjetivados e

forçados a negociar uma imagem e a agenciar uma marca identitária num espaço e tempo historicamente determinado.

Em suma, é na investigação dos discursos e na produção de seus respectivos efeitos de sentido que se depara com o processo de construção da História sendo essa aqui entendida como uma fabricação que resulta de um trabalho de seleção, de classificação, de escolha, de montagem, de ordenamento e, sobretudo, de controle que a insere nas tramas subjetivas de produção e recorte da realidade e a filia às malhas de um poder pulverizado, onipresente e escorregadio. Não é que o poder se mova como propriedade de um, não é que ele se constitua como o bem de uma individualidade, mas ele é o que preenche o sujeito, o que lhe dá possibilidade de existência. "O indivíduo é um efeito do poder e, é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui." (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Referências

- COURTINE, J. J. *Metamorfose do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Francisco Alves e Afonso Monteiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GOMES, W. *Transformação da política na era da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GREGOLIN, M. R. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- KELLNER, D. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, D. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Trad.: Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra, Lúcio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 119-147.
- PATIAS, J. C. O espetáculo no telejornal sensacionalista. In: COELHO, C. N. P. CASTRO, V. J. *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2006. p. 81-106.
- PIOVEZANI FILHO, C. F. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 243-257.
- SAISI, K. Estética e política, mais um espetáculo de consumo na sociedade midiática. In: COELHO, C. N. P. CASTRO, V. J. *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2006. p. 155-183.
- VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: janeiro/2012.

Autores

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Departamento de Letras do CERES – DLC
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
E-mail: gennaryo@yahoo.com.br

Ivone Tavares de Lucena
Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
E-mail: ivone.lucena@uol.com.br

Recebido em 15 de setembro de 2013.

Aprovado em 30 agosto de 2014.



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

O PARADIGMA DA SEMELHANÇA, ORTODOXIA E HETERODOXIA NOS ATUAIS MODELOS DE CATOLICISMO BRASILEIRO

PARADIGM OF SIMILARITY, ORTODOXY AND HETERODOXY IN RECENT MODELS OF BRAZILIAN CATHOLICISM

Anderson Severino de Oliveira Tavares

Lemuel Dourado Guerra

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

O campo religioso católico brasileiro vem passando por diversas transformações desde que essa religião foi trazida pelos portugueses. Ao adentrar no Brasil, a religião católica experimentou adequações à dinâmica interna do país, criando-se faces diferentes daquela recebida originalmente pelos colonizadores, de modo que os estudiosos dessa religião não falam mais de catolicismo no singular, mas em catolicismos no plural. Na própria Igreja Católica encontram-se diversos modos de ser que correspondem ao período em que esta ocupava uma posição de monopólio inquestionável até aqueles observados nos dias atuais, em que se encontra numa competição aberta com outras instituições religiosas pela preferência dos indivíduos. Diante disso, apresentamos neste artigo como foi instaurado o modelo do catolicismo no Brasil para posteriormente atingir o nosso objetivo que é demonstrar como a Igreja Católica vem adotando, em termos de sua apresentação no mercado religioso nacional, uma embalagem diferenciada, compondo um conjunto de produtos que se assemelham aos das igrejas pentecostais tradicionais e das neopentecostais. A partir dos pressupostos

analíticos de Berger (1985) e Guerra (2000; 2003) sobre o mercado religioso e o Paradigma da Semelhança, fizemos um estudo comparativo em sites de Paróquias e igrejas neopentecostais da cidade de Campina Grande – PB e constatamos a assemelhação de produtos religiosos oferecidos por ambas, destacando aqui os elementos que reconfiguram o modelo de religiosidade católica no campo religioso analisado.

Palavras-chave: Mercado Religioso. Paradigma da Semelhança. Modelos de religiosidade. Igreja Católica.

Abstract

The Brazilian Catholic religious field has undergone several transformations since this religion was brought by the Portuguese colonizers. When entering Brazil, the Catholic religion suffered adjustments to the internal dynamics of the Country, creating different faces of that originally model received by the colonizers, so that scholars of Catholicism no longer speak in the singular, but on plural Catholicisms. In the Catholic Church itself there are different ways of being catholic, corresponding to the period in which it occupied a position of unquestionable monopoly, in certain ways different to those observed today, which the Catholic Church operates in an open religious market, with high level of competition among religious institutions for the preference of individuals. Thus, in this article shows how the model of Catholicism was introduced in Brazil to further achieve the goal to demonstrate how the Catholic Church has adopted, in terms of its presentation in the national religious market, a differentiated packaging by composing a set of products that resemble those offered by traditional Pentecostal and neo-Pentecostals Churches. From the analytical assumptions of Berger (1985) and Guerra (2000, 2003) on the religious market and the Paradigm of Similarity, a comparative study of Catholic Parishes sites and Neopentecostal Churches sites of Campina Grande - PB was carried out and the result was a trend to similaraty in religious products offered by both, here highlighting the elements that reconfigure the model of Catholic religiosity in the religious field analyzed.

Keywords: Religious Market. Similarity Paradigm. Models of religiosity. Catholic Church.

Introdução

Do período Brasil-colônia até os dias atuais a Igreja Católica vem atravessando constantes transformações, tanto no que se refere à religiosidade especificamente considerada como no que se refere a sua interface com outras esferas da vida social, a exemplo da política. Em relação ao campo da política, nos

anos anteriores a 1960, temos uma Igreja aliada ao governo e às elites dominantes; em termos de modelo de religiosidade no sentido mais estrito, até esse período se evidencia um catolicismo com ênfase na religiosidade tradicional, romanizada, destacando-se as variações relativas à versão rural (catolicismo *popular* ou *dos leigos*) e urbana (catolicismo oficial). A primeira se destaca pela sacralização das imagens (ênfase nos santos), a segunda pelo conteúdo litúrgico e sacramental (CAMARGO, 1971; GUERRA, 2000).

A partir do golpe militar, e no âmbito de um crescente processo de secularização do Estado, essa instituição religiosa experimenta um gradual declínio de sua importância no espaço político/estatal e de sua influência na sociedade, ao mesmo tempo em que se transforma em um espaço que se afirma publicamente como capaz de atender a setores dos movimentos populares enquanto lugar de expressão da contestação ao governo militar e da defesa da democracia e dos direitos humanos, passando a atuar de modo significativo como porta-voz de setores de *esquerda* da sociedade civil (MAIWARING, 1989). Durante esse período surge com força significativa no catolicismo o enfoque litúrgico da Teologia da Libertação, expresso na figura das *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) que se multiplicaram até o final dos anos 80, destacando-se por sua *opção pelos pobres* e pela religiosidade intelectualizada e politicamente engajada (GUERRA, 2003).

Em meados da década de 90, por um lado, por causa das transformações ligadas à redemocratização e à perda da força da demanda por uma Igreja Católica engajada à *esquerda*; e, por outro, pela emergência dos modelos neopentecostais de religiosidade no cenário do mercado religioso brasileiro, a Teologia da Libertação, discutida, ensinada e exercitada das CEBs entra em franco declínio surgindo um modelo novo de ser igreja, que estava presente desde a década de 70, mas que ganhou destaque apenas naquele momento, oferecendo uma proposta de religiosidade com ênfase no misticismo tradicional e na volta a uma espiritualidade na qual se destacavam os aspectos ritualísticos da tradição e outros que se

assemelhavam ao oferecido nas igrejas pentecostais tradicionais e nas neopentecostais recentemente criadas.

Esse modelo, o da Renovação Carismática Católica, incorporou práticas semelhantes ao dos pentecostais e neopentecostais, tais como os *grupos de oração e louvor*, que se caracterizam pelas *orações em línguas espirituais* (glossolalia) e de *cura*, os retiros espirituais para jovens, além da ênfase nos *dons do Espírito Santo* (GUERRA, 2003; CHEASNUT, 2003). Atualmente, o que vem se configurando no campo religioso católico brasileiro é a introdução de elementos outrora associados a modelos evangélicos em geral, que vão desde os instrumentos e estilos musicais até as práticas e discursos religiosos, bem como de elementos anteriormente definidos como da *esfera secular*, ou seja, vem se intensificando a assemelhação com elementos e práticas de sucesso em termos de capacidade de atratividade de segmentos do mercado religioso, de outros movimentos religiosos, como também da esfera extra-religiosa.

A partir dessas considerações, o que apresentamos neste artigo é uma interpretação que aponta para o *Paradigma da Semelhança*, através de uma comparação entre bens/produtos religiosos do atual subcampo católico brasileiro com um conjunto de bens produzidos por igrejas pentecostais tradicionais e pelas neopentecostais, a partir da análise comparativa dos conteúdos de *sites* publicados por essas instituições na *internet*. Nosso *corpus* empírico se constituiu, portanto de sites disponibilizados na *web* por um conjunto de Paróquias da Diocese de Campina Grande - PB e por um conjunto de igrejas neopentecostais.

O que será enfatizado nesse texto é a teoria de que no mundo contemporâneo as instituições religiosas se assemelham para competir num mercado análogo ao mercado secular, ao mesmo tempo em que são resguardados núcleos de sinais diacríticos - o que Berger (1985) chama de *diferenciação marginal* - para não se tornarem totalmente intercambiáveis entre si, se distinguirem em aspectos da mensagem religiosa disponibilizada. Mais especificamente, apresentamos como a

Igreja Católica vem produzindo produtos que se assemelham aos das igrejas neopentecostais, ao mesmo tempo em que investem em certas diferenciações marginais. Essa tendência à padronização dos produtos é apresentada por Berger (1985) em sua análise do mercado religioso dos Estados Unidos e por Guerra (2000; 2003), em seu estudo do mercado religioso brasileiro, ambos demonstrando que as instituições religiosas, ao concorrer pelos mesmos segmentos de mercado, procuram imitar os aspectos dos produtos de sucesso ao mesmo tempo em que procuram uma diferenciação marginal capaz de *proteger* as suas identidades religiosas.

O plano do texto se constitui da seguinte forma: iniciamos apresentando o *modelo do mercado religioso*, em suas formulações originais e derivativas; posteriormente, trazemos o conceito de *doxa* proposto por Bourdieu, para que assim sejam demarcadas a *ortodoxia* e a *heterodoxia* católica no cenário religioso brasileiro, em sua interface com as dinâmicas ligadas às transformações ligadas às reconfigurações do mercado religioso brasileiro ao longo do tempo. Finalmente, apresentamos a análise comparativa enunciada e os dados que fundamentam nosso reconhecimento das estratégias de assemelhação previstas no *Paradigma da Semelhança* (GUERRA, 2000) no caso particular aqui examinado, tomando como *corpus* empírico uma amostra de *sites* produzidos e veiculados na *web* por paróquias católicas e por igrejas neopentecostais de Campina Grande - PB.

O Paradigma do Mercado Religioso

O modelo de análise denominando de Paradigma do Mercado Religioso foi fundado por Berger (1985), na medida em que este observou que o processo de secularização, o qual ele via como apontando para a diminuição relativa da importância da esfera religiosa na sociedade, associado à intensificação da *situação pluralista* que daí se derivou, produziu um crescente individualismo religioso – aqui definido enquanto o exercício de opções entre modelos de religiosidade

gradualmente mais livre do poder determinador da cultura e da tradição – o qual, por sua vez se relacionaria a uma crescente desinstitucionalização e privatização do sagrado. Nesse momento de sua análise, Berger (1985) enxergava um conjunto de processos que enfraqueceriam as estruturas de plausibilidade da religião, submetendo-a cada vez mais à competição com outros sistemas de legitimação e significação do mundo, oferecidos aos indivíduos sob uma lógica operativa analógica à do mercado secular.

Segundo Berger (1985), esse processo de secularização afetaria a sociedade no sentido de que diminuiria o poder simbólico de determinação que a religião exercia anteriormente em diversas áreas da vida social, operando anteriormente como elemento simbólico definidor central. Esse autor também aponta para a secularização em termos subjetivos, referindo-se à secularização da consciência, ou seja, o reconhecimento de que cada vez mais conjuntos de indivíduos passavam a encaram o mundo a partir de outros sistemas simbólicos, diminuindo o reconhecimento da plausibilidade ou mesmo recusando as explicações religiosas.

Na nova situação da religião nas sociedades contemporâneas, descritas por esse autor como *de mercado*, as religiões não teriam mais o mesmo poder anteriormente exercido na imposição de sistemas simbólicos decodificadores do mundo e de condutas de vida neles fundamentadas aos indivíduos. Na nova *situação de mercado*, pelo contrario, os atores sociais estariam crescentemente livres para optar entre as inúmeras religiões – na medida em que os monopólios oficiais em muitos países foram questionados e suspensos – podendo, inclusive, “preferir” ou “abandonar” uma determinada religião, ou mesmo assumir e praticar a *não religiosidade*.

Quando viviam em situações de monopólios, as instituições operavam com um nível alto de controle da população de fiéis. Com o fim do monopólio, as instituições religiosas precisam se organizar para disputar uma clientela que é alvo da competição entre diferentes instituições, inclusive não religiosas. Assim, a

intensificação da competição no mercado religioso, segundo Berger (1985), aumenta a pressão crescente das instituições religiosas buscarem resultados, - como é encontrado em outras esferas da sociedade - que provocam mudanças nas relações internas à esfera religiosa, nas operações cotidianas que passam a ser dominadas pela lógica burocrática; e externas, nas interações burocráticas entre as instituições religiosas e destas com outras instituições seculares.

Rodney Stark, Laurence Iannaccone e Roger Finke, autores que se associam quase sempre ao desenvolvimento de estudos na religião baseados nas teorias da *Escolha Racional*, produzindo análises da “economia religiosa” (CIPRIANI, 2007, p. 263-270), se contrapuseram a parte do modelo teórico de Berger (1985). Stark e Iannaccone (1994), questionando a perda da importância da religião associada por Berger aos processos de secularização, propuseram uma interpretação do declínio da religião nas sociedades, o que causaria os baixos níveis de frequência dos indivíduos nas igrejas da Europa, por exemplo, a *baixa* demanda por religião nessas sociedades altamente secularizadas, como o reflexo da ineficiência das firmas religiosas¹, em mercados regulamentados, nos quais continuava a estrutura predominante de monopólio religioso. Para eles, o caso dos Estados Unidos e outros países, nos quais o mercado foi gradualmente se abrindo permite que se deixe para trás uma teoria do declínio da religião, passando-se a pensar como a desregulamentação da oferta – representada pelo fim dos monopólios estatais de certas instituições religiosas – pode produzir, como eles afirmam em relação ao cenário dos Estados Unidos o fenômeno contrário – o do crescimento do nível de religiosidade, na medida em que os atores teriam mais possibilidades de ter suas necessidades religiosas atendidas, por um número maior de instituições dispostas a se adaptar e oferecer mensagens e modelos de religiosidade capazes de contemplar o que os indivíduos procuravam nessa área (Cf. STARK; FINKE & IANACCONNE, 1994; STARK & IANACCONNE, 1995;

¹Os autores definem firmas como empresas sociais cujo objetivo principal é criar, manter e fornecer religião aos indivíduos.

STARK, 2004). Esses autores abandonam a ênfase no lado da demanda, que se encontra no trabalho de Berger (1985), direcionando-se para a ênfase no lado da oferta.

Assim, o que caracteriza a distinção entre o *velho* e o *novo* Paradigma do Mercado Religioso (PMR) permeia as discussões sobre o pluralismo religioso e suas consequências em várias sociedades. Em Berger (1985), a concorrência entre as instituições religiosas, decorrente da secularização², acarretaria um enfraquecimento das estruturas de plausibilidades da religião em geral, pelo fato de que a pertença a uma religião não ser mais estabelecida obrigatoriamente, como acontecia nas situações de monopólio, mas através do exercício de comparações e da busca do atendimento das preferências individuais. O que se observa em Stark, Finke e Iannaccone (1994) é que ao invés de prejudicar a religião, a situação de pluralismo é vista como potencialmente geradora de níveis mais elevados de participação religiosa do que nas situações de monopólios religiosos, isto é, enquanto o Estado coercitivamente regula uma economia religiosa uma firma estabelece-se como monopólio; quando uma economia é desregulamentada estabelecem-se as condições para o pluralismo, o que proporciona a especialização das firmas para atender segmentos específicos de mercado.

Operando em situações de monopólio as instituições religiosas não conseguem satisfazer toda a clientela porque ela tem gostos diversificados. De acordo com os autores do *novo* PMR, nenhuma religião contemplaria os desejos de todo o público, o que gera insatisfações com o produto. Já com a situação de pluralismo, as firmas irão se especializar para atender "fatias" de mercado, satisfazendo os gostos de consumidores potenciais, que até então não eram atendidos na situação anterior de mercado monopolista. Dessa maneira, esses autores defendem que na situação de *mercado religioso desregulamentado*

² Salientando que Berger (2012) voltou atrás ao tratar da teoria da secularização, pois o cenário que seguiu após a Segunda Guerra Mundial não foi de declínio da religião, mas de uma efervescência de movimentos religiosos.

potencialmente as práticas religiosas tenderão a crescer, pelo fato das instituições em conjunto – e em competição – abrangerem os gostos de um maior número de fiéis, mesmo que eles consumam produtos diferentes, o que indicaria o pluralismo como um fator de potencial elevação da participação dos sujeitos nas atividades religiosas.

Para os autores do *novo* PMR, a situação de pluralismo estava presente, de modo latente, até mesmo nas sociedades monopolizadas, na medida em que religiões menos visíveis ali presentes eram expressas como *religiosidades subterrâneas*. Os gostos e demandas religiosas diversificados sempre estiveram presentes nas sociedades, mesmo nas tradicionais, porém a regulação e repressão do Estado não os deixava vir à tona, pois as firmas não monopolistas eram muitas vezes combatidas, o que as faziam operar clandestinamente, e os indivíduos que a elas se afiliavam eram acusados de *desviantes*, de *hereges*, sendo muitas vezes objetos de punições. Quando o Estado vai saindo de cena religiosa, vai se intensificando a competição entre as instituições, – as que eram clandestinas passam a concorrer com a que desfrutava do monopólio e com as que vão surgindo legitimamente no território – produzindo-se um cenário em que os indivíduos começam a adquirir mais liberdade religiosa, escolhendo (quando não escolhe, a irreligiosidade) o *produto* de sua preferência.

Essa descrição do *modus operandis* da esfera da religião no pluralismo foi feita por Stark (2004) e outros autores que indicam para a potencialização da adesão à religião nas sociedades pluralísticas, o que seria inclusive determinado pelo aumento do empenho das instituições religiosas na busca de fiéis, utilizando estratégias de *marketing* mais complexas, o que produziria crescentes investimentos por parte das instituições religiosas em mídias de vários tipos, bem como na produção de novos produtos/atividades capazes de atrair os vários segmentos de fiéis do mercado religioso.

Na situação de mercado definida por Berger, divergindo dos autores do *novo* PMR, emerge como uma força determinante das mensagens e modelos de religiosidade, da moldagem dos conteúdos a demanda dos consumidores atuais e potenciais de religião. Como o consumidor pode escolher (quando não escolhe a irreligiosidade) dentre inúmeros sistemas religiosos que estão a sua disposição, as instituições religiosas precisam colocar no mercado produtos que sejam capazes de atrair os consumidores, tendo que levar cada vez mais em conta, se quiser manter ou expandir seu espaço no mercado, os desejos dos consumidores de religião.

Berger (1985), ao frisar que a religião era quase imposta pela tradição e agora é posta no mercado compreende que a religiosidade ainda exerce força sobre parcelas variáveis das populações dos diversos países, tendo a religião a tarefa de agradar seus velhos fregueses e de ao mesmo tempo se transformar para atender os desejos de outros consumidores potenciais, disputados por outros sistemas simbólicos. Essa tentativa de manter os fiéis conquistados e conquistar fiéis modelando os produtos religiosos indica, sobretudo, o controle do consumidor sobre os bens religiosos oferecidos no mercado.

Além das demandas dos consumidores atuais e potenciais, também a força dos processos de secularização determina em que direção os produtos religiosos serão modelados. Além desses fatores outro a ser considerado é o fenômeno da privatização das experiências religiosas, que corresponderia à hipertrofia da subjetividade nas sociedades contemporâneas (*Cf.* SIMMEL, 2005[1903]) e também molda a maneira como os bens religiosos são oferecidos ao consumo. Assim, "a religião pode ser comercializada mais facilmente se se puder mostrar que ela é mais "relevante" para a vida privada, do que se se enfatizar que ela tem aplicações específica às grandes instituições públicas" (BERGER, 1985, p. 158).

Conjugam-se esses fatores a outros dois efeitos do controle do consumidor, os quais queremos destacar nesse estudo, os quais se relacionam com o que se observa em termos de padronização/assemelhação dos bens simbólicos no mercado

religioso brasileiro e de diferenciação marginal. Segundo Berger (*idem*), as instituições religiosas, ao se prepararem para a competição para atender as necessidades de uma mesma clientela, tenderão a padronizar seus produtos religiosos, ao mesmo tempo em que mantêm *núcleos duros* dos seus produtos, os quais seriam mais refratários às exigências da demanda religiosa que as instituições querem atender.

Para Berger (1985), a padronização dos produtos religiosos pode favorecer a tendência ao ecumenismo pelo fato de algumas instituições oferecerem produtos tão semelhantes, que não são facilmente distinguidos, a ponto de promover sua cartelização. Paradoxalmente simultaneamente ao processo de padronização/assemelhação, observa-se a necessidade da diferenciação mínima para permitir que o consumidor distinga entre os produtos no mercado e seu consumo não se torne perfeitamente intercambiável. Devido a essa necessidade de diferenciação em meio à de assemelhação, as instituições religiosas criam novas “embalagens” ou resgatam elementos de suas *heranças* confessionais, que garantam a preservação das identidades religiosas, o que se manifesta no *denominacionalismo*, que tem o objetivo de demarcar fronteiras e criar certas barreiras ao livre intercâmbio/trânsito religioso. É a diferenciação marginal o aspecto que pode definir certos grupos de fiéis ao se defrontarem com outros.

A partir desses modelos delinear-se-iam estudos com ênfase no lado da oferta e da demanda ou conjugando as abordagens. No Brasil, muito já se falou em mercado religioso pela conjuntura que se apresenta desde a década de 70, em que a Igreja Católica diminuiu e vem diminuindo gradualmente em número de fiéis, tendo crescentemente abalada sua posição de monopólio. Assim, diversos estudos foram feitos na área de Sociologia da Religião utilizando uma terminologia mercadológica, enfatizando um dos lados, conjugando os dois, problematizando a questão da secularização e do pluralismo com o mercado religioso, além dos avanços teórico-metodológicos acerca dessas abordagens.

Colocando-se no conjunto dos que enfatizam simultaneamente o lado da oferta e o da demanda, como um contínuo a ser sempre considerado na interpretação das dinâmicas na esfera da religião, Guerra (2003) defende a hipótese de que a variável "demanda do consumidor" está relacionada aos níveis de concentração do mercado religioso, consideradas suas escalas e abrangências. Assim, quanto menor a concorrências entre instituições religiosas num mercado aberto maior a probabilidade destas se darem ao luxo de não serem determinadas pelas necessidades dos consumidores de religião. Já de modo inverso, quanto maior a concorrência entre diferentes instituições religiosas, maior será a pressão para a moldagem dos bens religiosos oferecidos para garantir o atendimento das demandas dos consumidores de religião.

Outro ponto destacado por esse autor, importante para esse estudo, é que as instituições religiosas ao concorrer pelos mesmos consumidores-alvos, procuram imitar os aspectos dos produtos de sucesso no mercado, o que instala o padrão da assemelhação entre os produtos religiosos destinados ao mesmo público, resguardada sua preocupação com a garantia de uma certa diferenciação marginal capaz de garantir que se mantenha a especificidade de sua identidade religiosa e de evitar a intercambialidade entres as diferentes instituições religiosas.

A tendência à padronização, para Berger (1985), é o efeito do controle do consumidor sobre os conteúdos religiosos. Na perspectiva de Guerra (2003), ele não só vê como efeito do controle do consumidor como conjuga isto com o aumento da competição entre as várias organizações religiosas pelo mesmo consumidor-alvo, o que se relaciona com o crescimento das pressões por resultados.

O conceito de *doxa*, formulado por Bourdieu, e a possibilidade de sua aplicação na análise do fenômeno religioso em termos de *ortodoxia*

Para Bourdieu (1996), as sociedades se apresentam como espaços sociais que conjugam *campos* de forças, os quais estão marcados por lutas entre agentes, podendo estes constituir classes ou frações de classes, que se enfrentam com base na posição que ocupam em determinado campo, para manter ou transformar sua estrutura, de modo a conseguir mais poder, prestígio, distinção. Dessa forma, Bourdieu (1989) expõe que essas diferentes frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica (na vida cotidiana ou por meio da produção simbólica de especialistas) para imporem visões de mundo conforme os seus interesses. Diante disso, existem agentes com determinados capitais (econômicos, culturais, simbólicos ou outros) propícios para garantir a dominação do campo, em que suas tomadas de posições são estratégias de reprodução para reforçar dentro e fora de sua classe a crença na legitimidade da dominação, de modo que as tomadas de posições transfigura o campo das posições sociais.

Assim, a *doxa* é a crença que a(s) classe(s)/grupo(s) dominante(s) impõe(m) como visão de mundo legítima, a qual garante a dominação no campo. Dessa forma, conforme Bourdieu (1989), os discursos produzidos a(s) classe(s)/grupo(s) dominante(s) têm a pretensão de impor a incorporação da visão e ordem estabelecidas como naturais, o que o autor identifica como ortodoxia. Segundo este mesmo autor, os sistemas simbólicos se diferenciam na medida em que são produzidos e apropriados pelo(s) grupo(s) que têm neles interesses, ou quando são produzidos por especialistas. Quando produzidos por este último, juntamente com um campo de circulação e produção autônomo, há o aparecimento de uma luta entre a ortodoxia e a heterodoxia. Isto significa que o discurso heterodoxo tem como pretensão demonstrar a arbitrariedade da *doxa*, a qual até então é reconhecida pelos agentes que estão envolvidos em um determinado campo, de modo a extinguir suas

evidências e estabelecer uma nova *doxa*. Dessa forma, percebemos que a *doxa* não é um ponto de vista universal, é um ponto de vista de classe(s)/grupo(s) dominante(s), o qual quer ser reconhecido como universal ou pelo menos hegemônico.

De acordo com Bourdieu (1996), a *doxa* é afirmada na medida em que as estruturas cognitivas incorporadas estão em concordância com as estruturas objetivas (a ordem objetiva e os princípios subjetivos), proporcionando uma ordem simbólica reconhecida legitimamente. Sendo assim, a *doxa* afirmada constitui-se de crenças que os sujeitos dominados aceitam sem conhecer, o que não significa que toleram tudo o que é imposto, mas que sentem, muito mais do que sabem (BOURDIEU & EAGLETON, 1999). Nas palavras de Bourdieu:

Dito isto, não se pode esquecer que essa crença política primordial, essa *doxa*, é uma ortodoxia, uma visão correta, dominante, que só se impôs ao cabo de lutas contra visões concorrentes; isto é, a experiência primária do senso comum, é uma relação politicamente construída, como as categorias de percepção que a tornam possível. O que se apresenta hoje como evidência, aquém da consciência e da escolha, foi, com frequência, alvo de lutas e só se instituiu ao fim de enfrentamentos entre dominantes e dominados. (BOURDIEU, 1996, p.119).

Uma autora que vem explorando esse conceito de *doxa*, como elaborado por Bourdieu é Deer (2008). Conforme ela, esse conceito na obra de Bourdieu tem uma série de significados relacionados e vários tipos de compreensões, mas, de uma maneira geral, *doxa* refere-se ao desconhecimento de formas de vida arbitrárias, o qual produz o reconhecimento não formulado, não discursivo, mas internalizado e prático dessa mesma arbitrariedade social. Isto que contribui para a reprodução de instituições sociais, afetando as mentes, os corpos e criando expectativas e comportamentos.

Segundo esta autora, *doxa* é usado pela primeira vez por Bourdieu em sua descrição e explicação da prática "natural" nas sociedades tradicionais, assim esse termo refere-se ao conhecimento pré-reflexivo, intuitivo, moldado pela experiência, herdado inconscientemente através de predisposições físicas e relacionais. Já nas sociedades modernas, Deer (2008) afirma que o termo também se refere ao pré-reflexivo compartilhado, mas as percepções e opiniões inquestionáveis são mediadas pelos campos, já que eles determinam as práticas como "naturais" e estas são internalizadas pelos *habitués* dos agentes. Como se pode perceber pelo trecho de Bourdieu acima citado, e conforme essa autora acrescenta, a *doxa* nas sociedades modernas adquire a noção de poder simbólico, isto porque os diferentes tipos de capitais acumulados se transformam em capital simbólico o qual facilita a manutenção da ordem social, já que ela é legitimada e sua arbitrariedade naturalizada.

A romanização como estratégia de restauração da *ortodoxia* católica romanizada e a emergência da *situação de mercado*

Ao observar a história do catolicismo brasileiro no período do Brasil-colônia logo se percebe como ela é cheia de "irregularidades" no sentido de que escapa da roupagem oficial da Igreja trazida pelos portugueses. Conforme Azevedo (2002), a religião católica que foi trazida pelos europeus, entrando em contato com a dinâmica interior do país, principalmente em áreas agrícolas, transformou-se tradicionalmente numa religião de santos, de devoções, de promessas, de orações recitadas e cantadas (destacando a recitação do terço) e romarias, isto é, não tanto de sacramentos. Esse catolicismo *santorial*, o qual conservava os santos em capelas e oratórios domésticos, não atribuía papel primário à Igreja Matriz, esta que oferecia os sacramentos do batismo e do matrimônio, mas que mantinha pouca função de integração social.

Além do contato do catolicismo com as culturas locais em áreas com peculiaridades específicas, um fator importante para explicar como surge esse *catolicismo de santos* em detrimento de uma religiosidade sacral e litúrgica da Igreja oficial, é a escassez de clero no Brasil colonial. Azevedo (2002) defende que com essa escassez os fiéis não tinham tanta oportunidade de participar de missas, pois os sacerdotes tinham que se locomover, quando aceitavam, por longas estradas para realizar a *santa missa*, o que o custava muito tempo e dinheiro. Sendo assim, havia um isolamento dos vigários nas paróquias rurais e poucos contatos uns com outros e destes com os bispos.

Foi esse catolicismo popular, conforme Teixeira (2005), que sofreu o embate violento da chamada "romanização" na tentativa de instaurar no Brasil um catolicismo universalista para se adequar às diretrizes de Roma e efetuar mais controle sobre os leigos. Na medida em que foi expandindo o processo de urbanização do Brasil juntamente com a proclamação da república, foi se expandindo esse catolicismo romanizado que, de acordo com Azzi (2008), tratava-se de uma vivência da fé adequada para a sociedade burguesa em formação. Esse mesmo autor afirma que essa concepção da crença apontava para um conhecimento das *verdades da fé*, mas isso através da cultura letrada, que dava acesso ao texto do catecismo, o qual funcionava como eixo norteador da formação católica. Assim, esse catolicismo tinha como ênfase a doutrina católica, tanto na vida ascética quanto na prática sacramental.

Conforme Teixeira (2005), mesmo com o grande impacto da romanização que ocasionou a incorporação de alguns traços desta na população brasileira, alguns aspectos do catolicismo rural como o culto aos santos e a crença nos milagres sobreviveram. De fato, Teixeira (2005) pode estar correto ao afirmar que isso mostra o aspecto dinâmico e criativo desse catolicismo que se refaz continuamente. Contudo, se deve compreender que a igreja estava aliada ao governo e às elites dominantes, com uma proposta religiosa adequada para a sociedade burguesa,

favorecendo assim as camadas letradas da sociedade. Deve-se destacar que ainda houve um esforço por parte da igreja para alfabetizar os fiéis, mas a insuficiência de clérigos, como afirmou Azevedo (2002), ainda era marcante nessa época. Dessa forma, um meio que a igreja encontrou de marcar presença nessa camada da sociedade era através de políticas de assistencialismo.

A *ortodoxia*³ instaurada nas sociedades rurais enfatizava o culto propriamente doméstico aos santos, que se manifestava em práticas estabelecidas como "naturais", como é o caso das novenas, procissões e romarias. Além disso, a ordem social estava estabelecida sobre uma base de visões mágicas, manifestada nas práticas das *promessas aos santos*, que incluíam o oferecimento de objetos materiais ou de sacrifícios aos santos que atendiam as preces dos fiéis, as quais enfatizavam objetivos tais como obter a proteção pessoal e das lavouras; bem como os castigos que sofriam as imagens dos santos, quando eles não atendiam as preces dos devotos. Com o processo de romanização, a Igreja Católica procurou instituir a ortodoxia tradicional e inculcar o *habitus* religioso oficial entre os católicos. Essa *ortodoxia* tinha mais afinidades eletivas com as áreas urbanas e setores letrados da sociedade, os quais incorporaram nas suas práticas as doutrinas católicas e os sacramentos, o que era possível pela concentração de padres nos templos das cidades, nos quais tinham como principais atividades a celebração da missa, a pregação da doutrina e o *perdão dos pecados*, por meio da confissão individual.

Com a proclamação da República, houve a abertura para a entrada de outras religiões no país, o que permitiu a instalação de igrejas evangélicas, que se multiplicaram por todo o território nacional. Em termos de reconfiguração do campo religioso isso significou a convivência da ortodoxia católica com heterodoxias das igrejas evangélicas. Uma parte dessas igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais, atuava em setores pobres da população, ao contrário da Igreja Católica

³Doxa como conhecimento pré-reflexivo das sociedades tradicionais, o qual seria moldado mais pela experiência do que pela reflexão intelectual.

que estava mais presente em setores urbanos e letrados, atuando nas camadas pobres através de programas de assistencialismo.

É a partir desse cenário que Guerra (2003) vai demonstrar o gradual abalo na posição de hegemonia da Igreja Católica, o *crescendo* da competição entre religiões e das religiões com a esfera não religiosa, aliados à diminuição da força coercitiva da tradição sobre as escolhas religiosas dos indivíduos, elementos que marcam uma situação em que se oferecem outras mercadorias simbólicas/modelos de religiosidade que competem de modo intenso pelas preferências dos indivíduos, configurando uma *situação de mercado*.

Além de Guerra (2003), Carreiro também (2008) mostra que a Igreja Católica vem enfrentando, em termos do campo religioso nacional, uma crescente e livre competição com outras religiões e com a não religião, perdendo o semimonopólio historicamente desfrutado com a abertura para a entrada de outras religiões a partir da constituição de um Estado laico, salientando que já existiam algumas religiões *clandestinas*, e de uma forte cultura do consumo, configurando um pluralismo religioso e com isso um alto grau de competitividade, principalmente no que se refere aos evangélicos neopentecostais que vêm aumentando significativamente em números de fiéis no mercado religioso brasileiro.

Uma conjuntura marcada pelo crescimento das igrejas evangélicas, acrescentando-se o golpe militar na década de 60, em que a Igreja Católica perdeu espaço político, prepararam o terreno para que ela se constituísse, atendendo à demanda de movimentos sociais, como um espaço privilegiado de oposição e contestação do governo militar, são elementos que, segundo Guerra (2003), já eram esboços da reação católica à crescente perda de influência em termos macro-sociais e de fiéis das camadas populares, que eram facilmente cooptado pela mensagem dos pentecostais. A adoção do modelo progressista de catolicismo – significando esse termo a *esquerdização* do discurso religioso católico observado no final dos anos sessenta do século passado, durando até o final da década de 80 – pode ser

interpretada como uma chance da igreja atuar em setores sociais pobres da população e entre intelectuais, concorrendo com os modelos de religiosidade que atingiam os desfavorecidos com seus apelos em termos de *religiosidades de salvação* (Cf. WEBER, 1985). Usando o modelo das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), essa *nova* Igreja Católica tinha como inspiração o enfoque da Teologia da Libertação, o que teve como efeito a produção de uma religiosidade intelectualizada e politicamente engajada. Dessa forma, o modelo progressista surgiu como visão de mundo concorrente (heterodoxia) em relação à ortodoxia instaurada anteriormente e com as heterodoxias das instituições evangélicas⁴. Os elementos que caracterizam a experiência dos sujeitos nesse modelo são as reuniões em grupo no intuito de promover círculos bíblicos, reflexões e ações sociais. Outra característica marcante foi a tentativa de superar a hierarquia eclesiástica, instaurando um modelo participativo e democrático (AZZI, 2008).

Essa visão de mundo rendeu visibilidade e legitimidade à proposta católica apenas durante as décadas de 60 e 70 do século passado, demonstrando sua fragilidade em termos de estratégia de concorrência na medida em que não atendia as demandas dos fiéis que, buscavam, sobretudo, o misticismo, a espiritualidade e soluções para os problemas práticos individuais como o desemprego, as doenças e as complicações familiares, problemas que estavam sendo atendidos nas igrejas evangélicas.

O declínio e a fraqueza do modelo das CEBs favoreceram a emergência de um novo modelo de ser igreja, o denominado de Renovação Carismática Católica. Conforme Guerra (2003), esse modelo, de grande sucesso no mercado desde a década de 90 do século passado, tem uma proposta de religiosidade marcada pela volta ao misticismo e a uma espiritualidade que destaca os aspectos ritualísticos.

⁴ Nesse momento a *doxa* é mediada pelo campo, isto é, através de lutas entre agentes ou frações de classes (ortodoxia e heterodoxia) que procuram estabelecer uma visão de mundo e determinar algumas práticas como "naturais" que serão incorporadas pelo *habitus* dos agentes.

A tendência à assemelhação no atual cenário religioso

Através de uma pesquisa com o intuito de testar empiricamente o *Paradigma da Semelhança*, em que o objeto empírico foi um conjunto de Paróquias e comunidades vinculadas à Diocese de Campina Grande - PB, comparado com um conjunto de igrejas neopentecostais da mesma cidade⁵, foi analisado em que medida se confirma a hipótese da assemelhação dos bens religiosos oferecidos pelas instituições católicas com os oferecidos pelos neopentecostais (Cf. GUERRA, 2000; 2003). As Paróquias definidas para o referido estudo foram as seguintes: Paróquia Nossa Senhora das Graças; Paróquia Sagrado Coração de Jesus; Paróquia Nossa Senhora do Rosário e a Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Catedral Diocesana). Foi selecionado um grupo de igrejas neopentecostais, segmento considerado como principal concorrente do catolicismo no Brasil, sendo representadas neste estudo pelo conjunto de igrejas *Verbo da Vida*; a Igreja *Bola de Neve Church*; e a Igrejas Universal do Reino de Deus (IURD).

Para coleta dos dados foram considerados retrospectivamente, de outubro de 2012 a setembro de 2013, os conteúdos de *sites* da internet colocados no ar pelas instituições listadas acima, abrangendo *blogs* e perfis no *facebook*, observando o que as igrejas e seus movimentos internos oferecem, e a partir disso comparar para “dentro” (produtos religiosos oferecidos pelas igrejas) e *para fora* delas⁶. O ambiente virtual foi escolhido devido o fato de que atualmente a vida social está significativamente moldada pelos meios de comunicações/midiatização do ciberespaço. Sobre isso Miklos (2013) afirma que a experiência religiosa não passou incólume à emergência da *internet*; observando-se inclusive uma crescente

⁵ Estudo qualitativo em que as amostras (não probabilísticas) foram constituídas pelo acesso (conveniência) e pela representatividade nos subcampos do catolicismo e do neopentecostalismo. Foram levadas em consideração as condições de acessar os sujeitos participantes das paróquias na segunda fase desta pesquisa.

⁶ A descrição detalhada desses eventos semelhantes encontrados em *sites* pode ser encontrada em Tavares e Guerra (2003).

importância das experiências religiosas no espaço da *web*, no qual se encontram *velas virtuais, terços virtuais, peregrinação virtuais*, entre outros elementos.

Sbardelotto (2012) também contribuiu com estudos sobre a apropriação da internet pelas diversas instituições religiosas, destacando as experiências com velas, terços e até capelas virtuais. Esse autor afirma que existe uma diferença entre religião *na* internet e religião *pela* internet, sendo a primeira uma referência ao uso da internet como espaço de divulgações de informações sobre determinada religião; e, a segunda referida à participação propriamente dita do fiel em práticas religiosa em âmbito virtual. Essa diferenciação também se encontra nos estudos de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (2013), que usa a expressão *religiões no ciberespaço* e *religiões do ciberespaço*. De forma semelhante ao autor acima citado ele afirma que “no primeiro caso o “ciber” é espaço eficaz de divulgação, no segundo é a condição primária da experiência religiosa” (FILHO, 2013, p. 16).

Nos *sites* das instituições católicas e neopentecostais analisados encontramos entrevistas (testemunhos), fotos, mensagens, publicidade de eventos, artigos religiosos, lançamentos de livros e notícias sobre as instituições. Como são esses conteúdos que marcam os *sites*, as presenças dessas instituições no ambiente virtual correspondem ao que Miklos (2013) chama *religiões no ciberespaço*. Algumas dessas instituições, tanto católicas como neopentecostais, divulgam liturgias ou mensagens diárias, mas nada que concretize a experiência dos fiéis na internet, exceto a Igreja Bola de Neve Churth, que tem os cultos da *Rádio Bola* transmitidos ao vivo na sua *Home Page* e o curso de líderes realizado virtualmente pelo *site* oficial da igreja, o que Sbardelotto (2012) chama de *religião pela internet*.

Foram constatadas algumas semelhanças entre atividades/produtos oferecidos pelos dois grupos de *sites* institucionais *analisados*, a exemplo do *Encontro de Casais com Cristo* (ECC) e o *Encontro de Jovens com Cristo* (EJC), além de grupos teatrais como o *Arte e Vida*, na Igreja Verbo da Vida, o *Evangelizarte* e o *Cristo Jovem*, nas Paróquias; e grupos de orações como o *Sentinelas de Cristo*, na

Paróquia Sagrado Coração de Jesus e o *Jovens Mais de Deus*, na Igreja Verbo da Vida. Além desses movimentos, produtos religiosos semelhantes foram constatados, sendo eles comentados a partir de um panorama geral desses produtos religiosos assemelhados apresentados no quadro comparativo a seguir:

Quadro 1 - Comparativo entre produtos/atividades oferecidos pelas instituições católicas e evangélicas

Instituições Católicas	Instituições Evangélicas
Eventos	
Retiro	Acampamento
Curso para Líderes/Formação de Lideranças	Curso de Líderes
Semana Missionária	Jovens para as Nações
Jovem Exemplo de Cristo (JOVEX)/Momento da Juventude	Super Sábado/Abastecer-se
Semana Nacional da Família	Associação de Casais
Natal Solidário	Natal Solidário
Vigília com Sentinelas de Cristo	Vigília JMD
Noite do Hot Dog	Hot Dog's Night
Show Beneficente com a Banda Anjos de Resgate	Louvorção/Super Show Desperta o Dom/ Frequência X Jovem/Noite do Rock
Encontro dos Namorados	Pit-Stop do Amor
Formação Matrimonial	Curso de Noivos

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

No Quadro1 estão expostos diversos eventos semelhantes. Inicialmente destaca-se o *Retiro* no bloco das Paróquias, semelhante ao *Acampamento*, no bloco das igrejas neopentecostais, sendo ambas atividades destinadas ao público jovem, nas quais predominam a *oração*, o *louvor*, o *testemunho* e modelos de *pregação* bem assemelhados. Essas práticas eram anteriormente apenas associadas aos evangélicos (GUERRA, 2003).

Os eventos para capacitar líderes e missionários realizados nas instituições católicas também são semelhantes aos realizados nas instituições evangélicas. Nas Paróquias, percebe-se a preocupação em formar e capacitar lideranças (Curso para Líderes/Formação de Lideranças), direcionando-se a um público tanto de jovens

quanto de adultos, e incentivar e capacitar jovens missionários (Semana Missionária). Nas instituições evangélicas, o *Curso de Líderes* tem o mesmo objetivo; enquanto no *Jovens Para as Nações*, o objetivo declarado é o de incentivar os jovens ao *engajamento em missões*.

O *Jovem Exemplo de Cristo* (JOVEX) e o *Momento da Juventude* promovido pelas instituições católicas, foram colocados juntos no quadro acima por terem conteúdos semelhantes, voltados para o público jovem, assim como o *Super-Sábado* e o *Abastecer-se*, da Igreja Verbo da Vida. No JOVEX e no *Momento da Juventude* foram encontrados apresentações teatrais, palestras, orações, louvores e a *Cristoteca* (espécie de balada católica que junta mensagens religiosas em diversos estilos musicais e danças da esfera secular); esses eventos são semelhantes ao *Super-Sábado*, que juntamente com o *Abastecer-se* inclui orações, bandas religiosas com estilos musicais semelhantes aos da esfera secular, palestras e apresentações artísticas.

Foi encontrado, na *Semana Nacional da Família*, da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, conteúdos semelhantes aos observados na *Associação de Casais*, da Igreja Verbo da Vida. A primeira se anuncia como destinada à reflexão e testemunhos de casais sobre o casamento e a segunda dedicada a palestras sobre *compromisso, apreço e comunicação no casamento*. Também foi encontrado o *Natal solidário*, na referida Paróquia, no qual há a doação de comida e de roupas a comunidades pobres; na igreja neopentecostal citada, também ocorre um movimento de doação de brinquedos a crianças pobres.

O grupo católico *Sentinelas de Cristo* e o grupo evangélico *Jovens Mais de Deus*, promovem eventos semelhantes, a exemplo da *vigília*. A do primeiro grupo começou com as orações, no que se assemelham com o que acontece na do grupo evangélico, seguidas pela *adoração ao santíssimo sacramento* – uma diferenciação marginal observada. A vigília do segundo grupo começou também com orações, só que incluindo o diferencial daquelas feitas em *línguas espirituais*, seguindo-se o

louvor. As vigílias de orações realizadas nas paróquias, assim como os retiros de carnaval, que se propõem como atividades para *evitar as impurezas da "festa da carne"*, são eventos que, segundo Guerra (2003), durante muito tempo foram associados aos evangélicos em geral, mas que agora são encontrados também no campo católico.

O quadro acima exhibe e coloca em comparação o evento *Noite do Hot Dog*, no bloco das Paróquias, o qual é semelhante ao *Hot Dog's Night*, no bloco das igrejas evangélicas. Esses eventos são caracterizados pela venda de cachorro quente e por apresentações musicais. Enquanto no evento do grupo evangélico tem uma banda gospel, no evento do grupo católico são as próprias bandas da esfera secular que participam do evento.

A Catedral Diocesana promoveu um *Show Beneficente* trazendo a banda de rock cristão *Anjos de Resgate*, o qual foi realizado num clube de festas do município. Nesse show observamos significativas semelhanças com os *shows* realizados pelas igrejas evangélicas, como o *Louvorzão*, o *Super Show Desperta o Dom*, a *Frequência X Jovem* e a *Noite do Rock*, os quais se caracterizam, assim como no show da banda *Anjos de Resgate*, pela veiculação musical de mensagens religiosas num estilo musical semelhante ao da esfera secular. O que se percebe com esse *Show Beneficente* juntamente com o JOVEX e o *Momento da Juventude* é que as Paróquias que promoviam eventos com bandas da esfera secular, passam a convidar bandas de música sacra, já que têm agora que competir com outras religiões, nas quais os shows das bandas evangélicas (que combina um estilo de música "mundana" com mensagens religiosas) são estratégia de sucesso já estabelecidas, confirmando o afirmado por Guerra (2000; 2003) e por Dolghie (2004).

Finalizando o quadro acima, percebe-se também uma forte preocupação de ambas as instituições religiosas com o relacionamento entre casais, namorados e noivos. Tratando-se da Igreja Verbo da Vida, dos *futuros namorados*, já que o *Pit-Stop do amor* abrange os que ainda estão sem parceiros/parceiras. Assim, há o

Encontro dos Namorados, da Paróquia Nossa Senhora das Graças, semelhante ao *Pit-Stop do amor*, da Igreja Verbo da Vida, com práticas semelhantes (oração, louvor, testemunhos e palestras) e a *Formação Matrimonial*, dessa Paróquia, semelhante ao *Curso de Noivos*, encontrado na igreja evangélica citada, sendo todos os eventos destinados a *instruir casais para a vida conjugal*.

Outros eventos com conteúdos semelhantes foram observados quando comparado a pauta de atividades da Paróquia Nossa Senhora das Graças e a da Igreja Bola de Neve, não estando no quadro acima por exibirem ordens diferentes. Os eventos da Paróquia se referiam à Pré-Jornada Mundial da Juventude - 2013, correspondendo à chegada da réplica dos ícones da Jornada Mundial da Juventude, que passaram por todas as Paróquias da Diocese de Campina Grande, cada Paróquia promovendo tanto eventos semelhantes como eventos particulares. O evento da Igreja Bola de Neve correspondente foi o "Celulão", reunião de um grande grupo de fiéis na chamada *célula*, subdivisões da comunidade nas quais são realizados estudos bíblicos. O que assemelhou esses eventos nos dois modelos de religiosidade foi a presença dos *Luaus*, também encontrados na festa do *Dia dos Pais*, da Paróquia Nossa Senhora das Graças, sendo que neste observamos bandas da esfera secular, diferente do observado nos outros dois, nos quais somente bandas religiosas tocaram. Dessa forma, encontra-se nas Paróquias elementos semelhantes aos de algumas organizações religiosas, mas também semelhantes aos da esfera secular, como os *Luaus*, as danças e os estilos musicais.

Como exposto inicialmente, um dos objetivos desse trabalho era demonstrar a tendência à assemelhação no atual campo religioso brasileiro, isto que foi realizado através da comparação entre os *sites* de um conjunto de igrejas católicas com um conjunto de igrejas neopentecostais. Dessa forma, o primeiro objetivo foi concluído. No entanto, esse estudo também tem como objetivo apresentar os sinais diacríticos que a instituição católica mantém.

Com o processo de urbanização e o acentuado pluralismo religioso, ou como diria Berger (2012), com a chegada da modernidade pluralizante, a *ortodoxia* do catolicismo rural não tinha mais função de orientar a vida e pautar o comportamento dos fiéis, já que, segundo Camargo (1971), o contexto social da cidade não serve de apoio como o das áreas rurais, e, no que se trata ao alinhamento com a *ortodoxia romanizada*, na qual são enfatizados os sacramentos. Como observou Camargo (1971), a primeira ortodoxia, a que nasceu nas condições do cenário do mundo rural, uma adaptação às condições institucionais da Igreja naquele momento passa a perder espaço para a ortodoxia romanizada dos sacramentos, também devido à modernização pluralizante e urbanizada. Esse reestabelecimento da ortodoxia tradicional romanizada pode ter relação com a perda de adeptos que a Igreja Católica vem experimentando, como mostra o censo do IBGE de 2010, em que os católicos representam 64,6% da população, quando já representaram, por exemplo, no censo de 1970, 91,8%. Isso corresponderia ao que Pierucci afirma sobre a tendência das religiões tradicionais perderem adeptos nas sociedades modernas, nos seguintes termos:

Nas sociedades pós-tradicionais, decaem as filiações tradicionais. Os indivíduos tendem, nessas formações sociais, a se desencaixar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes eles pudessem parecer. Desencadeia-se um processo de desfiliação, em que as pertencas sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiões, tornam-se opcionais. (PIERUCCI, 2004, p.14)

No entanto, o que a Igreja Católica vem fazendo para reagir à perda de fiéis no cenário religioso brasileiro, de acordo com nossa análise dos conteúdos encontrados nos *sítes* produzidos pelas paróquias da amostra, é incorporar elementos “profanos” e elementos de outras religiões, como estratégias de concorrência com outras religiões e com a esfera secular. Através do mecanismo de

assemelhação, pretende atrair os segmentos almejados no espaço fora e dentro de outras religiões, ao mesmo tempo em que enfatiza as práticas tradicionais. Assim, há um reavivamento da *doxa* católica como o *culto a Maria*, a *recitação do terço* e os sacramentos, e isso não se observa apenas em nível de missas e eventos tradicionais, mas nos próprios eventos semelhantes encontrados, nos quais se busca resgatar os símbolos e as práticas desse catolicismo como, por exemplos, na vigília de adoração e oração dos *Sentinelas de Cristo*, que foi uma vigília diante do *Santíssimo Sacramento* e nas atividades da Pré-Jornada Mundial da Juventude, nas quais foram enfaticamente incluídas a recitação do terço, missas, o destaque do culto a Maria e a procissão para entregar as réplicas do ícone de Maria e da cruz. Assim, nesses eventos as práticas litúrgicas e sacrais novas, associadas ao que é oferecido por outros modelos de religiosidade e com sucesso, somam-se a recitações do terço, peregrinações, celebrações para Maria e os santos padroeiros, entre outros elementos. Salientando que os eventos *Semana Missionária*, *Momento da Juventude*, *Semana Nacional da Família*, *Vigília*, *Encontro dos Namorados* e *Formação Matrimonial*, também promoveram celebrações eucarísticas e/ou cultos a Maria.

Berger (1985) demonstra que as instituições ao padronizar os produtos procuram criar “embalagens” diferenciadas ou resgatar a “herança confessional”, que ocasiona uma definição dos fiéis com base nessa tradição, frente a outros grupos. Nessa nova situação de mercado observada na esfera religiosa contemporânea, essas Paróquias estão resgatando as práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que assimilam práticas bem sucedidas na atração de jovens dos neopentecostais, criando diferenças que garantam o mínimo de especificidade em relação aos seus concorrentes. Pode-se assim dizer que a ortodoxia católica atual é estabelecida nos eventos semelhantes oferecidos, de modo a evitar a completa intercambialidade e assegurar a manutenção das fronteiras mínimas das identidades religiosas.

Nesse acentuado pluralismo religioso há cada vez mais ideias e princípios disponíveis, os quais apontam para que os sujeitos, como afirma Bauman (2005),

façam, refaçam, reconsiderem e comparem alternativas, em uma conjuntura em que tomamos consciência de que o pertencimento e as identidades não são necessariamente *para toda vida*, como o que parece estar ocorrendo com a crise da eficácia da transmissão familiar do catolicismo no Brasil. O que se tem observado no cenário religioso brasileiro é a intensificação do trânsito religioso, as afiliações religiosas ocorrendo pelas preferências religiosas e os indivíduos cada vez mais livres da força impositiva da transmissão cultural, por isso parece ser importante para a Igreja Católica enfatizar essas práticas para que os indivíduos mantenham sua identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência à assemelhação entre as organizações religiosas entre si e entre essas e instituições não religiosas de sucesso, apontadas nos trabalhos de Berger (1985) e nos trabalhos de Guerra (2000; 2003) sobre o campo religioso brasileiro, foi confirmada nesse estudo, no qual se verificou os aspectos que vêm se assemelhando entre os produtos religiosos oferecidos por uma amostra de Paróquias e aqueles oferecidos por uma amostra de igrejas neopentecostais da cidade de Campina Grande.

Destacamos que não é apenas um movimento católico (RCC) que vem incorporando práticas de outras religiões e da esfera secular. Esse movimento vem falando em nome da igreja como um todo (SOUZA, 2001). É a própria instituição católica com seus grupos e movimentos internos, ou seja, com seu modelo de paróquia que está presente desde a Idade Média, que vem padronizando seus produtos com o de outras religiões e com a esfera não religiosa, e ao mesmo tempo enfatizando sua *ortodoxia*, isto através dos meios de comunicação e as mídias digitais como um todo.

As estatísticas mostram que a Igreja Católica foi a que, em termos proporcionais perdeu mais fiéis no atual mercado, mas o que se percebe com esse estudo qualitativo é que aquela instituição que Pierucci (2004) igualou à genética dos caranguejos, que só tende a andar para trás, está se adaptando à nova conjuntura do campo religioso, e pelo contrario dos irmãos neopentecostais que tem a tarefa de estabelecer novas embalagens do sagrado, forte o bastante para evitar o intercambio entre inúmeras denominações evangélicas, a Igreja Católica reavivou as práticas tradicionais, sua *ortodoxia romanizada*, para trabalhar o que pode também ser um trunfo em termos mercadológicos, o apelo à manutenção das identidades tradicionais de sua clientela, afirmando sua diferença marginal nas atividades assemelhadas frente a outros grupos. As práticas de assemelhação demonstram que a Igreja Católica está se adaptando à nova conjuntura do mercado religioso, pois se deve levar em consideração que a criação de necessidades e as ofertas para o seu atendimento são variáveis importante para garantir e expandir o espaço ocupado pela instituição na esfera brasileira das religiões.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, T. *O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- AZZI, R. *A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Santuário, 2008.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BERGER, P. L.; ZIJDERVELD, A. C. *Em Favor da Dúvida: como ter convicções sem se tornar um fanático*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BOUDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Difel: Lisboa, 1989.

- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. & EAGLETON, T. *A Doxa e a Vida Cotidiana: uma entrevista*. In: ZIZEK, S. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 265-278.
- CAMARGO, C. P. F. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1971.
- CARREIRO, G. C. *Mercado Religioso Brasileiro: Do Monopólio à Livre Concorrência*. São Paulo: Nelpa, 2008.
- CHEASNUT, R. Andrew. *Competitive Spirits: Latin America's new Religious Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- CIPRIANI, R. *Manual de Sociologia da Religião*. [Tradução de Ivo Storniolo]. São Paulo: Paulus, 2007.
- DEER, C. *Doxa*. In: GRENFELL, M. *Pierre Bourdieu: Key Concepts*. Durham. UK: ACUMEN, 2008. pp. 119-128.
- DOLGHIE, J. Z. A Igreja Renascer em Cristo e a Consolidação do Mercado de Música Gospel no Brasil: uma análise das estratégias de marketing. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, n° 6, p. 201-220. 2004.
- FILHO, E. M. A. M. *Religiões e Religiosidade no (do) Ciberespaço*. In: FILHO, E. M. A. M. *Religiões e Religiosidades no (do) Ciberespaço*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013. pp. 11-28,1992.
- GUERRA, L. D. Paradigma da Semelhança: uma tentativa de interpretação da conjuntura recente do campo simbólico religioso no Brasil. *Ariús: Revista do Centro de Humanidades*, Campina Grande, n. 9/ 1999-2000/ pp. 65-74.
- _____. *Mercado Religioso no Brasil: Competição, Demanda e a Dinâmica da Esfera da Religião*. João Pessoa: Idéia, 2003.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MIKLOS, Jorge. A Ciber-Religião: a midiatização do sagrado e a sacralização da mídia. *In: FILHO, E. M. A. M. Religiões e Religiosidades no (do) Ciberespaço*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013. pp. 151-166.

PIERUCCI, A. F. Secularização e Declínio do Catolicismo. In: SOUZA, B. M.; MARTINO, L. M. S. *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004, pp. 13-21.

SBARDELOTTO, M. *E o Verbo se Fez Bit: a comunicação e a experiência religiosas na internet*. São Paulo: Santuário, 2012.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2. Rio de Janeiro, Out. 2005 [1903], pp. 557-591.

SOUZA, A. R. A Renovação Popularizadora Católica. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo. N° 4/ 2001/ p. 46-60. Disponível em <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_souza.pdf> Acesso em 10 out. 2013.

_____. O Pluralismo Cristão Brasileiro. *Caminhos*. Goiânia. V 10/N° 1/2012/p. 129-141. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/viewFile/1953/1218>>. Acesso em 23 set. 2013.

STARK, R. Trazendo a Teoria de Volta. [Tradução de Rodrigo Inácio de Sá]. *Revista de Estudos da Religião – REVER*. n. 4. 2004, pp. 1-26. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/p_stark.pdf>. Acesso em: Jul. 2014.

STARK, R.; FINKE, R.; IANNACCONE, L. R. Pluralism and Piety: England and Wales, 1851. *Journal for the Scientific Study of Religion*. v. 34, n. 4., pp. 431-444, Dec., 1995.

STARK, R.; IANNACCONE, L. R. A Supply-Side Reinterpretation of the "Secularization" of Europe. *Journal for the Scientific Study of Religion*. v. 33, n. 3, pp. 230-252. Sep. 1994.

TAVARES, A. S. de O.; GUERRA, L. D. *A Tendência à Assemelhação Entre Modelos de Religiosidade: padronização dos bens religiosos da Igreja Católica com os das igrejas neopentecostais*. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.28, n. 2, p. 159- 181, jul/dez,

2013. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em 11 ago/2014.

TEIXEIRA, F. *Faces do Catolicismo Brasileiro Contemporâneo*. In: TEIXEIRA, F. & MENEZES, R. *Catolicismo Plural*. Petrópolis: Vozes, p. 17-30. 2009.

WEBER, Max. *A psicologia social das religiões mundiais*. In: WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, pp.212-225.

SITES CONSULTADOS

BOLA DE NEVE. Disponível em:<<https://www.facebook.com/pages/Bola-de-Neve-Campina-Grande/391506680917811?fref=ts>>. Acesso de 30 de ago. a 30 set./2013.

FORÇA JOVEM CAMPINA GRANDE. Disponível em <<https://www.facebook.com/fjovemcg?fref=ts>> Acesso de 30 ago. a 30 de set./2013.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Disponível em: <<http://www.catedralcg.org.br>>. Acesso em 30 de ago. a 30 set./2013.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Disponível em:< [http:// paroquiagracas.com />](http://paroquiagracas.com/). Acesso de 30 de ago. a 30 set./2013.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. Disponível em <[http://www.rosario.org.br/ portal/](http://www.rosario.org.br/portal/)> Acesso de 30 ago. a 30 set./2013.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Disponível em <<https://www.facebook.com/pscjcatole?fref=ts>>. Acesso de ago. a 30 set./2013.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. *Sentinelas de Cristo*. Disponível em <<https://www.facebook.com/sentinelas.decristo?ref=ts&fref=ts>>. Acesso de 30 ago. a 30 set./ 2013.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. *Pastoral Familiar*. Disponível em <<https://www.facebook.com/pages/Pastoral-Familiar-Par%C3%B3quia-Sagrado-Cora%C3%A7%C3%A3o-de-Jesus-Catol%C3%A9/148563868635651?fref=ts>>. Acesso de 30 ago. a 30 de set./2013.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. *Pastoral da Juventude*. Disponível em <<http://pjcatole.wordpress.com/>>. Acesso de 30 ago. a 30 set./2013.

VERBO DA VIDA. Disponível em: <<http://verbodavida.org.br/>>. Acesso de 30 ago. a 30 de set./2013.

Autores

Anderson Severino de Oliveira Tavares

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: andersontavares.cs@gmail.com.

Lemuel Dourado Guerra

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: lenksguerra@yahoo.com

Recebido em dezembro de 2013.

Aprovado em março de 2014.



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

A ESCOLA E A CRIANÇA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

THE IDEA OF SCHOOL AND CHILD IN SOCIAL REPRESENTATIONS OF CHILDREN FROM HOST INSTITUTIONS AND PUBLIC EDUCATION SYSTEM

Juliana Beltrão Lins

Fatima Maria Leite Cruz

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

A pesquisa investigou as representações sociais de criança e de escola por crianças nos contextos de instituições de acolhimento e de escolas da rede pública de ensino da Região Metropolitana do Recife. A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici foi o referencial teórico que embasou o estudo que teve como participantes 60 crianças, sendo 30 de cinco Instituições de Acolhimento e 30 alunos de uma escola da rede pública de ensino, com idades entre 5 e 10 anos. Adotamos como instrumento de coleta um questionário de associação livre e para análise dos dados, a análise de conteúdo. Os resultados demonstram sentidos de Escola e de Criança distintos dependendo do contexto institucional. Para os alunos da Rede Pública de Ensino, criança está relacionada ao brincar e às brincadeiras e a escola é o ambiente de transmissão de conteúdos; para as crianças abrigadas, a escola é o meio de ascensão social e simbolicamente significa o futuro, compreendido como possibilidade de melhoria de vida. As crianças institucionalizadas expressaram muita tristeza em falar

sobre a escola e sobre ser criança, as relacionam à família e ao desejo de estudar para “crescer” e “se tornar gente”, como meio de retornar ao convívio familiar.

Palavras-chave: Criança. Escola. Instituições de Acolhimento. Representação Social.

Abstract

The research has investigated the social representations of child and school in children's viewpoint in the contexts of Host Institutions and public schools from Metropolitan Region of Recife. Serge Moscovici's Theory of Social Representations has been the theoretical framework that guided the research which had 60 children as participants, 30 from five Host Institutions and 30 students from a public school, aged between 5 and 10 years old. It has been used a free association questionnaire and, for data analysis, Content Analysis. The results demonstrate distinct senses of School and Child depending on the institutional context. For students of the Public Education System, child is associated with play and games and the school is a place of learning; for sheltered children, school is the way for social ascension and it means the future symbolically, being regarded as a possibility of improving their lives. Institutionalized children expressed much sadness in talking about school and talking about being a child, because they relate that to family and the desire to study to "grow up" and "becoming citizens" to return to their families.

Keywords: Child. School. Host Institutions. Social Representation.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada foi motivada a partir da premissa de que a escola é imprescindível na formação de valores, refletindo nas formas de pensar, agir e viver do sujeito. Ao mesmo tempo, pela experiência enquanto estagiária da primeira autora, vislumbrávamos que as crianças que se encontram em situação de acolhimento institucional, mesmo frequentando a escola, pareciam compor um universo particular.

Esta inquietação inicial foi intensificada por ocasião da formação inicial no curso de Pedagogia e na discussão com a segunda autora que problematizou este desejo inicial trazendo os tensionamentos e ambiguidades que a relação educação e família provocam. Na academia, participávamos também do debate controverso na

sociedade sobre o dever do Estado em cuidar dessas crianças que atualmente encontram-se acolhidas judicialmente. Nesta contextualização, direcionamos a pesquisa de conclusão de curso na intenção de compreender como estas crianças acolhidas constroem sentidos acerca da sua condição de *ser criança e acerca da escola*.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar as representações sociais de escola e de criança entre crianças em instituições de acolhimento e crianças que moram com suas famílias e estudam em escolas públicas da Região Metropolitana do Recife. E como objetivos específicos tivemos a intenção de compreender como a criança acolhida vê a escola e ser criança; analisar os sentidos compartilhados de escola e de criança pelos dois grupos de participantes – crianças acolhidas e alunos de escola pública; relacionar diferenças de sentido, a partir dos distintos contextos.

Algumas questões nortearam essa pesquisa: Quais os significados de escola e de criança para as crianças abrigadas? E a escola qual o significado que lhe atribuem? Qual a concepção de criança para esses sujeitos? Existem diferenciações de sentido a partir dos distintos contextos – instituições de abrigamento e escolas públicas? A partir desses questionamentos, focamos a pesquisa nos dois grupos de crianças escolhidos por entendermos que subsidiariam a compreensão das representações sociais de criança e de escola que elas constroem.

A pesquisa apresentou-se relevante, também, por buscar compreender o que são as instituições de acolhimento que recebem crianças, retiradas judicialmente do poder familiar devido a algum tipo de risco e/ou vulnerabilidade social. Em tese, quando estas crianças chegam à casa de passagem, devem ser cuidadas integralmente e, desta forma, a instituição tem por função promover a educação, a saúde e todo tipo de cuidado previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O Capítulo II deste estatuto discorre sobre as “Entidades de Acolhimento” e no artigo 101, alínea primeira, é relatado que:

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Como é posto no Estatuto da Criança e do Adolescente, as instituições de acolhimento deveriam ser locais de passagem, com uma função temporária, mas, muitas vezes, tornam-se locais de moradia, por muito tempo, em face do longo período de espera por adoção ou pelo retorno à família. Tal dilatação de uma função provisória com a permanência prolongada das crianças nas instituições de acolhimento tem ocasionado carência de cuidado e carinho que originariamente caberia à família. Sobre o papel social da família, Farias e Rosenvald (2012, p. 12) afirmam que:

[...] a família cumpre modernamente um papel funcionalizado, devendo, efetivamente, servir como ambiente propício para a promoção da dignidade e a realização da personalidade de seus membros, integrando sentimentos, esperanças e valores, servindo como alicerce fundamental para o alcance da felicidade.

Dessa maneira, compreendemos que os vínculos familiares contribuem, de maneira fundamental, para a formação e promoção da identidade. Com a clareza dessa complexa situação são criadas políticas sociais, geridas por organizações governamentais e não governamentais que apoiam as famílias no desenvolvimento dessa importante tarefa. Mesmo compreendendo que não existe a substituição do papel funcional da família, a instituição de acolhimento passa a fazer parte da criação e da consolidação da identidade, das crenças e dos valores das crianças abrigadas. A instituição se torna, assim, a casa dos abrigados, e as pessoas envolvidas neste processo, apesar de não serem familiares, passam a influenciar na formação destas crianças.

Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003), que descreveu o perfil dos abrigados em 589 instituições de acolhimento, os fatores determinantes para o abandono dessas crianças são: falta de recursos dos responsáveis, abandono, maus tratos, violência doméstica e dependência química dos pais ou responsáveis. Assim, é possível compreender a importância e a relevância da instituição de acolhimento na vida das crianças que estão longe do convívio familiar, sobretudo, em função das profundas desigualdades sociais que ainda assolam o país, a despeito de crescimentos recentes.

Outro aspecto a ser considerado na formação humana das crianças é a função dada à instituição escolar. A escola é um espaço social, que aliada à família, também contribui na formação da integralidade dos sujeitos sociais. A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) de maneira contextualizada, desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Sobre esta função específica da escola, Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 117) afirmam que

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

Portanto, a escola é a instituição que objetiva oferecer situações que favoreçam a aprendizagem, instiguem a sede em aprender e, também, alicerce a razão sobre o entendimento da importância desse aprendizado para o futuro do aluno e de suas vidas.

Para Jean Piaget, a criança não é um somente um ser cognitivo, mas também um ser social e o seu desenvolvimento está relacionado às interações com o seu

ambiente e as experiências construídas nele. Piaget (1982) concluiu que cada criança constrói o seu desenvolvimento, o seu próprio modelo de mundo, exercendo controle sobre a obtenção e organização de sua experiência do mundo exterior, logo, a criança é o próprio agente de seu desenvolvimento.

Outros dois importantes autores na discussão de criança são Henri Wallon e Lev Vygotsky. Segundo Bastos e Pereira (2003), ambos construíram suas teorias sobre o desenvolvimento infantil partindo da mesma concepção do ser humano e de realidade. Ambos conceberam o sujeito a partir do materialismo histórico-dialético, entendendo que as mediações com a realidade permitem que sejam transformados. Assim, através da interação social, tanto o meio como o sujeito é transformado.

A diferença entre estes dois teóricos em destaque é o enfoque dado ao desenvolvimento: para Vygotsky, a linguagem, e para Wallon, a afetividade. Em Vygotsky (1989), a linguagem é constitutiva do sujeito e o pensamento nasce por meio da fala. Já Wallon (1981), fundamenta a sua teoria no desenvolvimento da criança nos planos afetivo, cognitivo e motor, pensando o desenvolvimento de forma integral. Para ele, a educação deve integrar as suas práticas e os seus objetivos às duas dimensões: a social e a individual.

Tanto no estudo de Wallon como de Vigotsky, podemos perceber que eles concebem a criança e seu desenvolvimento relacionados aos diversos fatores internos e externos e aspectos tanto genéticos como socioculturais. Eles concordam que o sujeito é condicionado pelo organismo e pelo social que estrutura sua consciência, sua linguagem, seu pensamento, suas relações, a partir da apropriação das significações histórico-culturais.

Ao refletirmos sobre a relação entre escola e inserção social, Kohl (1996) nos traz que “[...] a escola promove saltos qualitativos em direção à inserção social e cultural dos sujeitos escolarizados quando comparados aos não escolarizados”, assim, os alunos escolarizados estariam mais instrumentalizados e habilitados para enfrentar as demandas da sociedade. A exclusão do processo de escolarização, bem

como quaisquer formas de empobrecimento da experiência escolar, estaria, portanto, deixando de promover o acesso do indivíduo às dimensões fundamentais de sua própria cultura (KOHL, 1996, p. 101).

Estas dimensões explicativas respondem parte dessa complexa interação entre sujeito e ambiente. Entendemos que outros aspectos de natureza interacional precisam, também, ser investigados, tais como os processos comunicativos que se interpõem às práticas sociais e alicerça o senso comum que serve de guia às ações cotidianas, inclusive as escolares, como se tem a seguir.

A base psicossocial da Teoria das Representações Sociais na compreensão dos fenômenos educacionais

A Teoria das Representações Sociais foi formulada por Serge Moscovici que durante quatro décadas fez avançar e desenvolver os estudos sobre o tema. Finalmente, em 1961, publicou sua obra "*La Psychanalyse, son image, son public*" em que traz o conceito desta teoria e tem suas origens relacionadas à Sociologia e à Antropologia, apoiada nas ideias de Lévi-Bruhl e de Durkheim.

O estudo das representações sociais permite que alguns elementos da história cultural da sociedade e de grupos de sujeitos sejam evidenciados, manifestados nas crenças e nos valores, em padrões de condutas, que além de refletirem os fatos também interferem na construção dos mesmos.

Durante muitos anos, a psicologia social indagou sobre a formação do pensamento e a construção da identidade humana. Em meio a tantas teorias que surgiram em meados dos anos 70, foi formulada a "*A Teoria das Representações Sociais*". Alguns autores acreditam que o estudo das representações sociais começou a existir como resposta aos problemas emergentes da vida cotidiana daquela ocasião.

A representação social, enquanto objeto de estudo da Psicologia Social, permite a articulação do social e do psicológico, tornando-se instrumento de

compreensão e de transformação da realidade. Para formulação desta tese, Moscovici foi influenciado pelo conceito de representações coletivas, proposto por Durkheim. Para ele, as representações coletivas são vistas como uma combinação de ideias e sentimentos acumulados através de gerações, refletindo a forma como é compreendida a realidade. Concordando com esta afirmação, mas entendendo que não era suficiente, Moscovici trouxe uma reflexão mais elaborada acerca do tema. Investigou como a produção de conhecimentos constitui e reforça a identidade dos grupos, como influencia em suas práticas e, finalmente, como estas reconstituem seu pensamento.

Considerando a importância do tema, Moscovici definiu as representações sociais baseando-se em três aspectos: comunicação, reconstrução do real e domínio do mundo. Segundo Almeida (2002, p. 11), a comunicação é importante na construção das representações, pois oferece às pessoas “um código para suas trocas e um código para nomear e classificar, de maneira unívoca, as partes de seu mundo, de sua história individual e coletiva”. Desta maneira, fica evidente a relação entre a comunicação e a prática social na formação das representações sociais.

O segundo aspecto a ser considerado por Moscovici foi a reconstrução do real. Esta reconstrução ocorre quando o indivíduo compreende e apreende os elementos trazidos no cotidiano, dando a possibilidade de reconstruir e definir suas ações sobre a realidade. Por fim, *domínio do mundo* se constitui pela forma como as representações são entendidas como um conjunto de conhecimentos sociais que possuem uma orientação prática e que permitem ao indivíduo se situar no mundo e dominá-lo. Portanto, trata-se aqui de uma dimensão mais concreta, na medida em que o domínio do mundo nos remete à utilidade social do conceito de representação.

Diante desta construção, Moscovici considerou que a representação social ocorre por meio da transmissão comunicativa e que este processo acontece de forma dinâmica. Segundo Nova e Machado (2008), isso não se constitui por um ato passivo, mas um processo ativo entendendo que não se trata de uma reprodução de ideias,

mas a construção da realidade. Por serem dinâmicas, as representações sociais acompanham o movimento e as modificações das sociedades. Minayo (1994) afirma que não existem representações falsas, mas sim representações que se originam de diferentes condições da existência humana.

Dentro deste contexto de formação social e individual, vemos que as representações sociais são interpretações da realidade. Esta teoria se baseia na forma como as pessoas compreendem o mundo em que vivem e, portanto, como afirmam Menin e Shimini (2005), as representações sociais surgem como uma forma de conhecimento do senso comum que se difere do conhecimento científico ou acadêmico. Considerando que a construção da representação social baseia-se nos conhecimentos do senso comum, Oliveira e Werba (1998) afirmam que as representações são um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais, equivalem aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, ou seja, é a versão contemporânea do senso comum.

Para Jodelet (2001), as representações sociais são instrumentos fundamentais para analisarmos o que é o homem em seu mundo de objetos e enfoca a relação entre as dimensões sociais e culturais que dirigem as construções mentais coletivas. Pode-se considerar a autora como a responsável por sistematizar e divulgar a teoria, sempre frisando a necessidade de apreender os discursos dos indivíduos e dos grupos que mantêm a representação de um dado objeto; apreender os comportamentos e as práticas sociais através das quais essas representações se manifestam; examinar os documentos e registros onde estes discursos, práticas e comportamentos são institucionalizados; examinar as interpretações que eles recebem nos meios de comunicação de massa, os quais contribuem tanto para manutenção como para a transformação das representações (SÁ, 1998).

A partir da Teoria das Representações Sociais, compreendemos que a forma como enxergamos o mundo e interpretamos a realidade acontece a partir de

experiências pessoais, então, cada sujeito constrói suas representações baseadas naquilo que vive, atribuindo graus de relevância de acordo com a sua história. Desta forma, o número e a natureza das experiências dependem da história de vida pessoal, portanto, o mundo é visto como uma rede de significados, instituído pelas ações humanas, que pode ser captado e interpretado, como citado por Minayo (1994).

Dessa maneira, entendemos que se torna necessário investigar as representações sociais que os grupos constroem para identificar como as pessoas fazem escolhas ao longo da vida, não utilizando razões lógicas, mas sim, simbólicas. As representações sociais, portanto, são teorias sobre saberes vividos cotidianamente e constitutivos do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real, levando os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, fazendo com que indivíduo e meio sejam transformados. Minayo (1994) afirma que esse processo ocorre de tal forma que são expressas pela sociedade, simbolicamente, em seus costumes e instituições através da linguagem, da arte, da ciência, da religião, das regras familiares, das relações econômicas e políticas.

Segundo Oliveira e Werba (1998), essa teoria se mostra, assim, fundamental por ser bastante abrangente e dinâmica e auxilia na compreensão das várias dimensões da realidade: física, social, cultural, afetiva e cognitiva de forma objetiva e subjetiva, tornando-se um instrumento valioso e imprescindível no campo da Psicologia Social.

Lins e Santiago (2001) reforçam o caráter prático das representações sociais, ou seja, como formas de orientação das condutas e comportamentos dos sujeitos, destacando que nelas estão postos valores, imagens, desejos, expectativas, mitos e crenças.

Dentro do processo de formação das representações sociais, Moscovici (2003) acrescenta a ideia de que a função das representações sociais é tornar familiar o que é estranho e esse processo depende, simultaneamente, de dois mecanismos

interdependentes, que são imprescindíveis para a sua construção: ancoragem e objetivação. Segundo Nova e Machado (2008), a objetivação é o processo pelo qual os conceitos se tornam materiais, ou seja, as noções abstratas tornam-se imagens, correspondendo coisas às palavras. Ao objetivar, o sujeito passa a dar significações ao seu ambiente. Durante este processo o sujeito familiariza, seleciona e organiza os objetos que fazem parte de sua vida. É durante a objetivação que ocorre, também, o processo de classificação, ou seleção, e a naturalização. O primeiro baseia-se na tarefa de elencar conceitos em determinadas categorias de pensamento. Já na naturalização o indivíduo absorve e incorpora em seu discurso elementos que lhe eram estranhos e originários de outros. É na naturalização que tais elementos passam a ser considerados próprios pelos sujeitos.

O processo de ancoragem, por sua vez, traz uma conotação mais específica. Nela, o indivíduo introduz o estranho e o desconhecido em categorias que já são familiares. Menin e Shimizu (2005, p. 61) definem a ancoragem como “a integração cognitiva do objeto representado dentro de um sistema de pensamento pré-existente; é a inserção orgânica de um pensamento constituído”. Bona e Maia (2010) afirmam que o estudo das representações sociais constitui-se em contribuição para uma melhor compreensão da vida individual e coletiva, permitindo que alguns elementos da cultura e da história das sociedades sejam evidenciados, manifestados nas crenças e valores, em padrões de condutas, que além de refletirem os fatos interferem, também, na construção dos mesmos.

A instituição de acolhimento e seu papel formador

Atualmente, com o aumento do número de crianças abandonadas ou afastadas judicialmente do convívio familiar, as instituições de acolhimento ou casas de acolhida passam a ter, mais ainda, um lugar fundamental na sociedade. Segundo levantamento da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2009, hoje, no Brasil,

existe cerca de 8,5 milhões de crianças abandonadas. Destas, cerca de três milhões vivem permanentemente nas ruas, envolvidos em situação de prostituição, drogas e pequenos furtos, a despeito das várias leis brasileiras que regem e organizam os lares que atendem ao público infantil e infanto-juvenil. Dentre estas leis temos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

No contexto nacional, é notável a importância dessa legislação, pois se tornaram um marco legal dos Direitos Humanos. Em Pernambuco, políticas assistenciais para as crianças abandonadas vêm sendo criadas. Em 2012, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos criou uma série de diretrizes para o trabalho e acompanhamento dessas crianças, discutindo a proteção social e o cuidado, bem como políticas de acolhimento institucional e combate às drogas na cidade do Recife. O governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife vêm acompanhando as instituições de acolhimento e buscando soluções para as crianças abandonadas, a fim de minimizar esse problema social, embora concretamente o quantitativo de crianças abandonadas ainda é expressivo, demonstrando que não foram aplicadas políticas eficazes para a redução dessa realidade.

Para superar este quadro, o acolhimento institucional pode ser oferecido em diversas modalidades e gerido por diferentes instituições governamentais ou não governamentais, tais como: abrigo institucional; casa-lar; casa de passagem. Independente da nomenclatura, todas essas modalidades de acolhimento constituem “Entidades de Atendimento” previstos no Capítulo II do Livro II, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo seguir os parâmetros dos artigos 90 a 102 (no que couber) da referida Lei.

De acordo com o ECA, (Art. 101, inciso IX, alínea 1), o acolhimento institucional deve ser algo temporário, durante o período de transição para a reintegração da família ou integração a uma nova família, não implicando em privação da liberdade.

Diante desta afirmação prevista em lei destacamos três medidas que constituem e regem o acolhimento institucional: medidas provisórias, excepcionais e de proteção.

Inicialmente, entende-se que estas casas se constituem como um espaço de proteção, pois, se destinam à proteção, oferta de carinho e afeto necessários à formação da identidade humana. Além do papel protetivo, as casas de acolhimento também visam o fortalecimento da família para que ela possa receber a criança/adolescente, evitando o retorno ao abrigo, pois a situação de abrigamento deve ser encarada como uma condição excepcional na vida da criança ou do adolescente.

A instituição escolar e o desenvolvimento da integralidade humana

As escolas têm papel fundamental no desenvolvimento das sociedades, sendo o espaço em que a maioria das crianças e jovens entra em contato com os conhecimentos formais construídos pela humanidade. Assim, estas instituições têm função indispensável na consolidação das sociedades democráticas baseadas na igualdade, na solidariedade, na justiça social, no conhecimento e em princípios sociais e éticos. Para Ludwig (1998), o direito à educação é o direito que o indivíduo tem de se desenvolver normalmente, de acordo com as possibilidades que dispõe, e a obrigação da sociedade é de transformar essas possibilidades em realizações efetivas e úteis. A educação, para ele, é o caminho para o desenvolvimento de valores de uma sociedade saudável.

Ao longo da história, a escola sofreu grandes transformações em todos os aspectos. Se analisarmos um passado recente, veremos a escola como um ambiente para a classe privilegiada e até mesmo, em um dado momento histórico, restrita apenas a homens. Mas, o direito à educação e a democratização do ensino trouxeram a escola pública como um direito de todos e um dever do Estado em oferecê-la.

Tornando-se um direito de todos, a educação ganha relevância na formação humana, enquanto instituição que a sociedade elegeu para socializar o saber sistematizado e difundir o conhecimento que julga necessário transmitir às gerações. Forquin (1993), em sua obra *Educação e Cultura* discute o que a escola deve ensinar, que cultura deve transmitir, e quais conteúdos devem compor o currículo escolar. Para ele, a crise da educação perpassa a crise na sua função específica de transmissão cultural, assim, a função da escola está diretamente relacionada à aprendizagem da cultura. Para ele, a análise crítica e interna sobre as práticas, conteúdos e saberes que permeiam esta instituição formadora permite compreender a real função social da educação formal.

A educação está relacionada também ao trabalho. Segundo Frigotto (1999, p. 26), trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. A qualificação humana fica subordinada às leis do mercado e o trabalho e saber produzidos pelo homem, cada vez mais, se subordinam a essas lógicas instrumentais e mercantis, perdendo seu princípio educativo. Para Frigotto (1995), "os princípios mercadológicos vem contaminando as teorias, formalizando basicamente o conhecimento como meio de atingimento de fins econômicos".

Em um sentido ampliado, a escola se volta para o pleno desenvolvimento do educando, preocupando-se não só com a aprendizagem dos conteúdos formais, propostos no currículo, mas também com a socialização em seus múltiplos processos, o respeito às diferenças e o incentivo à criticidade e à reflexão. Considerando cada sujeito como um ser único e histórico, a escola se vincula à realidade e, ao mesmo tempo, busca sua transformação. Para Oliveira, Moraes e Dourado (2008), a escola se apresenta, assim, não como uma salvadora, mas como uma transformadora social. Portanto, por sua função ampla, complexa e diversificada, a escola é espaço de desenvolvimento, reconhecendo que cada aluno tem a sua história, suas experiências e expressões únicas.

O percurso da pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (1994), a abordagem qualitativa responde a questões muito particulares: ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa foi dividida em dois campos: cinco instituições de acolhimento e uma escola pública, todas localizadas na Região Metropolitana do Recife. A escolha das Instituições de acolhimento teve como critérios a situação de convênio com o Conselho Tutelar, órgão Público responsável pelas crianças em estado de abandono e o atendimento à faixa etária de 5 a 10 anos.

Na entrada no campo tivemos dificuldade em marcar visitas às Instituições, em face da alta rotatividade de crianças, o que nos levou a percorrer cinco instituições de acolhimento para conseguir o quantitativo de crianças planejado na pesquisa. Na escola pública, a entrada foi mais fácil, por já ter sido campo de observação na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica, durante o curso de Pedagogia. Tanto a escola da rede pública como as instituições de acolhimento que foram campo do estudo estão localizadas na cidade do Recife e na Região Metropolitana.

No que se refere às instituições de acolhimento, são locais de passagem e atendem crianças vítimas de maus tratos, violência ou que os pais não tenham condições físicas ou psicológicas oferecer-lhes cuidado. As coordenações dessas Instituições foram bastante receptivas à realização da pesquisa, bem como os dirigentes, que se mostraram muito interessados e chegaram a verbalizar que a pesquisa poderia contribuir para que pudessem tentar entender as crianças, para assim, ajudá-las.

Os Participantes da Pesquisa

Participaram do estudo sessenta sujeitos, sendo trinta alunos da escola pública da Rede Municipal de Ensino da cidade do Recife e trinta crianças de cinco Instituições de Acolhimento também alunos de escolas públicas. Os alunos da rede pública selecionados tinham entre sete e oito anos e estavam matriculados no terceiro ano do ensino fundamental. A escolha por essa faixa etária foi definida por entendermos que a maioria das crianças nesta idade já estava alfabetizada e em formação de seus conceitos e sentidos em relação às suas próprias vidas. Os trinta alunos foram selecionados em turmas de quarenta e dois alunos, a partir do interesse que expressaram em participar da pesquisa. Nas cinco instituições de acolhimento não tivemos a possibilidade de selecionar os sujeitos, já que encontramos dificuldade de encontrar crianças acolhidas nessa faixa etária; então, em cada instituição, entrevistamos todas as crianças que ali moravam.

Procedimento de Coleta

O procedimento de coleta de dados ocorreu por meio de um Questionário de Associação Livre de Palavras. Essa técnica é difundida em pesquisas que utilizam a teoria e a metodologia das representações sociais, pois, segundo Acosta, Marcondes e Souza (2007), a técnica possibilita o acesso aos conteúdos nucleares. A coleta consiste em solicitar aos respondentes que, a partir de um termo indutor, as primeiras palavras que lhe vem à mente naquele momento. Abric (1994) considera a técnica como adequada para coleta dos elementos constitutivos de uma representação.

Para entendermos o motivo da escolha das palavras pelos alunos, a turma foi dividida em quatro grupos de cinco alunos, um grupo de sete alunos e um grupo de três alunos, de acordo com o desejo dos alunos e a forma como a sala estava

organizada. Chamávamos o grupo e entregávamos a cada um dos participantes uma cartela com as palavras *Criança e Escola*. Cada participante deveria completar os espaços vazios apresentados com quatro palavras que se lembravam, a partir dos termos indutores. Em seguida, perguntávamos a cada um dos participantes, o porquê das suas escolhas.

Na escola municipal foi grande a receptividade entre as crianças, se mostraram muito entusiasmadas em completar o questionário e o fizeram rapidamente. Já nas Instituições de Acolhimento, as crianças apresentaram um pouco mais de dificuldade para falar, e por este motivo, fizemos o questionário individualmente com cada criança, pois a grande maioria não sabia escrever, o que exigiu o registro das palavras e o motivo das escolhas pela própria pesquisadora.

Em alguns momentos, as crianças institucionalizadas demonstraram sensibilidade e choraram ao falar dos familiares, e verbalizaram a necessidade de estudar para mudar a sua realidade, como detalharemos, a seguir.

Análise e discussão dos resultados

Para a análise dos dados nos apoiamos na proposta de Bardin (1997, p. 56), quando afirma que:

Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.

Desta maneira, não analisamos apenas o que os sujeitos escreveram, mas tentamos aprofundar e descobrir o que está por trás das palavras. Todos os sujeitos participantes da pesquisa responderam ao Questionário de Associação Livre com os

termos indutivos *Criança e Escola*. A associação livre relacionada à palavra "Criança" produziu um total de noventa e seis respostas, dentre as quais somente trinta e uma foram diferentes, distribuídas em quinze grupos. Algumas palavras foram somente citadas pelas crianças que moram nas instituições de acolhimento e, outras, pelas crianças estudantes da escola pública.

Organizamos as tabelas com o campo semântico relativo a cada termo indutor, a partir do critério recorrência, usando a ordem decrescente agrupando da mais recorrente a menos recorrente que foram evocadas pelas crianças de Instituições de Acolhimento, por serem elas o foco de nosso objeto de investigação.

Tabela I – Palavras associadas ao termo indutor Criança

Palavras associadas	Crianças de Instituições de Acolhimento	Crianças da Rede Pública de Ensino
Mãe/Pai/Irmãos/Família	23	-
Brinquedos	21	12
Brincar/Jogar	19	39
Amizade/Amigos/Menino	7	1
Correr/Pular	6	21
Obedecer	5	-
Carinho/Casa	4	-
Diversão/Molecagem/Bagunça/Festa/Energia	3	12
Comidas	2	14
Programas de televisão	2	6
Fralda/Mingau/Dormir	3	-
Estudar/Ler	1	5
Computador/Vídeo game	-	4
Piscina	-	1
Sabida	-	1

As crianças da rede pública de ensino relacionaram os termos indutores à infância e aos elementos concretos da escola: *brincar, brinquedos, correr, diversão,*

jogar e programas de televisão. Em relação ao termo indutor "escola", mencionaram com recorrências as palavras: *escrever, estudar, ler, material escolar e tarefa*. Por sua vez, as crianças acolhidas trouxeram em suas palavras a sua história de vida, evocando a saudade dos pais e o desejo de retornar às suas casas. Tanto no termo indutor "criança", como também no termo "escola", eles mencionam palavras como *família, mãe, pai, casa e irmão/ irmã* e acreditam que a escola irá solucionar seus problemas, pois é representada como *crescer, futuro, salvação e solução*.

Os elementos centrais na representação social de criança nas instituições de acolhimento e também na escola pública foram *brincar e brinquedos*, embora a maior recorrência da primeira tenha ocorrido entre os sujeitos das escolas públicas, enquanto a palavra *brinquedos* apareceu o dobro de vezes no discurso das crianças institucionalizadas. A *brincadeira, o brincar e a diversão* revelaram-se como relevantes pelas próprias crianças, parecendo que elas compreendiam sua importância para o desenvolvimento infantil.

Vygotsky (1998) concluiu que o brinquedo surge das necessidades não realizáveis no momento. Para resolver a tensão gerada pela não realização do seu desejo, a criança entra em um mundo imaginário, no qual a sua história acontece do modo e no momento em que ela deseja. Esse é o mundo ilusório do brincar, demonstrando assim que o brincar da criança é a imaginação em ação. Brincando, a criança desenvolve relações sociais e expressa seus sentimentos.

Nas crianças das instituições de acolhimento, encontramos palavras como *carinho, família, mãe e pai* com maior recorrência, pois a família desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento da criança. Essas crianças que estão distantes do convívio familiar parecem sentir a falta do cuidado e acompanhamento dos pais e, este pode ser um motivo que os levou a citá-los tantas vezes. Gomes e Pereira (2005), em estudo sobre a família em situação de vulnerabilidade social, aponta a vulnerabilidade da família pobre desassistida, impossibilitada de prover as necessidades básicas de seus membros e sem forças

para construção de alternativas para o seu fortalecimento. Esta impossibilidade de manter o convívio familiar é percebida pelas crianças, o que gera certa inquietação.

Quanto ao termo “escola”, as crianças denominaram quarenta e três palavras diferentes, distribuídas em dezoito grupos, conforme a tabela II, que foi também organizada de acordo com a maior recorrência das palavras mencionadas pelas crianças das instituições de acolhimento.

Tabela II – Palavras associadas ao termo indutor Escola

Palavras associadas à ESCOLA	Crianças de Instituições de Acolhimento	Crianças da Rede Pública de Ensino
Mãe/Irmãos/Pai/Família	18	-
Obedecer/ Castigo	8	5
Tarefa/Nota/Prova/Pesquisa	12	17
Professor/Aluno/Diretor	9	6
Lanchar/Recreio	9	5
Prestar atenção/Silêncio/ Concentração	6	4
Escrever/Ler/Estudar/Falar	6	47
Salvação/Solução/Crescer/Futuro/Melhor lugar do mundo	6	1
Material escolar	5	9
Ir para casa/ Casa	4	-
Copiar quadro	3	2
Disciplinas	2	4
Sala de aula/Assistir aula	2	3
Jogar futebol/Correr/Brincar	2	5
Aprender/Conhecer	1	3
Bicicleta	1	-
Dormir	1	-
Escola Raio de Sol	1	-
Amigos	1	3

Os sujeitos da escola pública trouxeram principalmente elementos como *estudar, aprender, escrever, material escolar, nota e prova*. Isso ocorre por eles

associarem a escola à sua função de ensinar os conteúdos curriculares, enquanto as crianças de instituição de acolhimento associaram o termo "escola" aos sentimentos que eles acreditam que a escola pode lhes proporcionar: *crecer, futuro, salvação e solução*. O significado de inclusão social é nítido para esse grupo . Segundo Nascimento (2002, p. 6), *estudo, trabalho e família* emergem como forma de inclusão social, pois:

Um dos requisitos para a inserção na sociedade contemporânea ainda continua a ser o trabalho. O segundo é a educação, sobretudo o estudo. Este é para a maioria dos jovens um dos possíveis caminhos que pode garantir o desenvolvimento de habilidades para o ingresso no mundo social. Portanto estudo e trabalho são fortes aliados na construção de projetos de vida. Uma terceira categoria que compõe a tríade do modelo de vida social é a pertença e ou constituição de uma família.

Este resultado coincide com Paredes e Pecora (2004), que destacam família, trabalho e formação acadêmica como os três elementos mais apontados por adolescentes participantes de pesquisa que os relacionavam à possibilidade de ser feliz no futuro, garantia e possibilidade de inserção na sociedade produtiva.

Ao questionarmos os alunos sobre o porquê da escolha da palavra *futuro*, a justificativa foi: "a escola é meu futuro porque quando eu estiver sabido poderei ajudar minha mãe a me levar de volta para casa". Na palavra *crecer*, a criança disse algo parecido: "a tia do abrigo disse que a escola faz a gente crescer na cabeça e só estudando a gente ajuda os pais pra eles ficarem direito e poderem pegar a gente de volta".

Tais sentidos expressam o quanto elas relacionam a escola à solução para sua volta para casa, sair do abrigo e ajudar os pais na volta ao convívio familiar. Vimos que a própria instituição delega à criança a responsabilidade pelo caminho a ser trilhado pelos pais e a conseqüente volta ao seu lar. Na palavra *solução* também

temos outra direção dessa autoria quando a própria família é que induz a essa responsabilidade. Exemplifica este sentido quando uma criança disse: “A minha mãe disse que se eu estudar eu vou voltar para ela, é por isso que a escola é a solução”. Na palavra associada *salvação* uma criança explicou o sentido redentor da escolarização e a ideia disseminada de mobilidade social, a partir da educação escolar: “A escola é a salvação, tia, para eu sair desse lugar ruim. Eu quero a minha mãe e vi na televisão que quem estuda vai pra faculdade e fica rico, ai eu volto pra casa, né? Quem é rico fica em casa”.

Desta maneira, ficou claro que as crianças abrigadas não atribuem à escola e ao ensino somente a ideia de ascensão social, mas sim, atribuem à escola e à escolarização a possibilidade de modificar a situação em que atualmente se encontram. Além disso, se sentem responsáveis por estarem em situação de acolhimento institucional, demonstrando assim um sentido de auto-culpabilização.

Uma das crianças sintetizou bem esta importante atribuição à escola relacionada à *família*, *futuro* e *estudar*, e a autoculpabilização pela situação de abrigamento quando justificou suas escolhas:

[...] tia, e como é que eu vou sair daqui se não for estudando? A minha mãe e meu pai sempre dizem que estudar é para o futuro e que o único jeito de sair daqui. Eu vim pra cá porque não estudei, sabia, tia? Agora eu tenho que estudar para voltar pra minha mãe. Quem não estuda, dá trabalho aos pais, ai os pais batem e a gente vem para o abrigo. E ai, a gente fica triste e quer voltar pra casa e não pode. É muito ruim. quem mandou eu ter sido danado?

O sentimento de autoria por seu afastamento da família leva às crianças a nutrirem autopenalização. Possivelmente, por estes sentimentos de abandono e solidão tão presentes no cotidiano das crianças institucionalizadas, relacionam escola à família. A frequência alta de palavras como *família*, *ir para casa*, *irmão/irmã*, *mãe* e *pai* é expressiva desses sentimentos compartilhados. Uma das crianças justificou a

escolha da palavra *mãe*, dizendo que a escola lembrava sua mãe, pois era 'ela quem a levava à escola todos os dias', antes da situação de abrigamento. Outra palavra mencionada que chamou a atenção foi *bicicleta* lembrada pela criança porque 'o pai a usava para ir buscar na escola'.

Os resultados mostram que as crianças de instituições de acolhimento expressam vínculos *de ser criança e da escola* à família e à perspectiva de futuro, já os alunos da rede pública de ensino relacionam *criança e escola* às ações naturais de brincar, estudar, ler, correr. Assim, vimos dois sentidos e duas representações sociais de criança e de escola, nos dois grupos pesquisados, demonstrando que as representações são dinâmicas e variam de acordo com os grupos, sua história e os tensionamentos pertinentes aos contextos em que são construídas e compartilhadas.

Considerações finais

O objetivo principal da pesquisa foi compreender as representações sociais de criança e escola por dois grupos distintos, crianças em situação de acolhimento e crianças alunas de escolas públicas.

Os resultados da pesquisa nos revelaram que as crianças institucionalizadas expressaram muita tristeza em falar sobre a escola e sobre ser criança, porque as relacionam à família ausente e ao desejo de estudar para "crescer" e "se tornar gente", como o meio que enxergam para que possam retornar ao convívio familiar. A construção dos dados com este grupo foi muito difícil e requereu de nós muita sensibilidade, persistência e cuidado na interação. Perceber o quanto estas crianças sentem falta da família e compreender a importância atribuída à família nas suas vidas foi um exercício de reflexão e sensibilidade, atributos que consideramos importantes na formação de pesquisadora.

A pesquisa nos apontou que as crianças em Instituições de Acolhimento, em geral, entendem a escola como *solução de vida, como forma de crescer e sair das*

Instituições. Estas crianças acreditam que estudando se tornam cidadãos e podem voltar para suas famílias e, ao mesmo tempo, nos disseram que se sentem responsáveis por sua situação de vida, mesmo acreditando que podem transformá-la.

Outro aspecto importante a ser destacado foi a valorização das relações interpessoais para as crianças em Instituições de Acolhimento. Quando comparamos as respostas emitidas com as elaboradas pelas crianças da rede pública de ensino percebemos que as referências às pessoas aparecem muito mais no discurso das crianças acolhidas, demonstrando que os vínculos afetivos, para elas, são mais importantes do que a aprendizagem formal que é oferecida na escola.

A representação social de criança ligada às brincadeiras confirmou que as crianças veem a infância como momento de *brincar e se divertir*. As crianças acolhidas nos pareceram que também entendem essa importância e revelam em seus discursos estes sentidos, porém, *se sentem responsáveis pelo destino de suas famílias*, e é pela via do sucesso nos estudos que acreditam poder transformar a sua realidade de vida.

Concluimos que as representações sociais são construídas diferentemente, mesmo quando analisamos crianças na mesma faixa etária, e essa diferença pode ser atribuída a partir do contexto em que vive cada grupo de crianças. Assim, os contextos influenciam diretamente nas formas de pensar, agir e viver dos sujeitos, demonstrando que as representações são mutáveis, dinâmicas, tensionadas, e variam de acordo com as sociedades, os grupos e os condicionantes históricos e sociais em sua construção.

Entendemos, por fim, que a pesquisa se mostrou relevante para compreendermos o universo de sentidos que o olhar de crianças atribui à sua condição de ser *criança e à escola*, sobretudo, as crianças em instituições de acolhimento, grupo social que é pouco estudado e que torna este campo convidativo para novos estudos.

Referências

- ABRIC, J.C. *Pratiques sociales et representations*. Paris: Presses Universitaires de France. 1994.
- ACOSTA, S. F.; MARCONDES, A. P.; SOUSA, C. P. Trabalho docente na ótica de universitários ingressantes. *30ª Reunião Anual da ANPEd*, Caxambú. Anais. 2007.
- ALMEIDA, A. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos. *Ser Social: revista do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília*– v. 1 n.1 – jul/dez. 2002.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Porto, Portugal: Edições 70, 1997.
- BASTOS, I.M.S; PEREIRA, S.R. A Contribuição de Vygotsky e Wallon na compreensão do desenvolvimento infantil. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação do Estado de Santa Catarina*. V.4, n1, P.85-104, 2003.
- BONA, V; MAIA, L.S.L. As representações sociais de criança e as tecnologias: uma proposta de metodologia de pesquisa. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS*, v.16, n.32, p.49-61, jul./dez.2010.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2
Acesso em: 8 out. 2012.
- BRASIL. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA*, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/direitoconvivenciafamiliar_/capit2.pdf>
Acesso em: 20 set. 2012.
- FARIAS, C. C. de; ROSENVALD, N. *Curso de direito civil: direito das famílias*. 4. ed. Bahia: Jus PODIVM, 2012, v.6.
- FORQUIN, J.C. *Educação e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Trad. Guacira Lopes Louro. Poro Alegre, Artes Médicas, 1993.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & saúde coletiva*. Disponível em: <http://bases.bireme.br>, revisto em 2005.
- JODELET, D. Representações sociais em um domínio em expansão. As Representações Sociais no campo da educação. In: _____. *As representações sociais*. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- KOHL, M. Escolarização e organização do pensamento. *Revista Brasileira de Educação*, v.3, p. 97-102, 1996.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).
- LINS, C. P. A.; SANTIAGO, M. E. Representação Social: educação e escolarização. In: MOREIRA, A. P. S. (Orgs.). *Representações Sociais: Teoria e Prática*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001. p. 411-440.
- LUDWIG, A. C. W. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. Educação e Representação Social: Tendências de Pesquisas na área – Período de 2000 a 2003. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. (Orgs.) *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005. p. 92-130.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, prática e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- NASCIMENTO, I. P. *As representações sociais do projeto de vida dos adolescentes: um estudo psicossocial*. 2002. Tese (Doutorado). 380 p. PUC, São Paulo, 2002.
- NOVA, T. B.; MACHADO, L. B. Representações Sociais de Escola, Aprendizagem e saberes do aluno da escola pública. *Anais do XV Congresso de Iniciação Científica*, Recife, 2008.
- OLIVEIRA, F.; WERBA, G. *Psicologia Social contemporânea: Livro texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, J.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. *Função social da escola*. 2008. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf>. Acesso em 25 de março de 2013.

PAREDES, E.C. ;PECORA, A. R. . Questionando o futuro: as representações sociais de jovens estudantes. *Psicologia: Teoria e Prática* (Impresso), São Paulo, v. 1, p. 49-66, 2004.

PIAGET, Jean, (1896-1980). *Seis estudos de psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D`Amorim e Paulo Sérgio Lima e Silva. 24. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003, p. 13-40.

_____. *A representação do mundo na criança*. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

SÁ, C. P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, H. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Estampa, 1981.

WHO. World Health Organization. *Preventing violence by developing life skills in children and adolescents* (Series of briefings on violence prevention: the evidence), 2009.

Disponível

em:

<http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789241597838_eng.pdf>

Autoras

Juliana Beltrão Lins

Pedagoga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

E-mail: juli_beltrao@hotmail.com

Fatima Maria Leite Cruz

Psicóloga, Professora Doutora em Educação do Departamento de Psicologia e Orientação Educacional da UFPE. E-mail: fatimacruz@yahoo.com

Recebido em 02 de agosto de 2014

Revisado em 25 de setembro de 2014

Aprovado em 30 de setembro de 2014



ariús
Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**O SERTÃO NORDESTINO E SEUS SUJEITOS CONSTITUINTES NA
CONTEMPORANEIDADE – CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DO DISCURSO DE
PERTENCIMENTO**

**THE SERTÃO NORDESTINO AND ITS CONSTITUENT SUBJECTS - A PROPOSAL TO
DISCOURSE ANALYSIS OF BELONGING**

Wellington Amâncio da Silva¹

Juracy Marques²

Wilma Amâncio da Silva³

Universidade do Estado da Bahia

Resumo

Esse trabalho apresenta alguns resultados de pesquisas com discentes dos cursos de Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia e na Universidade Federal de Alagoas (Campus Sertão) entre 2012 e 2014. A partir da Análise do Discurso Foucaultiana, buscou-se apresentar o discurso corrente acerca do Sertão e dos sertanejos sobre eles mesmos, considerando o valor das suas representações como

¹Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB/PPGEcoH. É vinculado ao grupo de pesquisa “Ecologia Humana” – CNPq/UNEB. welliamancio@hotmail.com

² Pós-doutor em Antropologia e Doutor em Cultura e Sociedade. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-FACAPE. juracymarques@yahoo.com.br

³ Graduou-se em Pedagogia com habilitação nas Séries Iniciais (UNEB); tem especialização em Educação e Infantil e especialização em Metodologia do Ensino de Química e Biologia. mmima13@hotmail.com

afirmações conscientes pautadas em contextos práticos. Visando observar tais discursos utilizou-se da Etnometodologia como caminho necessário para deixar falar as fontes e, em suas ipseidade, em sua própria voz e ouvi-las, advindas do contexto acadêmico dos sujeitos implicados à reflexão incontornável da sua condição de sertanejos constituidores de sentidos.

Palavras-chave: Sertões. História. Linguagens. Representações.

Abstract

This paper presents some results of research with students of Pedagogy at the University of the State of Bahia and the Federal University of Alagoas (Campus Sertão) between 2012 and 2014. From Foucault's discourse analysis we attempted to present the current discourse about the backcountry and sertanejos about themselves, considering the value of their representations as conscious affirmations guided in practical contexts. To observe such discourses one utilized the Ethnomethodology as a necessary way to let the sources to speak, and their selfhood, hear them, coming from the academic context of the subjects involved unavoidable reflection of their status as constitutive subject of senses.

Keywords: Sertão. History. Languages. Representations.

Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso... Riobaldo

Introdução

Em face das experiências de pesquisa acadêmica, nos diversos vínculos construídos nesse percurso, se fez necessário elaborar uma proposta de *análise do discurso* do sertanejo, dos sujeitos implicados diretamente ao tema como *sujeito constituinte* do seu lugar e contexto. Inspirada na escola francesa foucaultiana, as análises serão considerada sob o enfoque da Etnometodologia (GARFINKEL, 1968) quanto à compreensão da autonomia dos sujeitos, visando corroborar com a busca, com os sentidos e com as produções de uma *narrativa* caracteristicamente assumida pelos seus autores, portanto, num processo de autenticidade.

A metodologia adotada para este trabalho, fundamenta-se nos paradigmas da Etnometodologia, visto que como suas características, “advoga uma lógica própria para o estudo dos fenômenos humanos e sociais, procurando as significações dos fatos no contexto concreto em que ocorrem”. (CHIZZOTTI, 2008, p.12), mas, a significação “não apenas uma questão de linguagem”; é a questão da representação da diferença pela cultura – modos, palavras, rituais, hábitos, tempo (BHABHA, 2013, p.206). Em outras palavras, ela estuda a “*carreira* do homem, em seu curso característico, [para que se possa] discernir sua natureza”. (GEERTZ, 2011, 38).

Assim sendo, num primeiro momento o trabalho se efetivou por meio de pesquisa bibliográfica, no intuito de encontrar a melhor fundamentação teórica às questões pesquisadas – na verdade, estas duas lidas dialogaram constantemente durante a construção deste texto inicial. As delimitações iniciais⁴ se fizeram a partir de entrevista com discentes do curso de Pedagogia na Universidade do estado da Bahia e na UFAL – Campus Sertão (Pedagogia e História).

Os instrumentos de coletas de dados utilizados foi num primeiro momento um questionário fechado, que teve como objetivo levantar as expressões mais recorrentes no discurso; em seguida, entrevistas estruturadas e questionários abertos baseados no primeiro questionário. Ao final do levantamento foram feitas análises de conteúdo inspirada na obra de Bardin (1979) e pelas categorizações que estas análises propiciaram.

Este artigo está dividido em quatro partes. Em análise do discurso sertanejo, visa-se discutir alguns tópicos referentes às representações do Nordeste/Sertão do ponto de vista em Albuquerque Júnior (2011) que compreende a definição de Nordeste/Sertão como uma invenção imagético-discursiva. Na segunda parte investigar-se-á algumas produções, como resultado de pesquisa entre os participantes do curso de pedagogia, pretendendo considerar aí *seu próprio perfil de*

⁴ Este artigo é o resultado parcial de trabalho a ser efetivado por meio de extensa pesquisa em mais de 20% das Universidades Estaduais e Federais do Sertão Nordestino.

sertanejo a partir dos seus discursos, como sujeitos implicados às práticas sociais as quais dão sentido, tendo como base, Garfinkel (1967). Na terceira, visa-se relacionar as concepções de campo de luta, *contra-hegemonia*⁵, linguagem das possibilidades, e emancipação em Giroux (1999, 1995, 2001, 2003) e McLaren (1995) contribuindo para a proposta de reflexões, ações e discursos emancipatórios, na contemporaneidade. Isso porque, “contra-hegemonia implica um entendimento mais político, mais teórico e mais crítico, não só em face da natureza da dominação, mas também do tipo de oposição ativa que deveria engendrar” (GIROUX; MCLAREN. In. MOREIRA & SILVA. 2009 p.132), por meio de uma movimentação face ao poder, apresentando um contradiscurso, que antes de tudo questione “toda forma de pensamento único, o que significa introduzir a suspeita sobre representações da realidade baseada em verdades estáveis e objetivas” (HERNÁNDEZ, 1998, p.33).

Fazer, saber, sentir: o lugar na história

É preciso antes ponderar que o objeto acima proposto se coloca diante da sociedade como um “conhecimento que difere” (BOURDIEU, 2008) quando comparado aos *saberes* que predominam nas diversas instâncias da sociedade. Nesse aspecto, se confirmaria uma desvalorização das culturas tradicionais, das representações do Sertão, do sertanejo como pessoa humana implicada ao seu contexto, histórico, imaginários, territorialidade e memória coletiva (HALBWACHS, 2003). Foucault nos adverte que

Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las,

⁵ É preciso rever todo o discurso de resistência, que faz evocar uma luta sem avanços, apenas de defensivas, que demonstra as impossibilidades de ações diretas, iniciativas de “ataque” por parte dos que resistem. Para tal, considerem-se as ações mais dinâmicas de luta e *desmonopolização* de poder, como da contra-hegemonia.

remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. (FOUCAULT, 2010b, pág. 158).

Chama-nos à reflexão as formas de *adoção* dos discursos exteriores aos contextos, condições e lugar do sertanejo como formas de *desenraizamento* (BOSI, 2013), bem como os processos de *interdição*, na/da sociedade, do discurso acerca do Sertão e do Sertanejo, nos espaços formais e não formais de educação e culturalidade. Diante disso, na perspectiva do contexto contemporâneo em que se apresenta a questão, é importante postular sobre as possibilidades da coautoria de concepções de pertencimento (copertença), por meio dos discursos e suas representações, na medida das condições e possibilidades de autonomia sobre estes discursos como primeira instância de um *empoderamento popular*. Assim sendo questionar-se-á sobre o que é um discurso e quais suas implicações nos modos de vida práticos e de reflexão, pessoal e intersubjetiva?

Necessário se faz adequar-se à Literatura relacionada em sua linguagem conceitual, teórica e técnica para obter chancela de discurso válido? Conquanto, há um discurso sobre o Sertão e o sertanejo que promova aspectos positivos de identificação e pertencimento? Se sim, como ele se traduz em acordo de veracidade na representação discursiva da realidade do Sertão e de seus sujeitos implicados?

Com efeito, é válido rememorar que a pertença - de *pertinentia*, "como aquilo que me diz respeito" -, traz ao sujeito e ao outro as representações de realidades construídas e vivenciadas naquilo que *está implicado* às suas próprias ações, anseios e projetos (GARFINKEL, 1967).

E é dessa autonomia e agudeza de sentir-se implicado, em face das condições de possibilidades de copertença, aí onde nascem discursos e suas representações mais significativas e contíguas ao Sertão,

Como referencial para analisar de que modo o conhecimento, os valores, os desejos e as relações sociais são construídos, assumidos, e implicados nas

relações de poder, na interação entre contextos culturais, formas institucionais, autoridade e audiência. (GIROUX, 2001, p.83).

Portanto, se faz necessário apresentar uma crítica às representações do Sertão e do sertanejo advindas de fora: dos discursos não implicados ao nosso contexto, memória, e história. Ao mesmo tempo, visa-se apresentar as vozes dos sujeitos sertanejos, protagonistas, situados e implicados, no aspecto de sua autoria e coautoria - segundo Garfinkel (1967), através de autonomia de escolhas e da sua diferenciação em face do modelo comum de mundo instituído.

Breve análise e gênese do discurso sertanejo

A Análise do Discurso assume a linguagem como mediadora entre o meio social e natural, isto é, entre presença da vida social essencialmente prática e com essência formal dos significados nos discursos. No âmbito desta Análise, para Foucault (2002), o discurso é o conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; [por exemplo,] “discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátricos” (FOUCAULT, 2010a p.122), que corresponderiam às áreas do saber na configuração como foi dada a partir da Modernidade. No entanto:

A primeira questão delicada presentes nessas Áreas do Saber é que seus discursos e suas representações tendem a ser compreendidas por meio da “dicotomização” da realidade (certo/errado, bom/mau, ciência/mito, saber/ignorância) como simplificações (racionalização) do mundo cotidiano (AMANCIO & SANTOS, 2013, p.2).

Isso pode comprovar-se porque, “antes de ver e ouvir [o sujeito] nós já o julgamos (*sic!*); nós já classificamos e criamos uma imagem dele” (MOSCOVICI, 2003,

p. 58)⁶, no entanto, este processo de classificação se utiliza de referenciais anteriores muitas vezes reproduzidos de forma acrítica, sem a mínima refletida. Por causa disso, se faz necessário, apreender, os discursos - advindos de fora -, que representam, constroem e visam construir a imagem e a condição do sertanejo e do seu lugar (SILVA, 2014b, 2014c). Por causa disso, é necessário compreender que "certos modelos [de discursos e representações] retratam o homem na sociedade como um idiota desprovido de julgamento [...]" (GARFINKEL, 1967, p.66), sobre os fatos e sobre si.

Antes de tudo é preciso voltar um pouco no tempo histórico-social para entender as origens deste discurso que pode ser compreendido em pelo menos três instâncias de representação do Sertão, são elas: a) instância das *terras secas e inóspitas*, b) instância dos *bons tempos de colonização territorial e existencial*, c) instância do *Sertão nordestino "como território da revolta"*. Para tais definições, Albuquerque Júnior (2011), com propriedade, afirma que o Sertão nordestino:

é gestado e instituído na obra sociológica de Gilberto Freyre, nas obras de romancistas como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz; na obra de pintores como Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres etc. O Nordeste é gestado como espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulo, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35)

Deste modo, as representações da saudade dos "tempos de glória", na perspectiva das vozes discursivas chanceladas à enunciação e representação, por meio de sua condição social de elite fazem alusão à instância dos *bons tempos de colonização territorial e existencial*. Acerca deste discurso-imagético, Albuquerque Júnior (2011) destaca alguns exemplos, com as obras de Jorge Amado (1978, 1979),

⁶ Grifo meu.

Graciliano Ramos (1993), Cândido Portinari (1944), João Cabral de Melo Neto (2000), o Glauber Rocha (1965), como representações desse Nordeste subversivo e afastada.

O Nordeste, como território da revolta, foi criado basicamente por uma série de discursos acadêmicos e artísticos. Discursos de intelectuais de classe média urbana. Uns interessados na transformação, outros na manutenção da ordem burguesa. Por isso, são obras que partem, quase sempre, de um “olhar civilizado”, de uma fala urbano-industrial, de um Brasil civilizado sobre um Brasil rural, tradicional, arcaico. Um espaço da revolta que, ou deve ser resgatado para a ordem e para a disciplina burguesa, ou para uma nova ordem futura: a da sociedade socialista. Esse Nordeste rebelde, bárbaro, primitivo, devia ser domado, ou pela disciplina burguesa ou pela “disciplina revolucionária”. É do ponto de vista da ordem ou de uma nova ordem que se olha este espaço. É do ponto de vista do poder ou da ‘luta pelo poder’ que se lê este Nordeste. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.194-5)

Desde então, os discursos e suas representações geográficas mais popularizadas do Sertão nordestino são postos numa perspectiva que pode se relacionar ao conceito de fronteira (*boundary*) de Cohen (2004), por exemplo, “[...] racial ou linguística ou religiosa. Mas nem todas as fronteiras, e nem todos os componentes de qualquer fronteira, são objetivamente aparente”. (p.12).

Por isso, geralmente quando representadas nos discursos, costumamos nos inteirar dessas fronteiras como ideia “muito subjetiva” de lugar, a saber: “áreas sedentas e implacáveis, onde o amor violento do sol trazia o vasto campo fendido e cortado em pedaços sem fio de verde; por toda parte a secura e com ela a morte” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.75), lugar da “gente dos enterros gratuitos e dos defuntos ininterruptos. [...] gente retirante que vem do Sertão de longe” (NETO, 2000,

p.49), nesse “sertão de imensas fazendas e de fome [...]” (AMADO, 1979), onde “quem pode vive e quem não pode morre” (D.E.)⁷.

Ainda, sobre essa questão de fronteira e afastamento, segundo o dicionário Houaiss, o Sertão é:

Região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas; terreno coberto de mato, afastado do litoral; a terra e a povoação do interior; o interior do país; toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que é a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos. (2009, p. 1737)

Nesse aspecto, “a fronteira pode ser percebida em termos bastante diferentes, não só pelas pessoas em lados opostos do mesmo, mas também por pessoas do mesmo lado”. (COHEN, 2004, p.12) – o que implica um jogo de representações e discursos, ora no âmbito do consenso, ora no âmbito do conflito e discordância. Mas, necessário é estudar essas relações discursivas com os fatos.

Por outro lado, quanto aos aspectos da linguagem e suas representações sobre o Sertão, da instância dos *bons tempos de colonização territorial e existencial*, há uma imagem idealizada pelas elites, por meio dos discursos das elites regionais, dos colonizadores territoriais e existenciais que se “naturalizaram”. Para essas representações discursivas,

contribuíram decisivamente as obras sociológicas e artísticas de filhos dessa “elite regional” desterritorializada, no esforço de criar novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado de glória da região, o fausto da casa-grande, a “docilidade” da senzala, a “paz e estabilidade” do Império. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35)

⁷ D.E. : *Discente Entrevistado* na ocasião da pesquisa. As falas destes autores serão incorporadas às discussões do texto, no intuito de valorizá-las em importância, lado ao lado, com as citações dos autores.

Essas elaborações discursivas do Sertão e do sertanejo, em sua vida cotidiana, permanecem como referenciais para as mentalidades não implicadas, compondo assim todo um imaginário de interpretações e representações que na maioria das vezes não é refutado, na ausência de análises *in locus*.

Segundo Moscovici, não há representações da vida cotidiana sem linguagem (p.219) e seu discurso é seu “vetor principal”, visto que “a linguagem é toda ela discurso” (FOUCAULT, 2007, p. 132) e, conseqüentemente, produz seus territórios existenciais e simbólicos, dentro e fora de localidades e de contextos, bem como fazendo alusão à determinada realidade ou modificando-a, mas sempre evidenciado uma luta por poder, pela aceitação de determinadas “verdades”, pela adequação e instituição de modelos simplificados e simplificadores. Em particular, psiquiatras sociais, psicólogos sociais, antropólogos e sociólogos têm usado a padronização para descrever o caráter e as conseqüências das ações que se conformam às expectativas de normalidade. (GARFINKEL, 1967, p.67).

Jodelet (2001) afirma que tais questões são encontradas e “estudadas em suas relações com a ideologia, os sistemas simbólicos e as atitudes sociais refletidas pelas mentalidades [...]” (JODELET, 2001, p. 25), como uma forma muito complexa de dominação e manutenção de domínios territoriais, existenciais, concretos ou abstratos. Albuquerque Júnior corrobora com a autora ao afirmar que “nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas [...]”. (2001, p.27).

Sobre as tendências de simulação, representação e ideologização da realidade nestas narrativas, Certeau (1994) afirma que

A linguagem produzida por uma categoria social dispõe de poder de estender suas conquistas às vastas regiões do seu meio ambiente, “desertos” onde parece não haver nada de tão articulado, mas se vê prisioneira nas

armadilhas de sua assimilação por um maquis de procedimentos que suas próprias vitórias fazem invisível ao ocupante. (CERTEAU, 1994, p.95).

Os poderes de discursar a “verdade” pela instituição do próprio discurso - também visto por Foucault (2002, p. 18) -, se dão nas interações cotidianas, assimilados ao universo simbólico e significante dos sujeitos; que é construído historicamente, *mantido socialmente e aplicado individualmente* (GEERTZ, 2011, p. 151). Em última instância, no âmbito da sua recepção, “primeiro transferindo-o [para sua] própria esfera particular, onde [só ai eles são] capazes de compará-lo e interpretá-lo e depois reproduzindo-o entre as coisas que ver e tocar [...]” (MOSCOVICI, 2003, P.61). Em vista disso, há, *grosso modo*, duas possibilidades de desconstrução: estas “narrativas disciplinadoras passam a ser vulneráveis, já que o significado está ligado ao uso que o receptor faz da linguagem” (JOSGRILBERG, 2004, p.17) e essa vulnerabilidade (essa falha essencial⁸ que jamais convenceu plenamente os sujeitos de qualquer impossibilidade de autoria) é a instância mesma de ações contra-hegemônicas: primeiro da *autonomia de significação* por meio dos discursos próprios assumidos e afirmados Segunda possibilidade: apoderamento da realidade, no convívio consciente com o meio e com o outro e da negação e crítica a modelos discursivos unilaterais de representação da Sertanidade, combatendo os *discursos oficiais* (GIROUX, 2009, p.119). Visto que “temos o direito e o dever, como sertanejos, de falar o que somos e do lugar onde estamos” (D.E.).

Por isso, “há uma necessidade de uma linguagem de crítica, um questionamento das pressuposições” (colocadas acima); e de constituir uma “linguagem de possibilidades [que] vá além da crítica para elaborar uma linguagem

⁸ As frestas de entrada nos espaços de apoderamento - por exemplo, a academia -, é a falha ontológica incontornável presente em todas as instituições, em todos os seus contextos históricos sociais “desfavoráveis”. A possibilidade de crítica, de desestruturação, de negação, resistência e contra-apoderamento é a contradição inescapável a todos os espaços de poder ditos intransponíveis – o que demonstra (apensar de um contrário apenas aparente) a tendência natural do poder não se manter monopolizado ou estático, como Foucault havia dito.

de empoderamento humano” (GIROUX, 1999, p.20.21), popular, sertanejo, para e em função do seu contexto e como referencial nunca cristalizado, possa-se refletir e agir no âmbito de uma copertença e de uma coautoria dos seus próprios discursos e representações.

Alguns aspectos do discurso sertanejo contemporâneo

O discurso é um instrumento para a construção de uma contra-esfera pública (GIROUX, 1995, 1999, 2001, 2009), um campo de luta e uma dimensão de afirmações produzidas em coautoria, entre seus sujeitos implicados, envolvidos e enredados nos contextos da vida cotidiana a qual tem autonomia; especificamente *aquele que se reconhece como sertanejo e procura, a partir desta qualidade, se integrar conscientemente ao seu meio, buscando subsistência sem ser explorado ou explorador, convicto da sua condição.* (D.E.). Em outras palavras, não enquanto sujeitos simplificados a um “conformismo lógico” de Durkheim (BOURDIEU, 2010, p.9; MAFFESOLI, 2010b, p. 19), levantados em modelos óbvios e categorizados no tipo de sociedade preconcebida de um sujeito “idiota cognitivo [...] que produzem as características estáveis da sociedade, agindo em conformidade com o preestabelecido e com as alternativas legitimadas de ações que a cultura comum oferece [...]”. (GARFINKEL, 1967, p. 68). Para isso, se faz necessário, a cada sujeito,

se localizar criticamente dentro destes fluxos culturais e não tentar barrá-los. É preciso produzir uma permanente crítica das condições de produção do conhecimento e da cultura no país e em suas diversas áreas. É preciso ter um olhar crítico em relação a este olho grande que nos espia; ter uma voz dissonante em relação a estas grandes vozes que tentam nos dizer. Não se trata, pois, de buscar uma cultura nacional ou regional, uma identidade cultural ou nacional, mas de buscar diferenças culturais, buscar sermos sempre diferentes, dos outros e em nós mesmos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.310).

Posto que, “a representações da diferença não pode ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição [...]” (BHABHA, 2013, p.21). Assim, por localizar-se criticamente como sertanejo, nordestino, discente, em fase das alteridades e não de uma identidade “homogeneizadora”, reconhece que *sobreviver às dificuldades advindas do sertão, vivenciar e resgatar as tradições e memórias que fazem parte do seu contexto, da sua história*, é condição de produção de “permanente crítica”, e ainda, segundo Garfinkel (1967), pode-se afirmar que os sujeitos dispõem de diversos caminhos cognoscíveis por onde podem circular sua reflexão, prática e criticidade, pois estão em constante aperfeiçoamento diante daquilo que refletem e fazem:

Uma boa parte existência social escapa à ordem da racionalidade instrumental, não se deixa finalizar e não pode ser reduzida a uma simples da dominação. A duplicidade, o ardil, o querer-viver se exprimem por meio de uma multiplicidade de rituais, de situações, de gestuais, de experiências, que delimitam um espaço de liberdade (MAFFESOLI, 2010a, p.54).

Em face da *análise do discurso do Sertão e de seus sujeitos constituintes, na contemporaneidade*, nas perspectivas discutidas até aqui, no decorrer das pesquisas e entrevistas iniciais atualmente registradas, solicitou-se “quatro palavras, em ordem crescente de importância, que pudessem definir o sujeito sertanejo”, as mais constantes foram: Corajoso, persistente, Trabalhador, explorado, Lutador, talentoso, sociável, Homem forte, confiante, sábio, Guerreiro, batalhador, honesto, Sofredor. Como se pode ver, o fato interessante nestas definições é que os entrevistados fizeram questão de colocarem algumas destas palavras com letra inicial em maiúscula.

Ainda é preciso colocar um fato demonstrado implícita e explicitamente nas entrevistas: quando se apresenta o sertanejo na condição de explorado, o explorador

nunca é situado enquanto nordestino/sertanejo, mas “alguém que veio de fora”, ou ainda, “um intruso oportunista e colonizador” (D.E.).

Há o discurso da não pertença, isto é, o do sertanejo afastado do sertanejo, pela análise e observação dos “fatos”, quando se afirma que o é um “sertanejo sofredor”, especificamente “sujeito à seca e às más condições de vida”, porém, “homem ou mulher de fé”. Ora, quanto mais se aproximam dos centros urbanos e do próprio rio São Francisco⁹ (Opará), mas as representações do Sertão seco se apõem às representações de “Vidas Secas” de Graciliano e dos “retirantes” de Portinari (1944). Pensa-se que o sertanejo, *desconfiado das promessas e dos que falam de soluções para a seca, sabe que não tem, pois o Sertão é isso mesmo: estiagem por seis meses e chuvas intermitentes no restante* (D.E.). Neste ponto de vista, o *sertanejo contemporâneo* é também:

Uma individualidade ligada a uma representação cultural de mundo, por muitas vezes distanciado da dimensão planetária que a cultura sertaneja pode possibilitar. Um sertanejo mundializado, glocal¹⁰, segundo termo utilizado por Enrique Leff. (D.E.)

Portanto, a questão de como se “enxerga” é que pode contribuir para iniciar os traçados e itinerários de vidas, pois, a partir de uma perspectiva de criticidade, ver/sentir, refletir/questionar e enunciar/afirmar, sua condição de sertanejo é que os sujeitos se perfazem, eles mesmos, co-constroem seus discursos, representações e práticas acerca do seu lugar, da sua memória, e sua “etno-historiografia”, como resposta às nossas imensas e complexas peculiaridades. A partir desses esteios, é que interagimos com o outro e com o mundo cotidiano, no âmbito constante da “relevância dos sentimentos de pertencimento – solidariedade, alteridade e

⁹ É importante lembrar que o Opará (nome indígena atribuído sertanejo) fora cristianizado, e assim recebeu a denominação de São Francisco.

¹⁰ Global e Local

reciprocidade – para a constituição do ser social”. (RODRIGUES, 2013, p 68), em sua interação com o outro – condição de ressignificação da sua autonomia, autocríticidade, autopoiesis - disso, clarifica-se nossa inteligibilidade e orientação do nosso *ser sertanejo*.

Considerações provisórias

Quando o sertanejo fala de si mesmo, assim o faz como autor legítimo das *suas* representações e de *suas* condições em face do *seu* contexto. Como um modo contra-hegemônico de dizer quem é. Nisto reside os aspectos de *ipseidade do discurso*, ao falar de si e não de ser apenas representado por discursos outros. Falar de si é um exercício de autenticidade e de emancipação, desta *autopoiesis*, isto é da “criação” de si e do seu lugar, no discurso – ela possibilita experiência de empatia que não desfazem as alteridades.

Por isso, é preciso criticar a questão sobre *discurso do diferente* que, desde então, se dá por duas vias: pela *adoção* acrítica ou imposta dos modelos instituídos da sociedade dita civilizada; e/ou pela *interdição* dos discursos, aspectos, saberes, valores e modos de ser e estar etnoculturais e etnoecológicos que são característicos ao nordeste e aos seus sujeitos. Sobre essa crítica, se faz necessário apresentar novas vias de representações, imagéticas e discursos ante as instâncias constituidoras de sentidos e atitudes e discursos social e politicamente desejáveis, isto é, as instâncias das *terras secas e inhóspitas*, dos *bons tempos de colonização territorial e existencial*, do *Sertão nordestino “como território das revoltas”* sob controle do Estado.

Referente ao lugar em suas condições climático-geográficas é premente considerar os novos estudos baseados no *convívio com o semi-árido* e ainda os estudos e pesquisas de Ecologia Humana, no âmbito do Sertão, para que as afirmações do Sertão e dos sertanejos, dadas por eles mesmos, possam estar fundamentadas nas possibilidades de convívio, saberes, sustentabilidade tradicional e

afirmações, no seu lugar histórico, em face das questões ecossociais, etnoculturais e políticas implicadas aos diversos contextos estudados, e ainda desconstruir a autonegação da sua condição e a negação do seu universo geográfico climático, como “terra ruim” e como um “ambiente do irremediável, porque não se pode esquecer que a “identidade” do sertanejo nordestino é também imanente ao *lugar* onde habita – por causa disso, têm-se exemplos positivos afirmações e discursos implicados: as concepções de copertença estudadas são percebidas, em toda a histórica, como um dos mais fortes aspectos ontológico da autenticidade e da emancipação conscientes dos sujeitos na construção e aplicação de suas autonomias. Ora, no âmbito da copertença, o *lugar* é uma ressignificação histórica dos espaços concretos, imagéticos, discursivos e afirmativos pela *atribuição* de sentidos, de afeição e de referências, construída nas interações sociais, intersubjetivas¹¹ e memoriais.

Diante disso, é necessário afirma que essa copertença (noção intersubjetiva de pertencimento e reciprocidade) é um exercício de autonomia de reflexão diante dos fatos, de ressignificação metodológica e teleológica da realidade como instância da vida cotidiana que não se pode cristalizar. Por causa disso, na medida em que nos apropriamos dos fatos com um olhar crítico, para além da crítica instituída, afirmamos nossa coautoria responsável e engajada; não se pode esquecer que estas ações são um retorno a nós mesmo, ao lugar e àquilo que nos caracteriza e que caracterizamos incansavelmente. Sabe-se que hoje essa realidade se forma e se transforma através de uma atitude que reflita um engajamento às responsabilidades histórias e respostas condizentes às reflexões sérias que estas condições demandam na contemporaneidade.

¹¹ Sobre o aprofundamento do conceito de intersubjetividade, veja SILVA (2014, p. 3).

Referências

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMADO, Jorge Amado. *Seara Vermelha*. Ilustrações de Carlos Scliar. 35ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- _____. *Teresa Batista cansada de guerra*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COHEN, Anthony P. *The symbolic Construction of Community*. London: Routledge, 2004.
- COULON, Alain. *L'ethnométodologie*. 5. ed. Paris: PUF, 2007.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.
- FOUCAULT, Michael. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola: 2002.
- _____. *Arqueologia do Saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2010a.
- _____. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal: 2010b.
- _____. *A Hermenêutica do Sujeito*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- GARFINKEL, Harold. *Studies of Ethnomethodology Social*. 2. ed. UK: Polity Press, 1967.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- GIROUX, Henry. *Cruzando as Fronteiras do Discurso Educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- _____. *Public Spaces, Private Lives - beyond the culture of cynicism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.
- _____. *Atos Impuros – A prática política dos estudos culturais*. São Paulo: Artmed, 2003.
- _____. Radical pedagogy as cultural politics: beyond the discourse of critique and anti-utopianism. In: MCLAREN, Peter. *Critical Pedagogy and Predatory Culture - Oppositional politics in a postmodern era*. London: Routledge, 1995.
- _____. Formação do Professor como uma Contra-Esfera Pública: A Pedagogia Radical como uma Forma de Política Cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e Mudança na Educação*. Porto Alegre: Artmed: 1998.
- HOUAISS, Antônio; SALLES VILLA, Mauro de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- _____. *Les Représentations Sociales*. Paris, PUF: 1993.
- JOSGRILBERG, Fabio B. *Michel de Certeau e mídia: táticas subvertendo lugares ou lugares organizando táticas?* Comunicação & Sociedade. 2004 (p.14-21).
- MCLAREN, Peter. *Critical Pedagogy and Predatory Culture Oppositional politics in a postmodern era*. London: Routledge, 1995.
- MAFFESOLI, Michel. *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010^a
- _____. *Saturação*. São Paulo: Iluminuras, 2010b.

- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais*. 4ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2003.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 64º edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1993.
- ROCHA, Glauber. *Deus e o Diabo na terra do sol*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- RODRIGUES, Elília Camargo. *Identidade mobilizadora, Liderança e Educação: fatores que inter-relacionam*. In. Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, ano 1, vol. 1, jan./jun. 2013.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.
- SILVA, Wellington Amâncio. *A Ordem do Discurso no contexto docente e suas representações: uma nova proposta de reconstrução de sentidos*. *Revista Saber & Educar*, Porto - Portugal, v. 18, p. 1-21, 2014.
- SILVA, Wellington Amâncio; SANTOS, Vinícius Silva. *Análise do Discurso e Teoria das Representações Sociais no Contexto da (Re)Produção de Sentidos Docentes*. São Cristovão: EDUCON, 2013.
- SILVA, Wellington Amâncio. *A Intersubjetividade dos Processos Docentes - Análise do Discurso e teoria das Representações Sociais*. In. *Revista Ouricuri*. Vol. 4, n. 1. mar./abr. 2014a, p. 3.
- SILVA, Wellington Amâncio; MARQUES, Juracy. *Formação socioambiental de professores - as territorialidades da cidade e da natureza*. *VI FIPED - Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP)*, v. 1, p. 1-17, 2014b.
- _____. *O sertão seus sujeitos constituintes em Vidas Secas - o discurso do semiárido em busca de uma ecologia humana*. In. *II Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais*, v. 2, p. 120-131, 2014c.

Autores

Wellington Amâncio da Silva

Mestrando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB/PPGEcoH. É vinculado ao grupo de pesquisa “Ecologia Humana” – CNPq/UNEB. E-mail: welliamancio@hotmail.com

Juracy Marques

Estágio Pós-doutoral em Antropologia (FCSH-UNL-Portugal) e Doutor em Cultura e Sociedade (UFBA). Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade de Ciências Sociais de Petrolina – FACAPE. E-mail: juracymarques@yahoo.com.br

Wilma Amâncio da Silva

Graduou-se em Pedagogia com habilitação nas Séries Iniciais (UNEB); tem especialização em Educação e Infantil e especialização em Metodologia do Ensino de Química e Biologia.
E-mail: mmima13@hotmail.com

Recebido em 27 de outubro de 2014.

Aprovado em 29 de novembro de 2014.



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online